

SELO MEMÓRIAS DA UECE

CLAUDIA GRANGEIRO

MEMÓRIAS E PERCURSOS NA GEOGRAFIA

**CRISTIANE FERREIRA DE SOUZA FRANÇA
KARINNE WENDY SANTOS DE MENEZES**

(Organizadoras)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR

Hidelbrando dos Santos Soares

VICE-REITOR

Dárcio Ítalo Alves Teixeira

EDITORA DA UECE

Cleudene de Oliveira Aragão

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso

Francisco Horácio da Silva Frota

Francisco Josênio Camelo Parente

Gisafran Nazareno Mota Jucá

José Ferreira Nunes

Liduina Farias Almeida da Costa

Lucili Grangeiro Cortez

Luiz Cruz Lima

Manfredo Ramos

Marcelo Gurgel Carlos da Silva

Marcony Silva Cunha

Maria do Socorro Ferreira Osterne

Maria Salete Bessa Jorge

Silvia Maria Nóbrega-Therrien

SELO MEMÓRIAS DA UECE

CLAUDIA GRANGEIRO

MEMÓRIAS E PERCURSOS NA GEOGRAFIA

**CRISTIANE FERREIRA DE SOUZA FRANÇA
KARINNE WENDY SANTOS DE MENEZES**

(Organizadoras)



Edição
UECE

1ª Edição
Fortaleza - CE
2023

Claudia Grangeiro: memórias e percursos na Geografia

©2023 *Copyright* by Cristiane Ferreira de Souza França e Karinne Wendy Santos de Menezes

O conteúdo deste livro, bem como os dados usados e sua fidedignidade, são de responsabilidade exclusiva do autor. O download e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos ao autor. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

Coordenação Editorial

Cleudene de Oliveira Aragão

Diagramação e capa

Narcélio Lopes

Imagens da capa

Karinne Wendy Santos de Menezes

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Claudia Grangeiro [livro eletrônico]: memórias e percursos na geografia / organizadoras Cristiane Ferreira de Souza França, Karinne Wendy Santos de Menezes. -- 1. ed. -- Fortaleza, CE : Editora da UECE, 2023.
PDF

Vários autores.
ISBN 978-85-7826-905-0

1. Geografia 2. Geógrafos - Brasil - Biografia 3. Professoras - Biografia I. França, Cristiane Ferreira de Souza. II. Menezes, Karinne Wendy Santos de.

23-181574

CDD-923.90981

Índice para catálogo sistemático:

1. Literatura brasileira B869.1

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE

Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará

CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893

www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



Memórias e Percursos na Geografia: uma jornada com Claudia Grangeiro

*Cristiane Ferreira de Souza França
Karinne Wendy Santos de Menezes*

No dia 26 de fevereiro de 2022, completou seis anos que a professora Claudia Maria Magalhães Grangeiro partiu desse plano de existência material. Era carinhosamente chamada de professora Claudia ou apenas Claudia pelos corredores do bloco G, onde ministrava com muita dedicação suas aulas, dentre outras, as de Geografia ambiental, nos cursos (bacharelado e licenciatura) de Geografia da Universidade Estadual do Ceará.

Sua formação inicial se deu no curso de Geologia, realizado na Universidade Federal do Ceará – UFC, concluído no ano de 1979. Contudo, dedicou-se à Geografia, contribuindo sobremaneira com os estudos na área da Geografia ambiental, e para tanto não poupou esforços para estudar a ciência geográfica e seu arcabouço teórico-metodológico. Ingressou como docente na Universidade Estadual do Ceará – UECE, no ano de 1982, mas

já na década de 1970, foi muito importante em sua participação como integrante da coordenação que fundou o primeiro núcleo de pesquisa em Geografia oficializado dentro de uma universidade do estado do Ceará, denominado Núcleo de Geografia Aplicada – NUGA, que tinha como sede esta instituição. Nesta permaneceu contribuindo com a formação de dezenas de estudantes, em nível de graduação e pós-graduação, até o dia 15 de fevereiro de 2016 quando foi acometida por um derrame cerebral, que custou a sua vida.

Nessa Instituição de Ensino Superior – IES, foi coordenadora do curso de Geografia (bacharelado e licenciatura) entre os anos de 2007 e 2009. Desenvolvia com muito afinco, ética, comprometimento e humanidade todas as atividades em que se incumbia, mas tinha um carinho especial e declarado à sua função como tutora no âmbito do Programa de Educação Tutorial – PET, de Geografia da UECE.

Destaca-se que o PET é financiado pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), desenvolvido por estudantes bolsistas em nível de graduação, sob a tutoria de um (a) docente, em Instituições de Ensino Superior e que tem por princípio o tripé universitário: ensino-pesquisa-extensão. Segundo o MEC (2021),¹ constam 842 grupos PET distribuídos em 121 IES no país.

¹ Ver mais em: <http://portal.mec.gov.br/pet/legislacao>

O PET foi criado em 1979, e nesse momento foi chamado de Programa Especial de Treinamento, sendo renomeado, em 2002, com sua atual designação, fruto de reflexões produzidas no VIII Encontro Nacional dos Grupos PET (ENAPET), naquele mesmo ano.

O PET de Geografia UECE, por sua vez, foi implementado no ano de 1996, por iniciativa da também professora dos Cursos de Geografia da UECE professora Dra. Zenilde Baima Amora, que na ocasião era assessora na Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa-PROPGPq, e tinha a preocupação de incentivar a pesquisa e o fomento da mesma através de bolsas que viabilizassem a Iniciação Científica. Nesse sentido, foi a primeira tutora do PET/UECE. Posteriormente, tiveram oportunidade de contribuir com o grupo PET/GEO/UECE, como tutores, os professores doutores: Raimundo Elmo de Vasconcelos Júnior (2001-2003), Edilson Alves Pereira Júnior (2003-2007), Claudia Maria Magalhães Grangeiro (2008-2016) e Frederico Bastos (2016-Atual).

Ressalta-se que antes de tornar-se tutora a professora Claudia exercia o papel de colaboradora junto aos então tutores e petianos, nutrindo, grupo após grupo, com ideias que buscavam reafirmar a relevância não só do ensino e da pesquisa, mas também da extensão. Ajudou, por exemplo, a pensar e construir atividades extensionistas que envolvessem a comunidade no entorno da UECE,

problematizando a questão da habitação e sua relação com os corpos hídricos existentes no bairro Serrinha-Fortaleza, Ceará. Destaca-se que iniciativas como essa, de aliar teoria e empiria, não eram atípicas, pois Claudia já as desenvolvia em coletivos como a Associação de Geógrafos Brasileiros - AGB/seção Fortaleza, ou mesmo no âmbito dos Núcleos de Pesquisa que ajudou a construir na UECE.

Seja no papel de colaboradora ou tutora, e em todos os momentos enquanto docente, Claudia buscava contribuir com a formação de futuros Geógrafos e Professores de Geografia engajados com compromisso ético na construção de uma sociedade mais humana, menos desigual e sem preconceitos.

Organizar um livro em homenagem a essa mulher forte, inteligente e engajada criticamente com pautas mais do que urgentes em nossa sociedade, como aquelas que perpassam as questões ambientais, e para além disso, para alguém que como Claudia detinha um senso de cuidado com o outro tão forte, mas que, ao mesmo tempo, promovia/incentivava a construção da autonomia intelectual, é uma honra, um prazer e um privilégio.

Infelizmente, não podemos mais conversar, trocar ideias, rir das coisas simples e prazerosas da vida ou chorar juntas diante de tantas mazelas da humanidade, mas, ao menos, podemos emanar daqui, do plano terreno, a gratidão de tê-la tido em nosso convívio mesmo que pelo curto espaço de

tempo que tivemos, mas com a certeza que a mesma deixou um pouco dela em cada um (a) de nós, que compartilhamos de sua convivência.

No intuito de homenageá-la, reunimos alguns de seus amigos e colegas, pessoas que, como nós, também nutrem grande afeição por Claudia e não mediram esforços para unirem-se conosco nessa empreitada. A todos nossos agradecimentos pela parceria!

Os textos que compõem esse compêndio estão divididos em três seções, cada uma representa uma homenagem a Claudia, traz o seu papel, a sua força, suas contribuições como mulher, professora, pesquisadora e, principalmente, como um ser humano sensível, preocupado com a formação discente e a prática docente, além do compromisso com a ciência.

Na primeira parte intitulada de *De Geóloga a Geógrafa: a questão ambiental como percurso*, contamos com seis textos que retratam, a trajetória da Claudia desde que era estudante, ainda dando seus primeiros passos no cursinho pré-vestibular, candidata a uma vaga no curso de Geologia da Universidade Federal do Ceará, passando por sua trajetória como ativista das causas ambientais na Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB/Fortaleza, e também como professora na Universidade Estadual do Ceará, no curso de Geografia, onde construiu grandes amizades e parcerias no âmbito do exercício do fazer docente, na extensão e na produção de pesquisa na graduação e pós-graduação.

Dessa forma, contamos, com os textos e valerosas memórias, nessa ordem, dos professores Dr. Luiz Cruz Lima - *Recordando Claudia Grangeiro*; Dra. Vanda de Claudino-Sales - *As nossas lutas*; Dra. Zenilde Baima Amora - *Práticas compartilhadas: geografia, ensino e afeto*; Dr. Marcos José Nogueira de Souza - *O Legado da Professora Claudia Grangeiro na Pós-Graduação em Geografia da UECE*; Dr. José Meneleu Neto - *Coevolução como momento dialético da investigação geográfica*; Dra. Isorlanda Caracristi - *A professora e amiga Claudia: uma história de vida compartilhada*; e Dra. Tereza Sandra Loiola Vasconcelos - *Claudia Grangeiro, presente!*.

A seção dois intitulada: *Claudia Grangeiro, tutora por excelência: memórias, afetos e formação discente*, é constituída por quatro textos produzidos por ex-bolsistas do Programa de Educação Tutorial-PET/Geografia/UECE, e que demonstram como Claudia se fez presente em seus percursos na Formação Humana, Acadêmica e Profissional.

Indo ao dicionário podemos constatar que tutor[a], em um de seus significados, é “aquele[a] que ampara, protege, defende; guardi[ã]” (HOUAISS, 2009, p.1896)², era assim que Claudia agia, com cuidado, amparo e respeito a dignidade humana, orientando cada um dos(as) bolsistas PET/GEO, com serenidade e com firmeza.

2 Dicionário Houaiss da língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Assim, as referidas autoras demonstram, por diferentes trajetórias e desafios, o papel que Claudia exerceu e o quanto as influenciou em seus percursos, são elas e seus respectivos títulos de textos: M.a. Yara Maria Castro de Oliveira - *Um Convite, várias lembranças!*; Dra. Karinne Wendy Santos de Menezes - *Claudia Grangeiro: a geógrafa na essência*; M.a. Ana Paula do Nascimento Vasconcelos - *As geografias e os preconceitos velados*; e a M.a. Rose dos Santos Maia - *Professora Claudia: aprendizado e construção de autonomia no PET*.

Por fim, na terceira seção que teve por título: *Claudia Plantou e a Semente Germinou: sua influência na pesquisa geográfica*, e que conta com cinco textos, ressaltamos os frutos do trabalho desenvolvido por Claudia Grangeiro no âmbito da pesquisa em Geografia Ambiental, vinculada tanto a Graduação quanto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE.

Os textos que compõem essa parte do trabalho demonstram inicialmente a importância e seriedade que Claudia imputava ao seu trabalho na Formação Docente, junto às turmas de licenciatura em Geografia da UECE, e não desconhecendo a condição de seus estudantes trabalhadores, buscava sempre aperfeiçoar o diálogo e a construção de um pensamento crítico e comprometido com uma sociedade melhor e mais justa. Destaca-se também a interação entre a graduação e a pós-gra-

duação proporcionada em suas aulas de Geografia ambiental através de estudantes estagiários.

Posteriormente, é possível verificar, nos textos, que se sucedem, reflexões de seus ex-orientandos de graduação e de pós-graduação³ sobre a pesquisa em Geografia Ambiental, a partir dos diversos temas desenvolvidos pelos mesmos, como: a questão dos resíduos sólidos; a produção do espaço e meio ambiente urbano e ainda, abordando alguns aspectos teórico-metodológicos de suas pesquisas, ressaltando a contribuição de Claudia. Por fim, se aborda a urgência da questão ambiental no contexto político e econômico no Brasil nos dias atuais.

Os autores e respectivos textos que compuseram essa seção foram: Dr. Francisco Leandro de Almeida Santos e Dra. Karinne Wendy Santos de Menezes - *Experiências do estágio à docência na construção de uma epistemologia para a disciplina de geografia ambiental*; M.a. Clerijane Nascimento Torres - *A problemática ambiental em perspectiva: precedendo o objeto da pesquisa*; M.e. João Paulo Lopes Rodrigues - *Contribuições de uma geógrafa sobre o ambiente humano: natureza e sociedade sob uma perspectiva dialética*; M.e. Diego Silva Salvador - *Compreensão das dinâmicas na paisagem e os atores envolvidos na transformação do ambiente do bairro Edson Queiroz em Fortale-*

3 Infelizmente, a professora Claudia Grangeiro não teve tempo para concluir as orientações que iniciou na pós-graduação, o que ficou a cargo de seus colegas.

za-Ceará; Dra. Andrea Bezerra Crispim - *O mito da sustentabilidade e a plataforma de degradação ambiental no território brasileiro.*

Para finalizarmos este livro em homenagem a querida professora Claudia Grangeiro, contamos com a ilustre participação da professora Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray que em parceria com sua orientada de doutorado Karinne Wendy Santos de Menezes, abordam no posfácio: *Concepções sobre ambiente, Geografia e Sociedade.*

A satisfação de contar com a colaboração da professora Dirce nesta obra é dupla, por um lado porque é inegável sua importância para a Geografia Ambiental Brasileira, mas por outro lado, porque Claudia a tinha como referência e sem dúvidas sua presença abrilhanta ainda mais essa singela homenagem.

Sumário

MEMÓRIAS E PERCURSOS NA GEOGRAFIA: UMA JORNADA COM CLAUDIA GRANGEIRO 5

*Cristiane Ferreira de Souza França
Karinne Wendy Santos de Menezes*

PARTE 1 DE GEÓLOGA A GEÓGRAFA: A QUESTÃO AMBIENTAL COMO PERCURSO

RECORDANDO CLAUDIA GRANGEIRO 18

Luiz Cruz Lima

AS NOSSAS LUTAS 34

Vanda de Claudino-Sales

PRÁTICAS COMPARTILHADAS: GEOGRAFIA, ENSINO E AFETO 50

Zenilde Baima Amora

O LEGADO DA PROFESSORA CLAUDIA GRANGEIRO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UECE 66

Marcos José Nogueira de Souza

COEVOLUÇÃO COMO MOMENTO DIALÉTICO DA INVESTIGAÇÃO GEOGRÁFICA 71

José Meneleu Neto

A PROFESSORA E AMIGA CLAUDIA: UMA HISTÓRIA DE VIDA COMPARTILHADA 110

Isorlanda Caracristi

CLAUDIA GRANGEIRO, PRESENTE! 121

Tereza Sandra Loiola Vasconcelos

PARTE 2

CLAUDIA GRANGEIRO, TUTORA POR EXCELÊNCIA: MEMÓRIAS, AFETOS E FORMAÇÃO DISCENTE

PARA PROFESSORA CLAUDIA, COM CARINHO!..... 128

Yara Maria Castro de Oliveira..... 128

CLAUDIA GRANGEIRO: A GEÓGRAFA NA ESSÊNCIA 136

Karinne Wendy Santos de Menezes..... 136

AS GEOGRAFIAS E OS PRECONCEITOS VELADOS ... 149

Ana Paula do Nascimento Vasconcelos..... 149

PROFA. CLAUDIA: APRENDIZADO E CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA NO PET 168

Rose dos Santos Maia 168

PARTE 3

CLAUDIA PLANTOU E A SEMENTE GERMINOU: A INFLUÊNCIA NA PESQUISA GEOGRÁFICA

EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO À DOCÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA EPISTEMOLOGIA PARA A DISCIPLINA DE GEOGRAFIA AMBIENTAL 179

Francisco Leandro de Almeida Santos

Karinne Wendy Santos de Menezes

A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL EM PERSPECTIVA: PRECEDENDO O OBJETO DA PESQUISA 202

Clerijane Nascimento Torres

CONTRIBUIÇÕES DE UMA GEÓGRAFA SOBRE O AMBIENTE HUMANO: NATUREZA E SOCIEDADE SOB UMA PERSPECTIVA DIALÉTICA..... 235

João Paulo Lopes Rodrigues

COMPREENSÃO DAS DINÂMICAS NA PAISAGEM E OS ATORES ENVOLVIDOS NA TRANSFORMAÇÃO DO AMBIENTE DO BAIRRO EDSON QUEIROZ EM FORTALEZA-CEARÁ..... 245

Diego Silva Salvador

O MITO DA SUSTENTABILIDADE E A PLATAFORMA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NO TERRITÓRIO BRASILEIRO273

Andrea Bezerra Crispim

POSFÁCIO: CONCEPÇÕES SOBRE AMBIENTE, GEOGRAFIA E SOCIEDADE 299

Karinne Wendy Santos de Menezes

Dirce Maria Antunes Suertegaray

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS..... 306

PARTE I

**DE GEÓLOGA
A GEÓGRAFA:**

**A QUESTÃO AMBIENTAL COMO
PERCURSO**



RECORDANDO CLAUDIA GRANGEIRO

Luiz Cruz Lima

Foi no Colégio Castelo Branco, na Av. Dom Manuel, quase esquina com a Rua Costa Barros. Era eu professor de Geografia, no curso de preparação para o vestibular. Ela se preparava para o curso de Geologia na Universidade Federal do Ceará - UFC, na época, o único em Fortaleza, ainda agregado ao curso de Geografia, formando o Instituto de Geociências de onde saí com a licenciatura, em 1971. Dois aspectos lhe eram característicos: jovem alta e aluna retraída. Em seu silêncio sobressaía a atenção às novidades do conhecimento que se revelavam em cada aula.

Passaram-se os anos. Cada um de nós, caminhos diferentes, mas com atalhos para chegarmos na UECE, ponto de novas convivências, agora mais duradouras e profundas, tanto profissional quanto pessoalmente. Ela, agora professora, o que mais nos aproximava e nos assemelhava. Até no enquadramento no mesmo curso da academia, o curso de graduação em Geografia. Ela, como pro-

fessora de Geologia e eu, como professor de Geografia. Pelas exigências do fazer pedagógico, teria que lecionar outras disciplinas, fazendo com responsabilidade e competência. Sua postura sempre cuidadosa com os alunos e com os colegas, mas sem perder o forte grau de visão política e moral. Não se integrava com causas banais e sem clareza. Para a ciência, se entregava de corpo e alma. Em sua permanente confiança e, penso eu, segurança estava sempre junto a mim, em defesa de propostas que elevariam o nome da ciência geográfica, do Curso de Geografia e da Universidade Estadual do Ceará - UECE, nem sempre simpáticas a alguns que viam nessas ações risco de exigências a eles. Foi assim, até o último dia de sua vida, tão breve. Vamos forçar a memória para recordar fatos mais significativos de nosso caminhar nessa Instituição de Ensino Superior - IES.

A coordenação de nosso departamento, até a sua extinção com a última reforma da estrutura administrativa, sempre esteve controlada por um ou outro colega que sempre protegia as manobras que minimizavam e acobertavam as faltas injustificadas, enfim, à defesa de colegas e amigos envolvidos em processos escandalosos. Profa. Claudia se posicionava firme contra esse tipo de comportamento. Alinhada comigo e com outros pouquíssimos colegas mais independentes.

A UECE fora criada em 1975 pelo governo estadual, quando no quadro docente total não continha mais que meia dúzia com doutorado, titulação que efetiva uma IES para o desenvolvimento de pesquisa, um dos pilares a sustentar a formação da juventude acadêmica, além do magistério e da extensão. O título máximo encontrado no curso de Geografia era de um ou dois mestres, não em Geografia, mas em disciplinas correlacionadas ao conhecimento geográfico. A estrutura física de nosso departamento era apenas de salas, carteiras, quadro para giz com apagador. Não havia laboratório, nem salas complementares. A dedicação dos professores, em sua quase totalidade, era parcial, o que na linguagem popular era de “bico”. Vários desses protegidos tinham outras ocupações extra universidade, vindo à UECE somente para ministrar uma aula em tempo mínimo, sem dedicar-se a debate com os discentes ou mesmo com seus pares. Faltava um atmosfera própria de ambientes acadêmicos. No início do curso, cada docente recebia a caderneta de controle das aulas, ficando à vontade, sem fiscalização de sua efetiva execução por parte da coordenação. Algumas dessas disciplinas eram finalizadas com déficit de aulas, com insatisfação de muitos alunos que desejavam se formar adequadamente. As críticas dos discentes se perdiam nos corredores ou eram repassadas aos poucos docentes a quem tinham maior aces-

so. Interessante, nesse quadro, que alguns docentes mais dedicados e com maior convivência com os estudantes, mais obedientes às obrigações acadêmicas, eram ditos como inconvenientes aos favorecidos tradicionais mantidos pelo grupo de dominadores da administração do departamento. Nesses desvios de postura, se incluíam servidores administrativos que substanciavam o *status quo*. Nesse clima conviviam discentes, docentes e servidores administrativos, o que denegria o nome do curso pioneiro da Geografia Acadêmica do Ceará.

Mesmo ainda sem contar com Pró-Reitoria de Pesquisa, inconformados com essa situação, formamos um pequeno grupo de quatro ou cinco professores e pouco menos de dez alunos, pretendendo estudos mais amplos e aprofundados, bem como busca de questões externas que pudessem contribuir para nosso conhecimento e sugerir propostas. Na época, brotava a discussão das questões ambientais, ao lado das desigualdades sociais. Novas ideias e teorizações apresentadas e debatidas no III Encontro Nacional de Geografia, em 1978, se ampliaram entre nós, incluindo temáticas de uma Geografia Nova, proposta por Milton Santos, com inclusão das questões sociais e ambientais, do papel do Estado e das classes sociais. Nesse cenário, nasce o primeiro Núcleo de Pesquisa da Uece, o Núcleo de Geografia Aplicada – NUGA. Era o alinhamento para transformar

a estrutura de ensino da ciência geográfica dessa universidade, o que não se efetivou sem perseguições, entraves, críticas de baixo nível, dificuldades, pois isso se confrontaria com o quadro vigente, acima narrado. Para mais complicações, o país estava em plena ditadura, em sua fase mais radical, favorável a denúncias de aproveitadores que viam em risco suas malandragens. Alimentava, mais ainda, o ambiente sensível na vida ueceana da Geografia, o fato de o quadro docente ser composto, com admissão recente sem concurso público, de militares ou alguns ligados ao poder ditatorial de então. Estava posto o caminho mais fácil de denunciar alguém de comunista, mesmo sem comprovação. Como forma de trabalhar com mais dedicação, resolvemos dedicar sábado e domingo para nossas reuniões, debates e trabalhos de campo. Para isto, tínhamos que utilizar transporte da UECE, muitas vezes dificultado por aqueles que estavam à frente da administração do Departamento, não muito satisfeitos com essas novas atividades. Como nossas ações eram articuladas de braço dado com os estudantes, alguns deles participantes do movimento estudantil e integrantes do Centro Acadêmico, criamos força política interna que servira para rebater os entraves. O NUGA sobrevivia, a cada empecilho. Havia até boatos que alguém instalara sistema de escuta em nossa sala de trabalho. Claro que fazíamos observações

nos equipamentos da sala. Independente disso, criamos uma coordenação, em rodízio. Mesmo sacrificando nossos dias de descanso do trabalho intenso, a convivência, a produção, as atividades múltiplas do NUGA nos trazia alegria, satisfação e bom desempenho acadêmico. Realizamos muito. E, ainda mais, implantamos as raízes da primeira pós-graduação em Geografia do estado do Ceará, atualmente reconhecido nacional e internacionalmente como Programa de Pós-graduação. De todas essas atividades e lutas, desde o início, Claudia estava presente, ora como colaboradora, ora como aluna no mestrado e doutorado, tendo como orientador professor Marcos Nogueira. Chega a ser professora da pós-graduação, com bom desempenho. Retornemos à vida do NUGA.

Lembremo-nos de que ela se graduara em Geologia, área ultrapassada em suas leituras contínuas, com novos conhecimentos que eram aplicados em debates, em aulas, em suas atividades na AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros, onde estava sempre presente com sua humilde participação, mas com efetivo entusiasmo. Assim, com a amplificação de seus estudos e pesquisa se filiara ao que chamamos de holismo humboldiano. Com uma diferença atualizada: inserido na dialética marxista. Não se limitando aos períodos geológicos, entrava na compreensão do método histórico marxista, mostrando que o espaço geográfico

ou espaço social se transforma continuamente, numa adequação temporal aos sistemas técnicos, políticos e econômicos do mundo, o que denomino de reestruturação socioespacial. Nesse processo, Claudia tinha clareza que o espaço se mantinha sob o domínio dos mais ricos, em nossa sociedade de extrema desigualdade. Sua participação na luta em defesa do Parque do Cocó, muita intensa nas décadas de 1980 e 1990 a partir da AGB-Fortaleza, não era alienada, mas reconhecendo que o povo precisava defender e tomar posse desse pulmão da cidade de Fortaleza, valorizativo das áreas periféricas, daí privatizada pelos potentados das grandes construtoras, com o aval do Estado. Por ser eu, na época, um dos diretores da Associação dos Professores do Ensino Superior do Ceará – APESC, a Diretoria concedeu, sob minha proposta, para ser lá a sede da AGB, cujas animadas reuniões contava com a presença dessa professora da UECE, estimulando alunos e colegas a participarem.

Em plena efervescência do NUGA nas lutas ambientais dos anos 1980, recebemos um telefonema do Departamento de Recursos Naturais da Superintendência do Desenvolvimento do Ceará – SUDEC, para recebermos o jovem vereador de Acaraú João Jaime Neto, de tradicional família de políticos da região, que tinha interesse em ampliar seu Projeto de Preservação de Jericoacoara, onde viviam nativos da comunidade de pescadores, no

litoral do referido município. Na época era reitor Cláudio Régis Lima Quixadá, admirador das causas ambientalistas, daí simpatizante do NUGA. Conhecedor da solicitação desse membro do parlamento municipal, deu respaldo para nosso trabalho. Através de sua assessora de pesquisa, Profa. Dra. Maria Luiza Chaves, concretizou-se um convênio com a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica/GTZ, ligada a um Ministério do governo alemão, que nos enviaria um especialista em meio-ambiente, o ecólogo Josef Georgen, já afeiçoado com nosso idioma. Para a execução dos trabalhos internos, foi acionada a Pró-Reitoria de Extensão, sob a responsabilidade da Profa. Maria Júlia Holanda. Formamos um grupo de pesquisadores, com a orientação do Dr. Georgen, tendo a participação dos estudantes, de especialistas da UFC e da SUDEC, além da Profa. Claudia. Em janeiro de 1985, com apoio também da Secretaria do Interior do Estado do Ceará, foi publicado o relatório “Área de Proteção Ambiental – Jericoacoara”, incluindo o Decreto 90.379 de 29 de outubro de 1994, assinado pelo Presidente João Figueiredo, criando a Área de Proteção Ambiental - APA, em âmbito federal. Nas páginas 29 a 42 desse livro está o primoroso trabalho da Profa. Claudia, com mapeamento, um quadro da estratigrafia do domínio onde se localiza a área do estudo, com seus sedimentos e afloramentos. À época, não tínhamos em mente o des-

tino desastroso desse ambiente de riqueza para a sobrevivência da comunidade que tanto nos apoiou e nos abraçou na época de nossas pesquisas.

Ainda na gestão do mesmo reitor, o NUGA, com forte participação da Profa. Claudia Grangeiro, conseguimos salvar o patrimônio territorial do Campus da Uece. Irresponsavelmente, certa autoridade doara à Prefeitura Municipal de Fortaleza, oito metros do lado oeste em toda a extensão do terreno do Campus, para alargar uma rua a favor do tráfego para o Shopping Maraponga. Em plena manhã, de uma terça-feira, possantes máquinas devastavam essa faixa do terreno do Campus, tombando frondosas árvores, para “limpar” a área e logo iniciar a implantação da tal via. Participantes de nosso NUGA alardearam o fato, logo se formando grupos para parar as aulas de vários cursos. Jovens estudantes de ambos os sexos se apossaram das máquinas, cessando tal crime ambiental. Profa. Claudia e membros do NUGA mobilizaram a Reitoria que, incontinenti, passou a contatar com outras autoridades e a imprensa, sabendo-se da origem das ações contra o patrimônio público a favor de empresas de vestuário da Maraponga. Como era início de semestre letivo, iniciaram-se as pesadas chuvas, comuns em Fortaleza, sobre as barracas de alunas e alunos acampados, numa forte resistência à dilapidação do Campus. Um mês de permanente presença de estudantes na área, o que encantou

os residentes próximos, pois eles sabiam que isso iria afugentar as milhares de abelhas dos apiários mantidos pela Uece. Tanto jornais, como o sistema televisivo deram atenção ao movimento contra essa agressão ao patrimônio da Uece e ao meio ambiente. O NUGA ganhava a população do entorno, inclusive, contribuindo com alimentação para os estudantes acampados. Os jovens, os participantes do NUGA, sofriam, mas faziam a festa por sua universidade. A Profa. Claudia Grangeiro liderava, sempre com entusiasmo. No mês seguinte, cessou tudo. A cerca do Campus retornava ao seu lugar. Vitória da resistência da juventude comprometida.

Outro trabalho que traz a assinatura da Profa. Claudia Grangeiro, no âmbito do NUGA, é o estudo “Comunidade Garibalde – realidade e alternativas”, publicado apenas em formato de relatório e entregue ao Ministério da Irrigação em janeiro de 1988, no intuito de conseguir recurso para executar um microprojeto de irrigação aproveitando o riacho que passa dentro da comunidade, almejando melhoria para a comunidade em frente à UECE. Ficou no sonho. Nesse estudo, registro a contribuição ativa da Profa. Claudia em apresentar a caracterização ambiental, para enriquecimento do trabalho final. Uma das marcas dessa nossa colega, sempre colaborar com os colegas, especialmente quando lhe exigia esforços para aprofundar o reconhecimento de algo que lhe dizia respeito.

Contribuição valiosa de Claudia foi deixada no estudo da Comunidade da Lagoa da Encantada, em Aquiraz, com o grupo do NUGA, quando não se falava em grupo remanescente de indígenas Kanindé, como está definido atualmente. Sabíamos, em conversas com os Cabeludos (como eram conhecidos), que ali havia algo de nossa formação antropológica. Para lá, o NUGA conseguiu levar os ecólogos alemães, de quem a comunidade recebeu ajuda para edificar um pequeno prédio, além de ter a visita do célebre geógrafo Orlando Valverde. Talvez, hoje, o professor Edson Vicente ou Cacau da UFC, na época nosso aluno na UECE e ativo integrante do NUGA, tenha algum documento produzido. Lembrando que tudo isso se fazia em fins de semana. Essas ações causavam mal-estar aos nossos adversários.

O NUGA, com a grande contribuição da professora Claudia, foi o primeiro Núcleo de Pesquisa da UECE, sem desconhecer os esforços dos colegas do Curso da Veterinária que, na época, já se esforçavam para trabalhos de pesquisa. Não é por acaso que desse núcleo nasceu o primeiro mestrado em Geografia do Ceará, estímulo para outros cursos também atraírem professores doutores para o quadro da UECE, além de incentivar a qualificação de docentes, já na última década do século XX.

Por falar na última década do século passado, foi nesse tempo que a Profa. Claudia estimulou al-

gumas alunas a irem cursar o mestrado na USP. À frente foi a professora, lá se instalando por vários anos, sendo orientada pelo professor José Conti. Uma aluna foi, em seguida, e por lá permaneceu. Um ano depois, duas outras. Sua casa era o abrigo de algumas dessas alunas, lugar de reuniões e comemorações. Tudo com muita amizade e solidariedade. Lembro que em uma das grandes paredes de seu gabinete de estudo, Claudia colara as três centenas de páginas do Guia das ruas de São Paulo, para auxiliar no nosso deslocamento na imensa cidade. Fez muitas disciplinas na USP, conheceu as boas bibliotecas, mas não concluiu, pois o tempo concedido era limitado, dentro dos parâmetros burocráticos, muito aquém do tempo para quem deseja ampliar leituras e aprofundar estudos científicos, como era hábito da professora. Ela, aproveitando os créditos e os conhecimentos obtidos, veio concluir o mestrado e o doutorado na Uece, sob a orientação do professor Marcos Nogueira, amigo também do professor Conti. Claudia fez tudo em tempo recorde. Impressionante para muitos, ela não era ansiosa por títulos ou avolumar seu currículo lattes, mas por permanente desejo de ampliar conhecimentos, valioso tesouro que bem sabia distribuir com seus alunos e colegas.

Ela também participou do primeiro estudo acadêmico da região do Baixo Jaguaribe, projeto por mim coordenado e financiado pelo CNPq, cujo

relatório final de 2001, fora transformado, no ano seguinte, em livro coordenado pela colega professora Dra. Denise Elias, com o título *O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe-CE*, onde consta o nome da Professora Claudia Maria Magalhães Grangeiro, como participante do grupo que produziu a parte primeira, Análise Geoambiental. Essa nossa pesquisa tem contribuído para outros estudos acadêmicos dessa importante região do estado do Ceará.

Quando atendi o convite do amigo professor Milton Santos para me pós-graduar na USP, em 1988, quem me recebeu e ciceroneou, juntamente com minha esposa Márcia e meu filho Luiz Silveira, foi a colega Claudia, até nos estabelecermos em um apartamento próximo da USP. Ela, já familiarizada com a metrópole, me auxiliou na busca de uma moradia. Nessa busca, houve um fato trágico-cômico que bem expressa a vida, a realidade de São Paulo.

Marcamos uma data para escolher casa ou apartamento para hospedar-me com a família. Claudia com seu carro nos transportou a um dos endereços. Era uma casa com dois pavimentos, com revestimentos de carpetes. Visualmente, muito agradável. Meu filho, encantado pelo amplo espaço, corria e se jogava no chão macio. Foram trinta minutos de breve encantamento. Dito numa linguagem clássica, eis senão quando, isto é, quando menos se espera notamos que todos, den-

tro do carro, eu, Márcia, Claudia, Luiz Silveira e Isorlanda, todos estávamos cobertos de pulgas. O carro estava infestado, o que, nos obrigou nos cuidar, rapidamente, e a Claudia levar o carro para uma higienização completa, livrando-nos do repugnante inseto. No dia seguinte, tudo isso foi motivo de muitas gargalhadas e bons goles de cerveja com churrasco, mas... longe, longe daquela linda casa das pulgas.

No âmbito da UECE, formado o Programa de Pós-graduação em Geografia – PROPGEO, continuamos as batalhas por uma Geografia que fosse útil a conquistar uma sociedade melhor. Depois de alguns anos, ministrando a disciplina “Epistemologia da Ciência geográfica”, obrigatória e exclusiva aos doutorandos, produzida e organizada sob minha responsabilidade, fora oficializada, por unanimidade, pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Geografia. Era a oportunidade de todos os doutorandos lerem, discutirem a formação do pensamento geográfico, teriam oportunidade de ler filosofia e história da ciência, para não se doutorarem alienados do que iriam repassar para seus futuros alunos. Era oferecida para os doutorandos do primeiro semestre de cada ano. Convidei a colega Profa. Claudia, em 2015, para me acompanhar no desempenho docente. Ela preferiu assistir todas minhas aulas, além da semana de atividades do professor Ruy Moreira da

Universidade Federal Fluminense, meu convidado e amigo, ela se responsabilizou por ler todos os projetos de pesquisa dos alunos, para discutir com eles a possibilidade de reverem ideias ou, até, modificarem seu conteúdo, quando inseririam novos conhecimentos absorvidos com o desenvolvimento da disciplina de 90 h/a. Assim foi feito, o que agradou a totalidade dos alunos. Foi uma experiência muito positiva, conforme testemunhou toda a turma. Ressalto que esse trabalho estafante não fora contabilizado em obrigações na universidade. Era puro amor à Geografia e ao ambiente acadêmico. Gostava muito de participar de debates de alto nível. Era sua alma de intelectual. Não era uma professora qualquer, era uma cientista da Ciência geográfica. Meu desejo era tê-la como minha substituta na disciplina. Esse sonho foi para as nuvens, acompanhando-a.

Constantes ações de solidariedade, de irmandade, de caridade, de se dar sem esperar retorno, comprovadas pelas inúmeras mensagens de tristeza dos que trabalharam com ela na graduação, no Nuga, no PROPGEIO e no PET, com sua partida inesperada desse mundo de ambição, de inveja, de intrigas.

Era assim minha querida amiga e colega que se fora, antes de nos encontrarmos para tratar de assuntos da pós-graduação, da ciência geográfica e dos alunos, reunião marcada para se-

gunda-feira que não chegou. Com o AVC, sofreu muito no hospital, procurando nos dá esperança para continuar nossa vida de batalhas. As mensagens de seu filho Rafael alimentavam nossa alma, certos de seu retorno. Enfim, dias depois, ela partiu e todos os amigos e amigas ficamos em comoção. Eu, até hoje, só me lembrando da segunda-feira combinada.

AS NOSSAS LUTAS

Vanda de Claudino-Sales

A década de 1980 e meados da década de 1990 foram intensas para os geógrafos e profissionais da Geografia no Ceará. Organizados em torno da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, seção Fortaleza, esses militantes atuavam em prol da preservação do meio ambiente, da paisagem, da natureza, do espaço urbano, da história da cidade, e de temas específicos da Geografia, como Ensino de Geografia e questões profissionais.

Essa ação ultrapassava os limites de Fortaleza: a AGB-Fortaleza realizava anualmente o Encontro de Geógrafos do Estado do Ceará, oportunidade em que discutia os problemas do estado com participação de centenas de pessoas interessadas nas temáticas tratadas, com geógrafos de outras cidades do estado. Assim, a AGB-Fortaleza tinha um caráter estadual. Como sempre ocupava espaço na mídia falada, escrita e televisiva, esse caráter era reforçado permanentemente. A AGB-Fortaleza era uma entidade conhecida e reconhecida

na sociedade cearense, e exercia papel fundamental de aglutinação de movimentos sociais.

Um aspecto da AGB-Fortaleza era digno de menção: ela agregava profissionais da Geografia de vários órgãos, como membros dos departamentos de Geografia da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Estadual do Ceará, e integrantes de órgãos técnicos da prefeitura municipal de Fortaleza e do governo do estado do Ceará.

Alternando-se nas diversas funções administrativas que compunham a diretoria da entidade (diretor, vice-diretor, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro, coordenador de publicações e coordenadores de comissões técnicas) ou apenas participando das atividades semanais ao longo dessa década, de forma permanente ou eventual, um grupo de pessoas era mais ativamente presente na vida da entidade.

Elas eram, em ordem alfabética: Adriana Pedrosa, Aldiva Diniz, Antonia Neide Costa Santana, Carlos Augusto Amorim Cardoso, Claudia Maria Magalhães Grangeiro, Edilmilson Pereira Junior, Eustógio Wanderly Correia Dantas, Francisco Amaro Gomes de Alencar, Francisco Dantas, Francisco Djacyr Souza, Francisco Fontenelle, Isorlanda Caracristi, Ivonaldo Silva, José Borzachiello da Silva, Luis Cruz Lima, Maria Clélia Lustosa da Costa, Maria Fatima Almeida Martins, Maria Geralda Almeida, Martha Maria Ju-

nior, Paulo Ramos, Pedro José Alves Capibaribe, Vanda Claudino Sales, Zilda Maria Souza, dentre outros que a nossa memória infelizmente não nos permite aqui listar.

Nos acompanhavam também nessa luta os ambientalistas João Saraiva e Silvio Gurjão, do então Partido Verde; Fátima Limaverde, da Escola Vila; Marcus Vinicius Oliveira, da Associação dos Engenheiros Agrônomos; Flávio Torres, da Universidade Federal do Ceará; Marília Brandão, da Associação dos Biólogos do Estado do Ceará; Antonio Praxedes Berto, da Associação Brasileira de Engenharia Ambiental e Sanitária; Zefisa Soares Menezes, da Associação dos Sociólogos do Estado do Ceará; José Lemenhe e José Alberto Almeida, do Instituto dos Arquitetos do Brasil; vereador Samuel Braga e deputado estadual João Alfredo Telles Melo; além de outros colegas que não nos vêm à memória nesse relato histórico.

Que eles me desculpem, por favor! Escrevo esse depoimento com apoio apenas de um documento, que retrata as lutas do movimento ambientalista em Fortaleza (trata-se do livro “Demandas do Movimento Ambiental por Áreas Verdes em Fortaleza”, do Jornalista Ademir Costa, publicado pelo Banco do Nordeste do Brasil em 2014), já que me desfiz dos meus arquivos pessoais e profissionais quando deixei a cidade de Fortaleza para fixar residência nos Estados Unidos da América, em

2012. Com certeza, passado tanto tempo e tendo vivenciado tantos outros acontecimentos, a memória é já falha na dimensão da totalidade da realidade.

Contudo, o que importa nesse momento, o que nos interessa hoje falar nesse depoimento, é particularmente em relação a uma integrante das atividades da AGB- Fortaleza: a professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Ceará, Claudia Maria Magalhães Grangeiro.

Claudia Maria Magalhães Grangeiro participava das reuniões semanais da AGB- Fortaleza, que durante mais de uma década ocorreram nas dependências da APEOC - Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará, na região central de Fortaleza.

Essas reuniões debatiam as atividades da entidade, como encontros estaduais, sessões culturais mensais, elaboração de documentos, presença em atividades do movimento social organizado, elaboração de publicações, organização de atos públicos, reuniões com autoridades, debate de questões profissionais e estudantis. Claudia Maria Magalhães Grangeiro estava sempre presente, com seu jeito discreto, suave, repleto de lucidez e competência. Contribuía com opiniões, apoio na elaboração e estudo de documentos e atividades, composição de grupos de atuação para a organização dos encontros estaduais, representação da AGB-Fortaleza em atividades sociais e órgãos de representação.

A presença da professora Claudia Grangeiro era um grande apoio para a vida da AGB-Fortaleza, e a garantia da permanente participação dos profissionais da UECE nas atividades da entidade. Em adição, ela agregava em torno dela alunos do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará, que a seguiam nas atividades da AGB-Fortaleza, assim, possibilitando uma maior representatividade da totalidade dos envolvidos com a ciência geográfica no cotidiano da entidade. Sem alunos, a AGB-Fortaleza sem dúvida não teria tido a expressão política, social e profissional que teve nos idos das décadas de 1980 e 1990. E muitas foram as lutas que travamos nesse período, com a contribuição da professora Claudia Grangeiro! Faço uma pequena síntese dessa mobilização nas linhas a seguir.

A luta pela preservação do Rio Cocó

Em meados de 1985, tem início em Fortaleza o movimento SOS Cocó. O SOS Cocó era formado por cerca de 15 entidades, dentre elas a AGB-Fortaleza, e tinha o objetivo de salvar o manguezal do Rio Cocó, maior recurso hídrico da cidade de Fortaleza, da força da especulação imobiliária. Ele veio no rastro das atividades da Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente - SO-

CEMA, que conseguiu, por pressão política, a criação do Parque Adahil Barreto às margens do Rio Cocó, nas imediações da Avenida Pontes Vieira.

A criação do Parque Adahil Barreto ocorreu em 1976, com resultado do protesto contra a instalação da sede do Banco do Nordeste do Brasil no manguezal do rio. O banco aceitou a pressão e mudou a sua sede para o bairro Passaré, produzindo o que representa uma das grandes vitórias do movimento ambiental no Ceará.

A primeira vitória do SOS Cocó veio com a criação, em 1986, da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Cocó, através de decreto assinado pela então prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenele. Mas a APA não garantia a completa preservação do rio: pela natureza de uma “APA”, poderia ainda haver uso e ocupação do manguezal, e o SOS Cocó pleiteava ocupação zero. Assim, a luta continuou, com grande participação da sociedade civil e apoio em particular do jornal O POVO, que registrava todas as atividades realizadas em prol da preservação do manguezal.

Em 1987, o SOS Cocó reage a um projeto que deu entrada na prefeitura municipal de Fortaleza, visando a construção de edifícios e residências nos limites do manguezal do Rio Cocó no bairro Água Fria. Foram muitas as mobilizações, e a AGB-Fortaleza deu contribuição significativa para o sucesso das iniciativas.

Vários atos públicos foram realizados, tais como shows, comícios, piqueniques ecológicos, alguns contando com a participação de duas mil pessoas. A Escola Vila, integrante do SOS Cocó, através de uma de suas diretoras, Fatima Limaverde, uma das fundadoras do movimento, produziu uma alegoria que garantia a visibilidade da mobilização, a chamada cocobra (Figura 1). A cocobra garantia também a presença de crianças nos atos públicos do SOS Cocó, dando um aspecto lúdico para as mobilizações.



Figura 1. Cocobra, alegoria festiva criada pela Escola Vila, através de uma de suas diretoras, Fatima Limaverde, para mobilizar as atividades públicas do Movimento SOS Cocó, em defesa da preservação do manguezal e das dunas que cercam o rio. Na oportunidade, a cocobra estava sendo utilizada em um ato público realizado no Parque Adahil Barreto (Foto: Jornalista Ademir Costa)

Uma grande etapa da articulação em defesa do rio Cocó está relacionada com a mobilização e produção de documentos para a que a preservação de todo o manguezal fosse feita do limite da cota topográfica de 5m. A cota 5, como ficou conhecido o limite, correspondia ao nível máximo alcançado pelas marés nas marés cheias, garantindo assim o limite máximo de presença do manguezal. Preservar até a cota 5 significava, portanto, preservar toda a extensão do manguezal.

O governo do estado do Ceará, nas pessoas dos governadores Gonzaga Mota e Tasso Jereissati, já cedendo as pressões do movimento ambiental, negociavam a cota de 3m. O SOS Cocó, com intensa participação da AGB-Fortaleza, consolidou, através de documentos científicos variados, a necessidade de preservação da cota 5, para garantia da manutenção do manguezal, o qual se achava em processo de recuperação após o abandono das atividades de extração de sal das salinas da Av. Zezé Diogo.

A mobilização avançava, e assim, em 1989, o governador Tasso Jereissati assinou o decreto de criação do Parque Ecológico do Cocó, com área de aproximadamente 1.000 hectares. A vitória do movimento ambiental foi significativa. A luta pela preservação do rio Cocó, no entanto, ainda continuava, pois o decreto de criação do parque estadual assinado pelo governador Tasso Jereissati

não desapropriou os terrenos privados para a real delimitação do parque, e muitas foram as invasões das áreas de preservação por parte de construtoras e pelo próprio estado.

Uma grande batalha foi travada contra a construção da Avenida Sebastião de Abreu, mas a batalha foi perdida. Em todo caso, em 1993, o governador Ciro Gomes ampliou o parque para em torno de 1.150 hectares, agregando a foz do rio na área preservada. Na sequência, seu irmão, Cid Gomes, também governador do estado, assina novo decreto em 2008, aumentando a área de preservação para cerca de 1.300 hectares.

Todos os decretos assinados pelo governo estadual visando o Parque Ecológico do Cocó definiam as áreas como de interesse social para fins de desapropriação. Porém, tal desapropriação nunca ocorreu, e a retirada das construções irregulares nunca foi efetivada, de forma que o parque até hoje não existe realmente no papel. Tal fato facilita as invasões na área preservada.

Em 2016, o governador Camilo Santana, através de seu secretário de meio ambiente, Artur Bruno, negociou a desapropriação dos terrenos relativos ao parque, e criou legalmente o equipamento de forma definitiva (Figura 2). Um passo absolutamente fundamental para a preservação do rio Cocó no âmbito do município de Fortaleza foi dado com essa oficialização do parque, repre-

sentando mais uma grande vitória para o movimento ambiental na cidade, bem como a garantia de um mínimo de qualidade ambiental para a cidade, tão sacrificada em relação ao seu meio ambiente - apenas a poluição das águas seria ainda considerada um impecilho para a completa qualificação natural do rio.



Figura 2. Parque Estadual do Cocó, cuja oficialização se deu no Governo Camilo Santana, finalizando uma luta ambiental de mais de 40 anos (Foto: Governo do Estado do Ceará).

A defesa dos demais recursos hídricos da cidade

Na esteira do movimento SOS Cocó, veio o movimento SOS Lagoas, que realizou atos em defesa da Lagoa da Parangaba e da Lagoa da Maraponga, situadas nos bairros homônimos. Registra-se ainda a luta pela defesa do riacho Maceió, situado no bairro Papicu, Dunas e Beira-Mar.

Na gestão da prefeita Maria Luiza Fontenele, além da criação da APA do Rio Cocó, foram também criadas as APAS do Riacho Maceió e do rio Ceará, com um resultado da mobilização do movimento ambiental. Mas, em 1987, o movimento ambiental choca-se com a gestão da prefeita: uma obra de aterro e construção de uma concessionária de carro estava sendo realizada por um particular nos limites da área úmida da Lagoa da Parangaba.

O movimento ambiental fez a denúncia, mas a prefeitura não assumiu tomar medidas para impedir a continuidade da construção. O movimento ambiental teve então um de seus embates mais dramáticos: lutar contra quem até então tinha sido aliado. O movimento, no entanto, não titubeou.

Foram realizados protestos públicos, produzidos cartazes, debates, idas a imprensa, denúncias, comícios com presença da própria prefeita, até que houve a intervenção dos órgãos públicos municipais, e a construção foi interditada, além de ter sido destruído o muro que já havia sido levantado. Houve a vitória do movimento, e a lagoa, que infelizmente já contava com um grande número de intervenções danosas (Figura 3), teve parcela de seu espelho hídrico preservado.



Figura 3. Lagoa da Parangaba, no bairro homônimo, cercada de edifícios. Em meados dos anos 1980, o Movimento SOS Lagoas, a partir de suas mobilizações, impediu que parcela do seu espelho d'água fosse aterrado (Fonte: Jornal Diário do Nordeste, 13 de março de 2017).

No lugar da revenda de automóveis, foi construída um pequena área de paisagismo. Como atesta o jornalista Ademir Costa no seu livro, “a partir dessa grande vitória, vieram outras, como a drenagem do sangradouro da lagoa, para evitar o alagamento das casas na Av. Carneiro de Mendonça e na Augusto dos Anjos, como também na Av. José Bastos.” O movimento ambiental, com ampla participação da AGB- Fortaleza e de seus integrantes, fazia lutas pontuais, mas contribuía efetivamente para a criação de uma cultura ambiental na cidade, de forma a garantir a salvaguarda de seu patrimônio ambiental.

Uma outra grande mobilização do movimento ambiental com participação da AGB- Fortaleza e de seus integrantes foi o SOS Lagoa da Marapon-

ga. O SOS Lagoa da Maraponga envolveu diversas comunidades do bairro Maraponga, criando uma aliança com os setores populares até então pouco vivenciada pelo movimento ambiental.

A articulação surge diante da denúncia de existência de projeto imobiliário da construtora OAS, o qual tinha dado entrada nos órgãos públicos municipais, visando a construção de edifícios residenciais nas margens da lagoa, com esgotos sendo lançados no seu espelho hídrico. A reação do movimento ambiental foi imediata: foram realizadas manifestações públicas, shows musicais, documentos técnicos, reuniões, denúncias, cartazes, mobilizações, passeatas, visando sensibilizar o então prefeito municipal, Juracy Magalhães, para a necessidade de indeferimento e não aprovação do projeto.

O prefeito, porém, não se sensibilizou, e não tomou nenhuma providência. A obra avançava a passos largos, enquanto a mobilização também crescia. Finalmente, em um ato inédito, o então governador do estado, Ciro Gomes, comprou a briga contra seu desafeto político e assinou, em 1991, o decreto de desapropriação da área e de criação do Parque Estadual da Lagoa da Maraponga, no local deveria ser instalado o condomínio de edifícios. A construção foi então definitivamente embargada.

Esse vitória foi retumbante, pois significou ganhar a luta contra uma das mais poderosas

construtoras do país. Na esteira desse movimento, outros parques foram criados na cidade, como o do Parreão e o Parque Rio Branco. O crescimento da cultura ambiental foi sem dúvida um grande resultado da mobilização do movimento ambiental em Fortaleza pela preservação de áreas pontuais. Hoje, o Parque da Maraponga passou para o controle do município, e é muito utilizado pela população do bairro, sobretudo nos finais de semana. No entanto, a poluição hídrica continua e o uso não é sustentável, pois não tem controle de invasão por vendedores e automóveis nos limites da área de preservação (Figura 4).



Figura 4. Lagoa da Maraponga sendo utilizada pela população local. O parque hoje é de propriedade do município de Fortaleza (Fonte: Jornalista Ademir Costa).

Muitas outras mobilizações da AGB-Fortaleza ocorreram durante esses anos das décadas de 1980 e 1990, como aquelas realizadas em torno da realização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, a Eco-92, em torno do Fórum Cearense de Defesa da Sociedade Civil, e as que ocorreram como resultado da participação da AGB-Fortaleza no Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA, Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM, Comissão de Avaliação do Plano Diretor de Fortaleza - PDDF, e Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Provavelmente, esqueço ainda outras tantas atividades, dado a distância no tempo, a falta de material de apoio para fazer esse relato, e de memória associada a outros eventos semelhantes, já que fazia parte de outros movimentos.

Em 1994, fui para Paris, onde fiquei por 5 anos, realizando meu doutorado na Universidade Paris - Sorbonne. A partir dessa época, me desliguei da AGB - Fortaleza, e não tenho registro das novas lutas travadas pela professora Claudia Grangeiro, nem da continuidade das mobilizações. No entanto, sabemos que até hoje a entidade de uma forma ou de outra atua, o que nos enche de prazer e encanto.

Aquelas atividades realizadas na AGB - Fortaleza nos idos de 1980 e 1990 com a contribuição da professora Claudia Maria Magalhães Grangei-

ro, certamente abriram espaço para a solidificação da entidade e da categoria, e as lutas das quais ela participou, para a melhoria da cidade de Fortaleza e de sua cultura ambiental.

Do ponto de vista pessoal, foi um prazer e uma honra desfrutar de amizade da professora Claudia, a qual foi alimentada em torno da AGB - Fortaleza, e também nos anos em que cursamos o mestrado em Geografia na Universidade de São Paulo. Essa honra se perpetua no tempo, garantindo a certeza de que a professora Claudia Grangeiro jamais será esquecida. Repouse em paz, querida Claudia, e que os céus a tenham.

Referências bibliográficas

COSTA, A. **Demandas do movimento ambiental por áreas verdes em Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2014, 249p.

PRÁTICAS COMPARTILHADAS: GEOGRAFIA, ENSINO E AFETO

Zenilde Baima Amora

Quando fui solicitada a escrever um capítulo deste livro em homenagem à professora Claudia, não pensei duas vezes sobre o que iria abordar, mesmo ciente das diversas possibilidades em face das lembranças de uma pessoa tão especial e de tudo que o nosso convívio poderia suscitar. Optei, assim, por fazer o relato de uma experiência que compartilhamos ainda como docentes do Curso de Bacharelado em Geografia, da Universidade Estadual do Ceará – UECE, quando convivi mais amiúde com a Claudia.

Refiro-me ao trabalho que realizamos conjuntamente, na qualidade de professoras, e que foi além daquelas atividades rotineiras, a exemplo de participação em reuniões, em comissões de trabalho instituídas pelo colegiado e, ainda, em outras

tarefas concernentes à vida acadêmica. O que vou narrar aqui diz respeito a uma experiência inusitada e que, assinalo, fugia aos padrões da prática docente. Durante cerca de dez anos, lecionamos juntas as disciplinas Teoria e Prática de Pesquisa em Geografia Física, ministrada por ela, e Teoria e Prática de Pesquisa em Geografia Humana, sob a minha responsabilidade.

Não me recordo de como surgiu a ideia, mas o interessante é que compartilhávamos a mesma sala de aula, no caso, a docência dessas duas disciplinas, o que não significava diminuição de nossa carga horária, mas o contrário, pois tínhamos, com isso, o aumento de horas de trabalho, o que efetivamente não pesou no momento de tomarmos a decisão de trabalhar em dupla, no caso apenas dessas duas disciplinas, que tinham objetivos comuns, embora se distinguissem conforme as áreas do pensamento geográfico.

Mencionadas matérias de ensino objetivavam o desenvolvimento de capacidades necessárias à realização da pesquisa, como atividade racional, nas áreas disciplinares da Geografia Física e da Geografia Humana. Ao operarmos juntas, não tínhamos como propósito a unificação do pensamento geográfico e, portanto, “resolver” questões epistemológicas da nossa Ciência. Não visávamos, todavia, à unificação das disciplinas, mas, por meio da prática de atividades conjuntas, a ideia

era refletir e desenvolver ações com vistas a superar pensamentos estanques e fragmentários.

O que nos moveu nessa empreitada foi o sentimento de troca, de ajuda mútua, e ainda a possibilidade de atuarmos em uma perspectiva intradisciplinar. Achávamos que duas cabeças, bem diferentes, pensando ao mesmo tempo, e com formações diversas, enriqueceria muito mais a nossa prática docente. Nossas discussões em sala de aula, e principalmente fora dela, eram intermináveis e vinham sempre acompanhadas de leituras e reflexões que tornavam a nossa experiência mais robusta. Não questionávamos se essa maneira de lecionar aquelas disciplinas era a mais acertada ou se haveria outra melhor. Por certo, sim, mas era a que desenvolvíamos e, seguramente, com todo o nosso empenho, motivo por que, nesta obra, tenho a honra de proceder a esses relatos.

O enunciado aqui se assenta em evocações circunscritas na minha retentiva e que tiveram por base a experiência que compartilhamos, durante anos, como professoras, no cotidiano da sala de aula, e que, reafirmo, não são formulações abstratas, mas decorrentes de vivências, de compartilhamento e de afeto. Talvez tenha captado e relatado menos do que deveria, do período em que trabalhamos juntas na UECE. A memória falha, de sorte que muito do vivido por nós se perde no tempo; e já se passaram vários anos.

Foi assim que resolvi homenagear a Claudia professora, que, ao valorizar a dimensão pedagógica, no desempenho de sua função de docente, revelou-se uma educadora por vocação e, portanto, comprometida com a arte de ensinar, ao valorizar atitudes direcionadas a uma formação acadêmica mais humanizada.

Expresso, também, meus sentimentos de admiração e respeito pela querida colega, por meio do relato de alguns aspectos apreendidos de nossa convivência e que seria possível ser bem mais extenso. Em face, entretanto, da necessidade da síntese inerente a uma publicação, exibimos de maneira mais resumida.

Agradeço as idealizadoras dessa homenagem a oportunidade de deixar registrado o meu testemunho sobre uma pessoa que, entre tantos predicados, soube conduzir com a mais alteada competência, dotada de sensibilidade e maestria, a digna tarefa de professora.

Mais uma palavrinha

Rememorando o nosso cotidiano em sala de aula, dou continuidade a esses escritos, narrando uma prática pedagógica que, por mais singela que possa parecer, ilustra a preocupação que tínhamos em ouvir os alunos, dando-lhes a palavra quando operado o ensino-aprendizagem.

Trata-se do seguinte: com base numa ideia da professora Claudia, solicitávamos a cada aluno, antes de encerradas as atividades, que expressassem em palavra única o que representou para si a experiência vivida naquele dia de aula. Em resposta, ouviam-se diversas palavras que, em síntese, não fugiam do que havia sido preconizado na proposta programática das disciplinas, mas que iam além, à medida que as expressões continham componentes de ordem pedagógica, didática e cognitiva.

Almejávamos com essa e, também, com outras estratégias de ação, o exercício de uma prática de ensino, baseada na participação mais consciente dos estudantes, ajudando-os a expor as suas dificuldades no trato com a pesquisa. Intentávamos, com efeito, romper com a visão conteudística e pouco crítica, por meio do envolvimento de cada qual na elaboração da pesquisa como atividade baseada na racionalidade e, portanto, na adoção de métodos científicos. Tudo isso – assinalo com a máxima segurança – requeria muito envolvimento, dedicação e empatia, próprios do fazer pedagógico da professora Claudia.

Consoante já comentado, não era meu propósito me aprofundar nos aspectos epistemológicos da Geografia ou mesmo ignorar a especialização dos saberes. Enveredar nessa discussão desvirtuaria o sentido real de nossa opção em trabalhar-

mos conjuntamente as duas disciplinas. Embora essas dúvidas e inquietações fossem pertinentes e viessem à tona, de vez em quando, não chegavam a demandar muito tempo das nossas aulas, haja vista que o foco era a pesquisa em Geografia, seus métodos e procedimentos analíticos, ou seja, a relação teoria e prática, evidentemente, com arri-mo nas orientações, em leituras programadas e no trabalho de campo.

Muitos serão passíveis de questionar que aquilo feito por nós nada mais era do que pôr em prática a proposta programática das disciplinas. De fato, cumpríamos determinações formais e, portanto, as nossas responsabilidades na qualidade de professoras. Ressalto, no entanto, nessa prática incomum por contar com a participação conjunta de duas professoras, contribuindo, cada vez mais, para o aprimoramento dos alunos no trato da pesquisa, que a professora Claudia foi excepcional, por sua capacidade de inovar, pela solidez de sua base intelectual, mas também porque tudo isso vinha acompanhado de uma grande dose de afeto.

Contávamos com poucas horas de aula (seis horas semanais para cada disciplina), de modo que dedicávamos grande parte do tempo, determinado na proposta curricular do curso, na elaboração do projeto de pesquisa. Assim fazíamos por entendermos que a investigação tem início com

o seu planejamento, desde o momento da escolha do assunto a pesquisar, do instante a formular o problema de estudo, da definição dos objetivos da eleição dos métodos e procedimentos analíticos.

A escolha do mote da pesquisa era livre, isto é, não definíamos, *a priori*, o tema que os alunos deveriam pesquisar, de modo que essa etapa se dava com suporte nas experiências vividas e/ou de assuntos conhecidos pelos alunos, em consonância com a base teórica adquirida previamente por meio das disciplinas parcelares. As experiências cotidianas dos estudantes eram levadas em conta, não como informações em si mesmas, mas à medida que se convertiam em objetos de estudo ancorados em princípios e conceitos concernentes à Geografia.

Embora não intencionássemos retornar à discussão conceitual, por motivos óbvios e por ser esta tarefa praticamente impossível, instigávamos os alunos a recorrerem, em um esforço cognitivo, aos ensinamentos adquiridos há tempo. Desse modo, propiciávamos as condições para que eles estabelecessem as interfaces necessárias da teoria com a empiria, transformando as suas escolhas em assuntos práticos de interesse científico.

A professora Claudia estava sempre disposta a colaborar com os alunos, fazendo comentários inteligentes, oferecendo sugestões de problemas de estudo, orientando-os na busca de bibliografia e

fontes de dados, contagiando a todos nós com suas ideias e ensinamentos. Ao mesmo tempo, concitava os nossos jovens pesquisadores à reflexão sobre a premissa da indissociabilidade pensamento teórico – situações empíricas.

Nesse percurso de ensino-aprendizagem, relembro o quanto a professora Claudia respeitava o tempo de amadurecimento de cada aluno. Com paciência e generosidade estava sempre disposta a ajudá-los na superação de suas dificuldades, aliás, próprias de principiantes na produção do conhecimento.

A comunicação e a troca de experiências eram constantemente estimuladas em sala de aula. À medida que os alunos iam completando cada etapa da proposta de pesquisa, os resultados parciais eram socializados, ou seja, cada estudante ouvia o outro, passando a entender e valorizar o trabalho coletivo. Eram momentos, repito, em que eu percebia a capacidade da Claudia em acolher os alunos, principalmente aqueles que demonstravam mais apreensão em expor, oralmente, para o grupo de colegas e professoras seus avanços, mas, sobretudo, suas dificuldades na condução do trabalho de pesquisa.

Convém, ainda, destacar as nossas incursões em campo, não obstante o tempo dedicado ao planejamento, ou, mais especificamente, com a elaboração do projeto de pesquisa. O nosso objetivo com

esse *modus operandi* era o desenvolvimento do raciocínio no tocante à apreensão da realidade empírica, concernente à observação dos fenômenos e à descoberta e conhecimento mais aprofundado de áreas pouco visitadas pelos membros da disciplina. Os alunos tinham, assim, a oportunidade de aprimorar sua perspectiva no sentido da apreensão de fenômenos aparentemente despercebidos e que, com a prática de campo, se convertiam em objetos de interesse científico na área de Geografia.

A realização dessa atividade visava a propiciar as condições para que os alunos experimentassem o contato mais direto com a realidade empírica, sob a nossa orientação. Nesse ensejo, ocorria, também, a escolha de objetos de busca científica, conforme já comentei em passagem anterior, sobretudo entre aqueles alunos que não haviam desenvolvido *a priori* sua temática configurada numa proposta de pesquisa.

Na escala do espaço urbano, em geral, dava-se a escolha da área a ser visitada, ou seja, para a realização da atividade de campo. No caso, era Fortaleza ou alguma cidade de sua região metropolitana, em razão de sua proximidade e as facilidades de deslocamento. Eram muitos os questionamentos que essa escolha suscitava, haja vista que a complexidade do espaço citadino se convertia em enormes possibilidades de eleger assuntos a pesquisar.

As visitas de campo tinham caráter mais exploratório e privilegiavam diversos aspectos, dentre os quais aqueles referentes ao meio ambiente, à dinâmica urbana e, conseqüentemente, às circunstâncias ligadas ao cotidiano – como moradia, transportes, consumo e lazer – para mencionar alguns temas.

Parte desses assuntos compunham, de modo mais específico, as reflexões da estudiosa Claudia, como aqueles referentes ao meio ambiente, tanto na óptica teórica quanto sob a perspectiva prática. Assim, os seus conhecimentos nessa área aportavam, em geral, valiosas contribuições ao debate em sala de aula, principalmente por estarem fundamentados em uma visão de totalidade no trato da relação sociedade e natureza, conforme assinado ao extenso desta exposição.

Eis um pouco mais da Claudia – professora, geógrafa e amiga

A professora Claudia, conforme muitos sabem, não tinha, de início, diploma em Geografia. Este só veio com o doutorado. Sua graduação foi em Geologia, o que não constituía um obstáculo no desenvolvimento de seu exercício acadêmico no âmbito do ensino e pesquisa em Geografia. O fato de se haver graduado em Geologia se tornava, assim, uma contribuição a mais, por ser esta uma

ciência afim à Geografia, o que favorecia a prática da interdisciplinaridade, tão bem valorizada por ela. Ademais, o que de fato parecia, a meu ver, o que mais lhe importava era a busca constante de aprimoramento do seu cabedal de conhecimento na seara do saber geográfico e, portanto, o interesse no aprofundamento dos seus métodos, conceitos e temas.

A Eminente professora defendia uma concepção de Geografia Física que rompia com a fragmentação, ainda de certo modo arraigada na análise geográfica, no tratamento da relação sociedade/natureza, sem, entretanto, desconsiderar as individualidades das áreas do conhecimento. Ela deixou para os seus alunos esse legado que, acredito, será bem enfatizado por outros autores deste livro, que conhecem mais do que eu esse campo da Ciência Geográfica.

Evidentemente, essa visão mais crítica da Ciência Geográfica era também compartilhada por outros autores, que ela conhecia e cuja produção lia incessantemente. Por um lado, e de modo geral, ela buscava constantemente o aprofundamento em sua área de estudo, ao mesmo tempo, em que era notória a sua preocupação em socializar suas leituras.

De outra vertente, a Claudia era muito receptiva às minhas indicações bibliográficas, mas, às vezes, me surpreendia, ao comentar sobre a

abordagem de autores reconhecidamente vinculados à produção de conhecimento na área de Geografia Humana. Ao ler Milton Santos, Ana Fani Alessandri Carlos, dentre outros, denotava, seguramente, que ela detinha uma visão de Geografia transposta às fronteiras intradisciplinares. Cumpre salientar, ainda, que ela demonstrava ter consciência da necessidade de se rever paradigmas e concepções que embasaram historicamente a Ciência Geográfica, comportamento revelador de sua atitude crítica e denotativo do gosto pelo debate das ideias. Conceitos como ambiente, paisagem e natureza, que dão consistência à Geografia Física, eram constantemente enfatizados pela querida professora, que chamava a atenção dos alunos no sentido de pensá-los criticamente, porém destacando o seu potencial analítico.

A Claudia tinha muito gosto pela Filosofia. Dizia-se amadora no tema, mas a escutei várias vezes fazendo referência a filósofos, entre os quais Marilena Chauí, cujas ideias lia e indicava aos estudantes. Às vezes, fazia comentários de modo jocoso sobre a “utilidade” da Filosofia, e, com seu ótimo senso de humor, referia-se a falta que faz a reflexão filosófica, utilizando um jargão muito conhecido. De fato, ela comentava com seriedade o quanto a Filosofia representava para ela, não só na sua prática docente, mas também, na compreensão do mundo e na sua vida.

Interessava-se pela leitura marxista, que afirmava conhecer pouco, mas, asseguro, era capaz de entender sua dimensão teórica na interpretação do mundo, aconselhando-a aos alunos, dividindo com eles leituras vinculadas a esse paradigma.

Além de sua consistência intelectual, Claudia era eminentemente crítica e se indignava com as injustiças sociais, sem se desligar da serenidade que lhe era peculiar. Em face das discussões a respeito de determinados eventos que causavam indignação e o contato com a realidade eivada de contradições, buscava sempre o seu entendimento com base na reflexão e, portanto, ultrapassando o senso comum.

A solidariedade era um traço marcante de sua maneira de ser, e, em particular, com os alunos, era imensa, porquanto alicerçada no entendimento de suas angústias e incertezas quanto ao futuro, na impossibilidade de dedicarem mais tempo aos estudos. Esses aspectos eram entendidos por ela como resultantes de fatores de ordem econômica, social e cultural. Caberia ao professor entender e ajudar o aluno a superar esses desafios, auxiliando-o a refletir sobre a realidade, e que, no seu modo de ver, tudo isso fazia parte do nosso ofício.

Em sua generosidade, a professora Claudia referia-se a mim com muito respeito, demonstrando gratidão em dividir com ela leituras, conheci-

mento, ideias que eu havia acumulado ao largo de vários anos de experiência. Dizia que havia aprendido muito comigo, mas exprimo o contrário, fui eu que aprendi muito com ela, e a lista desse aprendizado é grande. Evidencio aqui a interlocução que estabelecemos, discutindo sobre conteúdos programáticos, ações pedagógicas e tudo isso no sentido de desenvolver um trabalho calcado no diálogo e também na tolerância, em relação a fatos e pessoas, qualidade que – faço questão de reforçar – ela possuía de sobra.

Com uma formação alicerçada nas Ciências Humanas e Sociais, nessa divisão da Ciência Geográfica, eu trazia à sala de aula conhecimentos que para ela se convertiam em possibilidades de ricos diálogos, e, por não terem feito parte de sua formação, ela demonstrava gratidão por lhe proporcionar essa oportunidade, como se ela precisasse de mim para essa finalidade, haja vista que a sua curiosidade científica era tanta, de modo a prescindir da contribuição que ela me atribuía. O mais importante, entretanto, de nosso trabalho conjunto foi, sem dúvida, o que ficou como aprendizado: as contribuições resultantes do somatório de tudo que já foi exposto aqui, e a amizade que nós mantivemos até o momento de sua partida para outra dimensão.

A professora Claudia sabia fazer muito bem a relação entre ciência e imaginação. Era deveras criativa e, como faço dessa minha escrita uma

oportunidade de registro de sua atuação (no ensino da Geografia) vou rememorar um fato. Os nossos alunos queixavam-se algumas vezes da dificuldade em atribuir aos seus projetos títulos mais instigantes e que fossem ao mesmo tempo claros e concisos. Eu sempre dizia aos alunos, de maneira amistosa, que isso é com a professora Claudia, e, de fato, ela conseguia se valer de metáforas tão interessantes que deixavam os alunos perplexos, o que despertava neles a importância da imaginação crítica no decurso de elaboração da pesquisa.

Oportuno é lembrar, no entanto, que a imaginação demonstrada pela Claudia se dava sobretudo no âmbito epistemológico, do pensar a Ciência Geográfica em ultrapasse aos conceitos já conhecidos e consagrados, refletindo sobre os seus limites e adequações.

Claudia era muito atenta com seu tempo, e essa afirmação não significa frase de efeito. De fato, ela guardava muita consciência dos desafios enfrentados pela Humanidade, principalmente neste século, como a problemática decorrente da falta de maiores cuidados com o meio ambiente. Tinha real dimensão de que esses “problemas” não se desvinculavam das modalidades dominantes de produção e consumo da sociedade atual. Aliás, já em vários trechos desta exposição, evoquei a grandeza humana que norteava o seu pensamento e sua ação.

Fico a imaginar as nossas conversas e reflexões ante as vicissitudes que a Humanidade está vivendo, neste momento, com a pandemia do coronavírus e, em particular, com a situação do Brasil, cuja conjunção de problemas sanitários, políticos e ambientais não tem precedentes na história do nosso País. Sinto falta de estabelecer diálogo e aprender com a amiga Claudia, e tenho a convicção da angústia que todos esses acontecimentos causariam na sua alma sensível.

Não domino, entretanto, o dom da escrita poética, tampouco a eloquência suficiente, como requer uma homenagem dessa natureza e, ainda, como a professora merece. Ao mesmo tempo, estou consciente de que a forma foi suplantada com o registro de sentimentos autênticos de compartilhamentos e afetos.

O LEGADO DA PROFESSORA CLAUDIA GRANGEIRO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UECE

Marcos José Nogueira de Souza

Conheci a professora Claudia Grangeiro, como seu professor de geomorfologia no curso de Geologia da Universidade Federal do Ceará-UFC. Posteriormente, já na Universidade Estadual do Ceará-UECE, atuamos conjuntamente na ministração de disciplinas da área de Geografia Física junto ao curso de Geografia. Inumeráveis foram as aulas de campo que tivemos a oportunidade de realizar, transmitindo conhecimento prático de inquestionável importância para a formação de geógrafos.

Simultaneamente com as atividades docentes realizamos uma série de trabalhos técnicos que incluíram, dentre outros, o Macrozoneamento Ambiental do Ceará (FCPC/UECE/UFC/SEMA-CE, 1998) e a elaboração dos Planos de Manejo de Unidades de Conservação do Ceará. O Macrozoneamento, desenvolvido por uma equipe técnica constituída por pesquisadores da UECE e da

UFC, representou o primeiro grande estudo que tratou o território do Ceará com base metodológica Geossistêmica.

O Macrozoneamento foi admitido como um planejamento territorial. Buscou-se articular a perspectiva ambiental com o ordenamento territorial. Visava-se, então, estruturar um estilo de planejamento a qualidade de vida dos habitantes como valor essencial. Além disso, considerar modelos de ocupação não predatórios ou condições de desenvolvimento sustentável capazes de contemplar as vulnerabilidades e a capacidade de suporte dos sistemas ambientais. Coube à professora Claudia tratar do diagnóstico e das potencialidades dos recursos hídricos de superfície e de subsuperfície.

A elaboração dos Planos de Manejo de Unidades de Conservação do Ceará, desenvolvidos pela mesma equipe técnica da UECE/UFC, teve também uma contribuição inestimável da Profa. Claudia. Esses planos foram elaborados com base em abordagem geossistêmica, processual e participativa. Resultou em procedimentos metodológicos capazes de atender as especificidades de cada Unidade de Conservação de Uso Sustentável ou de Proteção Integral.

Não obstante a importância técnica e programáticas dos estudos referidos, quero dar destaque aos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pela Claudia Grangeiro. Refiro-me à elaboração da sua

dissertação de mestrado da qual fui honradamente o orientador e a tese de doutorado orientada pelo professor Meneleu Neto.

A dissertação tratou da *Base Conceitual da Organização Ambiental: A Bacia Hidrográfica como Categoria de Análise do Planejamento de Uso de Natureza Semiárida*. Notava-se então a sua preocupação em demonstrar o papel do Geógrafo e da Geografia Física na análise da natureza. Procurou elaborar uma revisão dos caminhos da Geografia Física através da sua perspectiva integrativa e sistêmica. Voltava-se para aplicação e apreensão do ambiente, visando demonstrar a importância da análise geográfica em questões que se encontram na encruzilhada das relações da sociedade com a natureza.

O trabalho foi seccionado em duas partes fundamentais. Na primeira, destacou-se os percursos da Geografia Física integrada e avaliada em uma abordagem sistêmica como base teórica. A segunda deu ênfase ao planejamento de uso do semiárido sendo a bacia hidrográfica como categoria de análise. Dentre as conclusões fundamentais do trabalho com as quais estamos de pleno acordo assinalava-se que a abordagem integrativa nasce com a compreensão de que os estudos setoriais, fragmentados, não dão conta, embora necessários, da problemática ambiental em sua complexidade. Conforme assinalava, o trabalho reforça o senti-

mento de não só se aprender o ambiente racionalmente, mas apreendê-lo vivencialmente e cada vez mais incorporar todas as formas possíveis de produzir o conhecimento. E de modo apropriado destaca a ciência como um processo de produção do saber do homem sobre a realidade e, ao mesmo tempo, é a diretriz fundamental da construção dessa realidade.

A tese de doutorado da professora Claudia Grangeiro, tratou do *Meio Ambiente Litorâneo e Urbanização: O Ambiente Produzido na Costa Leste da Cidade de Fortaleza-Ceará*. Deduz-se a preocupação da autora com as relações do homem com a natureza em um ambiente urbano, particularmente o setor costeiro abrangido pela Praia do Futuro. Salientava-se que o recorte espaço-tempo é justificado em função da ocupação da área ocorrer sob a ótica de processos e práticas sociais comandadas, pela lógica modernizante mais recente de Fortaleza. Como Pontos conclusivos essenciais, a autora assinalava que os estudos ambientais devem ser estruturados por uma periodização que leve em conta processos de modernização dos territórios. Por outro lado, mostrava a necessidade de aprofundar a discussão sobre a categoria de análise do território como fundamental ao entendimento do ambiente. Considerou os anos 1970 como um marco para os recortes temporais dos estudos do ambiente.

Demonstrou-se como hipótese essencial que toda interação social com o meio ambiente, dentro dos umbrais de resiliência dos ecossistemas que o compõem, provoca modificações na dinâmica e na estrutura desses sistemas naturais. Ingressando no corpo docente do Programa de Pós-graduação, passou a orientar um número significativo de pós-graduandos sempre com a mesma dedicação e competência.

A par dessas breves considerações sobre o legado da professora Claudia Grangeiro cabe-nos enaltecê-la como docente exemplar e pesquisadora brilhante. Como tal, cabe-nos preservar e reverenciar a sua memória.

COEVOLUÇÃO COMO MOMENTO DIALÉTICO DA INVESTIGAÇÃO GEOGRÁFICA

José Meneleu Neto

O difícil caminho intradisciplinar

Esse pequeno ensaio busca resgatar as contribuições que a tese de doutoramento da professora Claudia Grangeiro (2012) trouxe à discussão metodológica e à pesquisa aplicada em Geografia. Neste sentido, há um conceito nuclear em torno do qual se organizam as demais questões: a ideia de coevolução.

[...] sob este prisma, a interação coevolutiva da sociedade/natureza per si já faz de um meio ambiente, um ambiente, isto é, não mais somente um produto da história geocológica da Terra, mas também, um produto social e historicamente determinado, um ambiente humano. (GRANGEIRO, 2012, p.18)

As reflexões de Grangeiro sobre a dialética implícita na ideia de coevolução se apoiam na minuciosa pesquisa de Foster (2005), que coloca o

pensamento ecológico de Marx dentro da tradição materialista e dialética desde Epicuro⁴. Uma proposição importante de Foster diz respeito à concepção de Marx sobre a dimensão potencial da crise ecológica decorrente da fratura metabólica produzida pelo capital, diante a qual se coloca a necessidade de um método que articule as ciências naturais e as ciências sociais, numa perspectiva materialista que se inclua o processo da história natural (FOSTER, 2005). Essa tese remete à unidade fundamental entre as ciências sociais e as naturais, conformando o que Marx chamou intercâmbio metabólico (FOSTER, 2005) no qual o processo social de transformação da natureza ocorre juntamente com a transformação da própria sociedade humana, caracterizando o processo de humanização do mundo.

A adoção dessa decisão metodológica provoca vários movimentos derivados. Todos eles tendo como foco o tratamento dialético de reconstituição crítica da totalidade concreta (KOSIC, 1976) A conhecida divisão entre as tradições da geografia física e a geografia humana é um dos aspectos abordados. Outra reflexão trata da dicotomia não menos importante entre discussão teórico-conceitual e pesquisa aplicada.

⁴ Em sua tese de doutoramento "*Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro*", Marx se apoia na ciência da natureza dos filósofos gregos como ponto de partida para pensar a condição humana e a necessidade de liberdade política.

Claudia Grangeiro enfrentou com especial habilidade a difícil tarefa de pôr em questão essas conhecidas dicotomias produzidas pela divisão do trabalho científico. É possível ainda admitir que a sua abordagem propõe uma audaciosa agenda de pesquisa que reintegre os *disjecta membra* numa perspectiva da totalidade concreta (MARX, 2013; KOSIC, 1976). Deve ser registrado que o seu legado é ambicioso e inacabado, aberto às possibilidades e com grandes margens ao lado do texto. Margens vazias, ansiosas, à espera de serem preenchidas:

Esta pesquisa se consolidou, principalmente, por meio de indagações e, honestamente, esperamos não vir a fechar respostas definitivas, apenas alcançar, a partir das reflexões desenvolvidas, expostas e defendidas, a abertura de novas possibilidades metodológicas para os estudos geográficos do meio ambiente, que impliquem em necessidades de novas indagações e reflexões que nos conduzam ao aprimoramento deste estudo que nos propusemos a aprofundar (GRANGEIRO, 2012, p. 15).

No correr do texto fica evidente a busca por novas direções no desenvolvimento do pensamento geográfico, para além daquilo que produziu a separação entre dois hemisférios da pesquisa e duas tradições do pensar. Uma dualidade que paradoxalmente encontra aproximação com métodos e influências filosóficas noutros campos fora

da geografia e permanece ampliando a distância entre suas conexões internas. Vale aqui retomar a abordagem de Sposito (2004) sobre a questão do método na relação da Geografia com a Filosofia, na qual propunha que o:

[...] método não pode ser abordado do ponto de vista disciplinar, mas como instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação (SPOSITO, 2004, p. 23).

O problema reside no fato de que a multiplicidade de métodos não produz necessariamente soluções satisfatórias, apenas sedimenta as diferenciações metodológicas entre os dois grandes campos da geografia e no interior destes. Revelado não apenas pela separação de objetos de pesquisa, mas de perspectiva metodológica, o que constitui o “*core*” da segregação.

A estratégia de Grangeiro (2012) promove inicialmente um deslocamento classificatório similar àquele citado por Foucault em *As palavras e as coisas* (FOUCAULT, 2000). Partindo de um texto de Borges a respeito de certa enciclopédia chinesa, Foucault destaca o mal-estar do sentir-se fora de lugar, do ser inclassificável dentro de um esque-

ma.⁵ Descrevendo sua pesquisa como não classificável na catalogação tradicional, dividida entre a Geografia Física e a Geografia Humana, Grangeiro (2012) destaca o uso de sua abordagem intradisciplinar construída em longo processo de maturação:

Pomos em destaque para este trabalho a sua construção teórico-metodológica, uma vez que, não se trata, em específico, de uma tese em Geografia humana ou em Geografia física, pois se assim o fosse, provavelmente, não aportassem avanços nas construções teórico-críticas ou nas construções teórico-práticas e técnicas de cada um destes ramos da ciência geográfica. O destaque é para a busca do diálogo intradisciplinar (GRANGEIRO, 2012, p. 15).

Espaço-tempo e a dinâmica das formas

Uma vez reconhecida a rigidez classificatória, é viável pensar a religação dos hemisférios opostos? Quais os limites dessa religação? Quais as possibilidades dessa travessia diagonal por territórios tão diversos e carregados de tradição classificatória?

5 A rigidez classificatória parece inerente a estrutura da linguagem, como condição de uma ordem. São códigos de uma cultura que regem os mecanismos e as trocas, que impõem tremendas dificuldades às rupturas, como sugere Foucault: "(...) nada mais empírico (ao menos na aparência) que a instauração de uma ordem entre as coisas; nada que exige um olhar mais atento, uma linguagem mais fiel e mais bem modulada; nada que requeira com maior insistência e que se deixe conduzir pela proliferação das qualidades e das formas. E contudo, um olhar desavisado bem poderia aproximar algumas figuras semelhantes e distinguir outras em razão de tal ou qual diferença: de fato não há mesmo para mais ingênua experiência, nenhuma similitude, nenhuma distinção que não resulte de uma operação precisa e da aplicação de um critério prévio. Um "sistema dos elementos" - uma definição dos segmentos sobre as quais poderão aparecer as semelhanças e as diferenças, os tipos de variação de que esses segmentos poderão ser afetados, o limiar, enfim, acima do qual a ver a diferença abaixo do qual haverá similitude - é indispensável para o estabelecimento da mais simples ordem." (FOUCAULT, 2000, p. XV-XVI)

De um lado, o campo de estudos das atividades humanas na construção do espaço marcado pela temporalidade da aceleração. De outro, o campo de estudo das estruturas naturais dimensão profunda do tempo dilatado que funciona como pressuposto às ações da sociedade em seus processos de transformação e adaptação. A ideia de coevolução entre eles implica discutir não apenas a escala espaço-temporal que condiciona suas mutações. O reconhecimento do papel nas mutações, nas formas e sua temporalidade carrega diretas implicações para o método.

Assim, são assumidos por Grangeiro (2012, p. 16) os seguintes pressupostos fundamentais:

a) os meios naturais são regulados por processos desencadeados pelas forças motrizes da natureza, frutos da interdependência das dinâmicas de seus elementos abióticos e bióticos constituintes, portanto, produtos da história geoecológica da Terra da qual é produto o homem como ser biológico. Esse homem ao longo do seu processo coevolutivo com a natureza, entretanto, passa a se distinguir dos outros animais;

b) esta distinção entre homem e natureza, segundo Marx e Engels (2009), se inicia quando os homens começam a produzir seus meios de subsistência, deste modo, produzem indiretamente a sua própria vida material;

c) esse homem social, historicamente, vem introduzindo modificações nos mais variados meios ambientes, acentuadas nos últimos séculos XIX, XX e início do século XXI e nesta perspectiva, ao produzir sua própria vida material, transformam o meio ambiente natural

em um ambiente humano. Esses pressupostos conduzem à ideia norteadora da pesquisa tal seja: tomamos por premissa que, é na relação com a natureza, a partir de processos coevolutivos, que homem/natureza transmudam-se, transformando unidades de diversidades naturais, em unidades de diversidades sócio históricas.

Uma vez estabelecidos os princípios norteadores, por onde começar o lançamento das cabeças de ponte para estudos concretos? Em sua pesquisa sobre o litoral sudeste de Fortaleza, Grangeiro (2012) aplica a perspectiva dinâmica em várias escalas espaço-temporais, num movimento de zoom que vai enquadrando progressivamente a imagem final, sem perder o sentido do extracampo. O extracampo, embora indicado desde o início da pesquisa, passa em certos momentos por uma mudança de condição da posição para a suposição na argumentação. Perde o foco, embora permaneça no registro da imagem através do processo de suspensão, garantindo assim a coerência do quadro geral como totalidade concreta.

O movimento da pesquisa não oculta o extracampo, apenas o desloca para o âmbito do pressuposto para melhor focar a paisagem e as formas escolhidas no estudo de suas mutações. Neste caso, reforça a dinâmica das formas como produto do movimento endógeno da coisa mesma, abraçando uma ontologia vinculada à tradição dialética.

Não se pode desconsiderar que o pensamento geográfico foi bastante afetado pelo impacto de reviravolta linguística e a influência crescente da filosofia analítica ao longo do séc. XX. Porém, em meio ao paradigma dominante⁶ (KUHN, 2013) da geografia teórica, foi possível o desenvolvimento da perspectiva crítica inspirada no método da crítica da economia política de Marx. Assim, a perspectiva dialética se desenvolveu com intensidade, mesmo limitada aos quadros da divisão do trabalho científico.

Foram notáveis os avanços nessa direção, exemplificados pela Ecodinâmica de Tricart (1977), na geografia física, e pela geografia crítica de Harvey (2013), na geografia humana. O ponto de partida de Grangeiro rumo à dialética da coevolução se inicia na sua linhagem da Geografia Física e da Geologia. Isso se justifica pela contribuição teórica da Geologia no entendimento da natureza como transformação dialética no transcurso do tempo⁷,

6 Kuhn admite que o seu conceito de paradigma (bastante problemático) admite a permanência ou coexistência com outros paradigmas. A discussão sobre a incomensurabilidade dos paradigmas está na origem dessa questão espinhosa para a Filosofia da Ciência e Kuhn.

7 PELOGGIA recupera a leitura da Dialética da Natureza de Engels engatando suas reflexões aos rumos da teoria da Geologia: "A Geologia, cujas descobertas objetivas, como foi visto, tiveram papel fundamental na mudança da própria concepção de mundo das ciências naturais, também não escapou à especialização do trabalho, em detrimento do entendimento dialético e globalizador dos fenômenos naturais. Posição conceitual esta que se torna essencial no momento atual, no qual se faz necessário analisar profundamente o papel do homem como modificador da natureza, ou seja, em que a Geologia expande seu campo de ação para levar em conta processos e resultados decorrentes da e impressos pela prática social na natureza geológica. E o homem é um agente especificamente geológico na medida em que as consequências de suas atividades (sua ação sobre a natureza, ação ativa e mediada pelo trabalho) são comparáveis qualitativamente e quantitativamente significativas em relação a processos naturais e, ainda mais, quando os efeitos produzidos materializam-se em marcos estratégicos" (PELOGGIA, 1995).

decorrendo dessa dinâmica as características próprias de cada era geológica. Os leitores pouco atentos talvez não tenham percebido que nas notas de agradecimento em sua tese, Grangeiro (2012) faz alusões a metáforas geológicas para descrever seu processo de desenvolvimento pessoal e acadêmico: fase da formação; em analogia com os períodos geológicos da Terra; fase da transição e da ruptura em analogia à dinâmica geológica da Terra; fase de efervescência e turbulência em analogia à tectônica de placas; fase da lenta e produtiva dinâmica em analogia aos períodos de estabilidade geológica; fase da mudança nos percursos em analogia à evolução dos meios geográficos no sentido de Milton Santos; e a fase de encontrar um percurso coerente em analogia a um período de ajuste dos meios geográficos (GRANGEIRO, 2012).

A inspiração na geologia para explicar a dinâmica da natureza tem conexão com a origem das teorias geológicas modernas e seu confronto com os teólogos naturalistas dos séculos XVIII e XIX. Afinal, Charles Lyell, em seu *Princípios de Geologia*, desenvolveu uma notável perspectiva evolucionista para descrever as eras geológicas e estimar a idade da terra, influenciando diretamente as pesquisas de Darwin sobre a evolução das espécies. No plano do método a contribuição de Lyell ao desenvolvimento das ciências naturais baseava-se num pressuposto básico: é possível explicar as mudanças geológicas na superfície da terra, levando em consideração

as mutações em curso no presente. Em termos de Marx isso seria equivalente a dizer que a anatomia do Homem é a chave para a anatomia do macaco. Para Marx, a ciência da sociedade é retrospectiva, revelando a lógica de seu desenvolvimento a partir do nível mais avançado. A proximidade com as abordagens de Lyell é efetivamente destacada na Dialética da Natureza (ENGELS, 1979). Referindo-se à obra de Charles Lyell, Engels afirma que Lyell introduziu um conceito racional na Geologia, ao substituir essas súbitas revoluções [da teoria de Cuvier sobre os cataclismas], provocadas por um simples capricho do criador, por ações graduais de lentas modificações processadas na Terra” (ENGELS, 1979). O seu principal mérito foi enfatizar a estrutura dinâmica da natureza, o caráter mutável de suas formas e que a dinâmica é a própria condição original da matéria natural.⁸

Engels alertava para o retrocesso que havia representado para as ciências naturais o conceito de *invariabilidade absoluta da natureza*, segundo

8 Aqui cabe a referência de Engels à importância da filosofia de Kant - pedra fundamental para o pensamento geográfico - para o desenvolvimento da concepção da dinâmica da natureza: “A primeira brecha nessa [na] concepção petrificada da Natureza foi aberta, não por um naturalista, mas por um filósofo. Em 1755 apareceu a *História Natural e Teoria Geral sobre o Céu*, de Kant. A questão do primeiro impulso era por ele eliminada: a Terra, bem como todo o sistema solar, constituíam algo que se foi formando no transcurso do tempo. Se a grande maioria dos naturalistas houvesse tido menos horror a pensar, esse horror que Newton expressou com a advertência: *Física, toma cuidado com a metafísica!*, seriam levados a deduzir dessa genial concepção de Kant conclusões que lhes teriam poupado intermináveis extravios, bem como um trabalho e tempo imensos, desperdiçados em direções erradas. Isso porque, na obra de Kant, estava o ponto de partida para todo o progresso ulterior.” (ENGELS, 1979)

a qual a terra havia sido a mesma, desde sempre ou desde o dia de sua criação, segundo se preferisse acreditar (ENGELS, 1979).

Neste sentido, a dinâmica desfaz a ideia de permanência e estabilidade na natureza. A estabilidade é apenas aparência, forma do fenômeno numa dada temporalidade limitada; enquanto a essência está em ebulição. Tampouco forma e conteúdo se separam efetivamente em polos isolados. Ambos estão ligados na totalidade concreta preñhe de contradição. E sendo esse o caso, a separação ocorre apenas como separação subjetiva no momento do pensar. Tudo é transformação e mudança. Assim a dinâmica diz respeito ao próprio ser-da-coisa-mesma, sua mutabilidade, permanen-te transformação que nega e supera.

A importância do materialismo e da dialética se mostra na crítica às concepções teológicas sobre a natureza do séc. XVIII, sobretudo aquelas originadas nos cléricos conservadores como Malthus. Algumas dessas concepções ainda teimam em prolongar sua influência no âmbito da pesquisa social propondo leis de comportamento baseadas num mundo estático e imutável. É partindo dessa articulação que Foster (2010) pensa a ecologia de Marx, fundamentada em sólido materialismo que habilita a discutir como a agricultura capitalista em escala industrial drena componentes químicos do solo numa velocidade aterradora, motivada

pela marcha da acumulação ampliada do capital industrial. As referências de Foster (2010) o levaram a relacionar o conhecimento de Marx sobre a química dos solos e produtividade agrícola com o conceito de fratura metabólica. Parte importante da ecologia de Marx está baseada nos estudos científicos do agrônomo Justus von Liebig⁹, conjugando a teoria social crítica e a ciência natural. Nos enfrentamentos de Marx com a teoria da população de Malthus, notadamente no cap. XXIII d'O Capital (Marx, 2013), o problema da produção de alimentos (valor dos salários de subsistência), da distribuição do excedente como renda da terra e da crise de acumulação pela queda da lucratividade são amplamente estudados. O resultado exposto por Marx aponta para os mecanismos internos da acumulação, aumento da composição orgânica do capital e tendência à queda da taxa de lucro como determinantes para o crescimento da superpopulação relativa convertida em exército industrial de reserva.

Portanto, as crises de acumulação não advêm de fatores naturais, mas das contradições internas à acumulação industrial, agregando-se a ideia de que a crise ambiental decorre da falha metabólica decorrente do próprio modo de produção. As duas dinâmicas da crise de acumulação e crise

9 Liebig revolucionou o conhecimento sobre a química da fertilidade do solo, superando a técnicas rudimentares baseadas em adubos orgânicos e criando as bases para a "revolução verde".

ambiental têm em comum as contradições internas ao Capital que produz a falha metabólica.

Contudo, permanece a indagação: a ideia de coevolução torna possível uma abordagem dialética entre as grandes tradições da geografia? É capaz de unificar os campos teóricos *disjecta* através da pesquisa aplicada?

Coevolução, coalas e falha metabólica

Um caminho para compreender e superar dicotomias é entender como elas se formam. Na perspectiva da crise ambiental que se desencadeou desde o séc. XX, a origem do problema parece estar na temporalidade diferencial dos processos humanos frente ao mundo natural. O tempo longo da história natural em oposição ao tempo rápido da história humana. Porém, a crise ambiental decorre, principalmente, de uma fratura metabólica fundamental decorrente da interseção entre as duas temporalidades. Aí o princípio dialético da coevolução torna-se a mediação efetiva para a compreensão dos fenômenos ligados à crise ecológica.

A separação esquemática toma as formas de maneira excludente. Porém, a fratura sociedade-natureza não é uma condição metafísica. É decorrente da produção de um déficit crescente na sustentabilidade metabólica. Então trata-se de expor

o sentido contraditório da troca de energia e da transformação da matéria entre o sistema natural e o sistema econômico, sobretudo no período histórico moderno.

Os estudos de biogeografia formam um campo promissor no sentido de compreender a amplitude do conceito de coevolução na perspectiva da falha metabólica. Os impactos coevolutivos entre a história humana e a história natural podem ser observados em vários momentos da história humana. Embora os meios técnicos (Santos, 2000) tenham atingido seu paroxismo no período do modo de produção capitalista, as marcas de presença humana sua pegada ecológica - podem ser encontradas desde tempos remotos em diferentes ecossistemas. Mudanças drásticas nos ecossistemas não são exclusivas do contexto de sistemas técnicos complexos.

A conquista do planeta pelo *Homo sapiens* estabeleceu uma dialética coevolutiva complexa, favorecendo a expansão de algumas espécies e extinguindo outras. À guisa de exemplo, Hahari (2018) argumenta que o ecossistema australiano sofreu rápida mutação a cerca de 45 mil anos em consequência das atividades humanas. O manejo das queimadas para melhorar os territórios de caça favoreceram certas espécies provocando efeitos em cadeia no ecossistema. Segundo sua análise

[...] as árvores de eucalipto eram raras na Austrália há 45 mil anos. Mas a chegada do *Homo sapiens* inaugurou uma era de ouro para essa espécie. Como são especialmente resistentes ao fogo os eucaliptos se espalharam por toda parte enquanto outras árvores e arbustos desapareceram. Essas mudanças na vegetação influenciaram os animais que comem as plantas e os carnívoros que comem os herbívoros. Os coalas que subsistiam exclusivamente de folhas de eucalipto prosperaram nos novos territórios. A maioria dos outros animais foi muitíssimo afetada. Muitas cadeias alimentares australianas foram destruídas, levando os elos mais frágeis a extinção. (HARARI, 2018, p. 78).

Obviamente a predominância do *Homo sapiens* não provoca apenas extinção de outras espécies, também são verificados efeitos colaterais positivos na expansão de outras populações de vegetais e animais.

A revolução agrícola iniciou o ciclo de alteração da paisagem também nos seus elementos abióticos (mudando curso de rios, aterrando pântanos ou rasgando túneis em montanhas). A capacidade humana de drenar, construir barragens e irrigar enormes extensões de terras, foi moldando fisicamente regiões inteiras e consolidando biologicamente certos vegetais e animais como espécies dominantes. O *Homo sapiens* se tornou progressivamente um selecionador biológico que alterou drasticamente os ritmos naturais e o tempo da evolução:

Há 10.000 anos o trigo era apenas uma graminea Silvestre uma de muitas confinada em uma pequena região do Oriente Médio. De repente em apenas alguns milênios estava crescendo no mundo inteiro. De acordo com os critérios evolutivos elementares de sobrevivência e reprodução o trigo se tornou uma das plantas mais prósperas na história do planeta. Áreas com as grandes planícies da América do Norte onde há 10.000 anos não crescia o único pé de trigo hoje podemos caminhar por centenas e centenas de quilômetros sem encontrar nenhuma outra planta. A moeda da evolução não é fome nem dor e sim cópias de hélices de DNA (HARARI, 2018, n/p).

Todavia deixemos a biogeografia - esse fabuloso híbrido da ciência geográfica - para fixar a atenção no problema da coevolução nos campos da Geografia Física e da Geografia Humana. Neste sentido, a pesquisa de Grangeiro (2012) indica o sistema ambiental Mucuripe como um exemplo concreto da coevolução entre dinâmica humana e a dinâmica dos componentes naturais. As poderosas intervenções de engenharia afetaram processos naturais, que, por sua vez, impactam populações humanas. Daí emanam discussões recentes sobre o hibridismo dessas configurações que oscilam entre a primeira e a segunda natureza.

A produção de mercadoria na escala da acumulação ampliada se concretiza com o advento da grande indústria, pondo a forma social do capital sobre sua base material adequada. Isso quer dizer

que a valorização do valor se libertou das restrições materiais anteriores à Revolução Industrial. A partir desse momento o trabalho como condição ontológica do desenvolvimento humano fica subsumido ao trabalho abstrato produtor de valores de troca.

Para Foster (2005), na sua crítica da economia política, Marx usa o conceito de metabolismo (*Stoffwechsel*) aplicado ao processo de trabalho como um processo entre o homem e a natureza mediado pelo próprio homem. O capital ao submeter o trabalho humano base ontológica da humanização - sob a forma do valor que se valoriza D-M-D' - estabelece uma fratura no metabolismo:

[...] uma falha (*rift*) irreparável surgiu nesse metabolismo em decorrência das relações de produção capitalistas e da separação antagonista entre a cidade e o campo. Daí ser necessário, na sociedade dos produtores associados, governar o metabolismo humano com a natureza de modo racional, o que excede completamente as capacitações da sociedade burguesa (MARX, 2013, n/p).

Portanto, contradição entre trabalho concreto e trabalho abstrato, campo e cidade, mundo humano e mundo natural, geografia física e geografia humana, são formas de representação, aparência - dessas contradições. O jogo dialético de aparência e essência diz tanto da vida social como da divisão do trabalho científico que é parte dela. Principalmente no nível das representações, como é o caso das representações geográficas, sejam gráficas ou

conceituais. Como esclarece Roberto Lobato sobre o poder da tradição teórica em Geografia: as representações sobre a espacialidade da natureza e da ação humana constituem longa e enraizada tradição entre os geógrafos (CORREA, 2017).

Para dissecar o processo intelectual dessa tradição Roberto Lobato lança mão da abordagem de Lukács (1978) na Introdução à Estética Marxista, enfatizando o conceito de particularidade como característico das representações geográficas. Situados entre o universal e o singular, entre a extrema abstração e a singularidade profunda, os geógrafos privilegiam o particular, reforçando a sua capacidade de conexão entre o pensamento e a realidade. A particularidade está na base da construção teórica, conectando contingência e determinação numa estrutura lógica pertinente.

Essa tradição do pensar representa uma espécie de *tertium datur* aristotélico, carregando as alegrias e dores do *médium*. Na *Ciência da Lógica* (Hegel, 1993), o *medium*, do ponto de vista do conceito, denota uma condição carregada de negatividade de solvência ou tendência de decomposição do conceito. Significa, neste sentido preciso e rigoroso, que o conceito é uma positividade carregada de negatividade. A processualidade hegeliana é exigente e o *medium* detém uma potência insuficiente, por isso exige múltiplas mediações. Sem mediação sem negatividade o *medium* corre risco de se colapsar

em abstração e alienação. Aqui fica brevemente indicado o destino das representações geográficas em sua glória e fragilidade. Para Ruy Moreira a necessidade do pensar crítico dialético no campo geográfico se impõe como método que assegura a processualidade e evita o congelamento em representações abstratas e/ou ideologias geográficas.

Pôr a aparência enquanto aparência - no seu *status* de fenômeno é necessária e desejável tal como o bom enquadramento de uma imagem fotográfica. Outra questão é extrapolar o fenômeno e - num movimento de abstração - atribuir à forma de manifestação da coisa sua condição ontológica mesma.

Vejamos a exposição de Marx sobre a circulação simples de mercadorias n' *O Capital*. Ali a lógica da circulação simples é a aparência do sistema, onde reina a equivalência de valores: liberdade, igualdade e propriedade. O problema se dá tão logo a representação dessa aparência pela nascente economia política burguesa que assume a condição de essência do sistema. Há uma contradição a ser explicitada entre as esferas da circulação e da produção. Aquilo que é liberdade, igualdade e propriedade na circulação converte-se em não-liberdade, não-igualdade e não-propriedade tão logo se passe para a esfera da produção. Os dois polos da relação são condições necessárias, determinações - da sociabilidade do capital. Porém, ao mesmo tempo, expõem um curto circuito, uma contra-

dição. Sua solução exige, portanto, uma totalização que explicita as condições dessa contradição mostrando como ela é possível. Deste modo, o problema reside no momento em que a aparência passa a encobrir a essência, ocultando-a.

O papel da crítica da economia política é revelar essa pseudoconcreticidade, restituindo aparência enquanto aparência do sistema e expor a contradição entre a aparência da circulação e a essência da produção. Porém, o desafio de superar dicotomias não é tarefa apenas epistemológica, depende fundamentalmente de determinações históricas específicas. Em certa medida as separações e divisões no campo do conhecimento são produto das formas que a ciência assume sob certas condições históricas. A divisão do trabalho como condição para o aumento da produtividade industrial e acumulação de capital diz muito sobre outras divisões e contradições da vida social, inclusive, da produção científica.

Além disso, porém, devem ser discutidas as condições de possibilidade do projeto dialético no contexto histórico da Geografia do início do séc. XXI. Em que pese a vitalidade do movimento da geografia crítica, o advento das geografias pós-modernas pôs em xeque as metanarrativas, a teoria crítica e a dialética. O resultado é que o pensamento pós-moderno produziu uma crescente fragmentação do pensar geográfico. Contudo, o ápice da

vitória do paradigma fragmentário é também seu momento de crise, expondo aporias e impasses. É nesta direção que se dá a reflexão de Ruy Moreira ao indicar a insuficiência do projeto de desconstrução epistemológica pós-moderna (MOREIRA, 2009).

Ruy Moreira defende a necessidade de reconstrução da epistemologia crítica exatamente por causa da razão fragmentária influenciada direta ou indiretamente pelo pensamento analítico (MOREIRA, 2009). Essa reconstrução é uma agenda para o pensamento geográfico de base ontológica e dialética. Até o momento o resultado desse embate ainda não alcançou a hora do crepúsculo. A ave de Minerva aguarda silente!

O fator estratégico no projeto da epistemologia crítica é a retomada do método dialético. Na impossibilidade da dialética, o projeto da epistemologia crítica se estilola, se estanca e se perde. É uma agenda complexa, uma vez que pressupõe lidar com o balanço da tradição dialética frente ao pensamento analítico.

Dialética, híbridos e infinitos

Engana-se quem acredita estar preservado nalguma bolha imune ao pensamento analítico. Esse pensar tem ampliado sua influência inexoravelmente também em direção às ciências do espírito. Portanto, em todos os campos o diálogo tenso

entre a dialética e a analítica se faz necessário, demarcando o espaço possível do investimento crítico da dialética.

A análise crítica da sociedade em que vivemos e das formas aparentes -fenomênicas - que aí se formam não pode abdicar de uma perspectiva dialética que ponha em questão tudo o que é visível ou se converte em imagem abstrata, cristalizada como pseudoconcreticidade.

Seja por contingência ou determinação, o movimento real da contradição escapa aos esquemas estabelecidos da lógica formal, revelando os limites do projeto analítico. É claro, que esse reconhecimento implica, ao mesmo tempo, o reconhecimento pela dialética dos limites impostos pela analítica.¹⁰

É neste o sentido preciso que a crítica da economia política se coloca para dissolver abstrações, partindo da aparência para ir além dela. O conceito como resultado morto não interessa, mas sim o seu processo de desenvolvimento. Assim, a lógica dos vencedores é posta à prova na crítica das representações em vários campos, inclusive, das ciências.

Exercitar a dialética da aparência-essência é a única forma de escapar às aporias e antinomias formais. Assim, pode ser entendida a categoria de

¹⁰ A diferença entre as dialéticas de Hegel e Marx consistem exatamente nisso. A dialética de Marx se deixa limitar pelo entendimento à medida em que investe no próprio âmbito do entendimento: através da crítica da economia política. É uma dialética descendente, cheia de ranhuras, suja, sem síntese finalizadora, aberta.

paisagem na geografia: contendo em sua manifestação elementar as contradições que enlaçam aparência e essência numa totalidade dialética. Cabe ao investigador relevar seu desenvolvimento através de uma progressiva concretização.

A necessidade do pensar dialético se estende para muitos campos de estudo, revelando a multiplicidade de abordagens do método. Não é casual, por exemplo, a ênfase sobre a importância da dialética em Maurice Merleau-Ponty. Sua fenomenologia crítica reivindica a radicalidade de uma hiperdialética, exatamente para escapar das antinomias destrutivas do ser e do nada, que podem ser tratadas pela mesma estruturação certa homologia estrutural - da dialética da aparência e da essência. Pois a fixação resulta precisamente na abstração fatal em que incorre a tradição analítica da ciência moderna. Daí a crítica ácida de Merleau-Ponty:

A ciência manipula as coisas e renuncia habitá-las. Estabelece modelos internos delas e, operando sobre esses índices ou variáveis as transformações permitidas por sua definição só de longe em longe se confronta com o mundo real. Ela é e sempre foi, esse pensamento admiravelmente ativo, engenhoso, desenvolto, esse *parti pris* de tratar todo ser como objeto em geral, isto é, ao mesmo tempo como se ele nada fosse para nós e estivesse no entanto predestinado aos nossos artificios (MERLEAU-PONTY, 2013, p. 15).

É que o assistimos quando admitida a oposição absoluta entre a imagem como percepção subjetiva e a representação do espaço nas cartografias tradicionais: a fatal oposição entre a percepção do sujeito e o *logos* sem sujeito dos dados cartográficos. Um dos temas favoritos da fenomenologia está intrinsecamente relacionada à tensão dialética que diz respeito à experiência vivida no tempo-espaço oposta à lógica instantânea do espaço absoluto. A separação entre o mapeamento, experiência de viver o espaço - e o mapa de representação instantânea do espaço como puro *logos* - parecem duas margens opostas separadas por um rio caudaloso e tirânico que nega conexões entre elas.

Na contramão dessa epistemologia das soldagens impossíveis, epistemologia do não-contato Merleau-Ponty excede a dialética hegeliana na direção de uma hiperdialética do ambíguo, na qual não se divisa matéria e espírito.

A ontologia do ambíguo em Merleau-Ponty possui uma radicalidade que só encontra paralelo em em Roland Barthes (1987)¹¹ ao discutir o prazer do texto. Em Barthes, o campo de observação privilegiado é a linguagem. Como tal, seu foco é revelar como escapar à tirania canônica da linguagem e criar novas possibilidades, estabelecer um movimento entre duas margens. Uma margem do texto é sensata e canônica, ao passo que a outra

11 BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

margem é móvel e vazia, um espaço plástico que se adapta. Barthes alerta que as duas margens são necessárias. Estas duas margens e o compromisso que elas encenam são necessários.

É essa duplicidade dialética que coloca um devir que não está em nenhuma margem - seu valor proviria de sua duplicidade - que possibilita um lugar para além das margens estabelecidas: o que ele quer é o lugar de uma perda, a fenda, o corte, a deflação, o *fading* que se apodera do sujeito no imo da fruição. (BARTHES, 1987). A tensa discussão entre as polaridades do ser e do nada em Sartre e a hiperdialética da ambiguidade de Merleau-Ponty ou o do devir que brota entre a tirania e a subversão da linguagem em Barthes excedem esse breve ensaio. Porém, deixemos essa ponta solta para os que pretendem seguir o coelho branco até a sua toca¹²...

Nosso interesse imediato está direcionado à necessidade da tensão dialética, em particular na geografia a mais materialista das ciências humanas dirigida à coevolução entre sociedade e natureza. O conteúdo das construções dialéticas remetem para a compreensão do mundo no qual vivemos como moldado por situações híbridas, intermediárias conflituais entre o aparentemente absoluto e sua negação. Que híbrido expressa

12 Alice no País das Maravilhas, Lewis Carroll: "Alice se levantou num pulo, porque constatou subitamente que nunca tinha visto antes um coelho com bolso de colete, nem com relógio para tirar de lá, e, ardendo de curiosidade, correu pela campina atrás dele, ainda a tempo de vê-lo se meter a toda a pressa numa grande toca de coelho debaixo da cerca. No instante seguinte, lá estava Alice se enfiando na toca atrás dele, sem nem pensar de que jeito conseguiria sair depois."

melhor a abordagem geográfica econômica que o desenvolvimento desigual e combinado? O desenvolvimento clássico funciona como cânone modelo geral, ao passo que as singularidades muito específicas parecem negar qualquer aproximação da configuração geral. Contudo, as formações sócio-espaciais reais são sempre particularidades, são híbridas. Mais que isso, são formações cujas características só ganham sentido em articulação, em relação. Caso contrário, vem a inevitável queda no dualismo simplista.

No estudo geográfico de Grangeiro (2012) há uma maestria nesse investimento dialético, movimentando o campo reflexivo do conceito no sentido do real, de sua complexidade e incompletude. Uma dialética que se deixa limitar pelas ranhuras do real, que não alcança o absoluto, que se abre para o não consumado. Concordando com Didi-Huberman (2015) quando afirma a volatilidade da paisagem e do visível, seu hibridismo de aparência-essência:

Sem dialetizar, sem incluir o negativo em cada existência positiva e o positivo em cada suposto nada, não se percebe nada de nada. Tudo fica obscuro quando não se pensou o negativo, tudo fica claro quando este foi pensado como negativo. Aquilo a que se chama negação e aquilo a que se chama posição surgem assim como cúmplices ou, até mesmo, numa espécie de equivalência (DIDI-HUBERMAN, 2015, n/p).

O mundo é como uma faixa de litoral vista do topo. Parece ter um contorno perfeitamente definido - visível e evidente - em termos quantitativos. Contudo, quando mais se observa os detalhes através do movimento de *zoom* sucessivo, mais variam suas dimensões. São variações em decorrências das reentrâncias e minúcias geográficas que a escala de detalhe acrescenta. Assim, a dimensão do litoral se expande sem fim num aparente paradoxo criado pela busca mais precisa de sua medida. É que ocorre um duplo movimento, que faz com que a função de integração que soma os infinitesimais cresça seu valor enquanto o valor da base das áreas sob a curva de integração tende a zero. O grande e o pequeno, infinitamente pequeno e infinitamente grande estão sintetizados na mesma imagem que o olho capta.

A questão é que se os fenômenos geográficos são primordialmente fenômenos espaciais, são igualmente fenômenos espaciais inseridos no tempo. A temporalidade da geografia está na origem do espaço (DIDI-HUBERMAN, 2015), desde as teorias da dinâmica da primeira natureza solidamente firmadas pela Geologia e os pelos processos evolutivos das estruturas geológicas.

Submentendo a dialética às ranhuras do real

No audacioso trabalho realizado por Grangeiro (2012) está presente a preocupação Lefebvriana (LEFEBVRE, 2008) com o processo regressivo rigoroso, que a fez ultrapassar as escalas, ou melhor, a fez integrar as escalas do espaço, explicitando sua perspectiva do método dialético.

É dessa forma que se deve entender a exposição do processo de ocupação do litoral desde os primórdios da colonização no Brasil à onda modernizadora tardia no litoral de Fortaleza, feita com o propósito de elucidar as estruturas e ações contraditórias a partir do tempo recente.

Neste sentido, o enfoque sobre o litoral leste da cidade de Fortaleza relaciona sincronia e diacronia, recompostas nas sucessivas mutações evolutivas da paisagem geográfica. Tal exposição se dá através de uma imbricação complexa, estribada na rigorosa exposição dos componentes ambientais, tendo a coevolução como conceito articulador:

[...] sob este prisma, a interação coevolutiva da sociedade/natureza per si já faz de um meio ambiente, um ambiente, isto é, não mais somente um produto da história geocológica da Terra, mas também, um produto social e historicamente determinado, um ambiente humano.” (GRANGEIRO, 2012, p. 18)

Não se trata de uma articulação conceitual abstrata, mas no sentido de concreto aludido por Karel Kosic (1976), filósofo que compõe uma das afinidades eletivas de Grangeiro, tanto nas atividades de ensino como na pesquisa aplicada. Partindo da dialética do concreto Grangeiro põe em destaque a crítica à pseudoconcreticidade. Na medida que, o mundo moderno é o mundo do Capital, as atividades humanas práxis - aparecem separadas em abstrações limitadoras. Ocorrendo o mesmo com a ciência, criando divisões técnicas que seguem padrão estabelecido pela divisão do trabalho social. Isso posto, temos como consequência o predomínio da razão instrumental, através das atividades codificadas e abstratas, desvinculada do trabalho e da práxis social.

A atualidade da questão da pseudoconcreticidade (KOSIC, 1976) tem sua origem na crítica da economia política realizada por Marx. Vale destacar que em Marx o método se faz como crítica das abstrações, pois o concreto é concreto, porque é síntese de múltiplas determinações, unidade do diverso. (MARX, 2013). Embora a abstração pareça o caminho para o conhecimento do mundo, ela oculta mais que revela. Sem as relações e medições complexas, os conceitos se volatizam em determinações abstratas, produzindo na consciência representações que velam ao invés de revelar a real natureza das coisas.

Com base nessas reflexões, Grangeiro propõe uma crítica à ideia de meio ambiente na direção do conceito de ambiente. Essa proposta foi efetivamente ensaiada na pesquisa, sendo deixada, porém, em aberto o seu completo desenvolvimento teórico. Sua base é o concreto como conceito, concreto como superação das abstrações que se convertem em representações ilusórias do real:

[...] Consequentemente, se um meio ambiente determinado passa a ter suas características definidas a partir da interação das dimensões social e natural, em coevolução, os estudos científicos desse meio ambiente passam a ser desenvolvidos levando em conta essa sua nova condição, isto é, sua concretude (GRANGEIRO, 2012, p. 10).

A propósito, vale destacar que a opção de não usar de forma fundamental o costumeiro conceito de meio ambiente não foi casual nem inocente. Trata-se de uma crítica mordaz às interpretações parciais da relação dialética entre sociedade e natureza. O conceito de ambiente foi usado para implicar o sentido de totalidade, através do qual se torna possível a compreensão dos fenômenos geográficos em sua dimensão concreta.

Isso põe em destaque o entendimento do próprio fazer científico como uma atividade comprometida com um *telos*, um trabalho científico que está implicado com seu contexto e do qual qualquer sociedade depende para compreender a sua realidade e fazer opções éticas.

No sentido amplo, é a ciência que transforma os meios de produção sociais e, dessa forma, tende a modificar a sociedade em seu conjunto. Em Grangeiro essa perspectiva crítica do fazer científico sempre esteve ancorada firmemente na geografia, embora dialogando com a sociologia, a história e a economia política, o que revela um pouco de sua trajetória e interesses acadêmicos. Interesses que ampliaram o escopo de sua pesquisa de forma original e inspiradora.

Oriunda da tradição metodológica da geografia física, buscou reconectar as ligações desfeitas e lançar pontes para margens inexploradas, ampliando o horizonte de compreensão geográfico através da ideia de coevolução.

O desdobrar das formas espaciais no curso do tempo é reveladora do investimento dialético no campo da pesquisa aplicada:

Podemos conjecturar que como natureza esse setor da costa existe desde o Mesozóico, conforme afirmam Muehe (1998), Moraes (2000) e Claudino-Sales (2007). Sendo, portanto, os processos de ordem tectônica fatores determinantes da sua possibilidade de se transformar em um meio ambiente costeiro, claro, para tal temos que associar esse processo aos processos comandados pelo clima, pelos oceanos, pela dinâmica morfológica e pedogenética e à dinâmica sócio-histórica (GRANGEIRO, 2012, p. 148).

A anatomia do presente é o ponto de partida para o desvelamento da evolução das formas, carregando sempre para o momento mais agudo

das contradições o foco dos processos geográficos. É assim, na dinâmica do desvio, da inflexão que está embutida no *bypass* da linha da costa que se encontra a coevolução dialética entre natureza e da sociedade de forma aguda:

Evidentemente até atingir as feições e situações atuais, muitos grãos de areias aportaram na hoje denominada Praia do Futuro, foram remobilizados pelos ventos, formaram dunas, atingiram a parte norte do litoral, após a ponta do Mucuripe e foram reincorporados às correntes litorâneas, transportados e depositados, engordaram praias a oeste desta Ponta como, por exemplo, a Praia de Iracema. Isto sem contar que a Ponta do Mucuripe foi modelada e remodelada pela abrasão marinha; as dunas em parte fixadas por vegetação desenvolvendo horizontes de solos recobertos (GRANGEIRO, 2012, p. 148).

A dialética da Geologia indicada por PELOGGIA (1995) se destaca aqui como elemento metodológico para a caracterização da paisagem decorrente da dinâmica geomorfológica que unifica os múltiplos determinantes sintetizados na paisagem ao resgatar a história de sua formação:

Variados processos, em escalas espaço-tempo distintas estão nessas costas grafadas, explícita ou implicitamente; sejam os de ordem natural ou de ordem sócio-histórica; em escala local ou global ou em combinações complexas. Como exemplo dessas mudanças de ordem natural podemos aludir que, se por determinações climáticas o planeta atinge a um pico

glacial, é provável ocorrer variações comandadas por processos glacio-eustáticos, do nível médio do mar e isto implica em mudanças na dinâmica morfogenética - onde havia deposição pode passar a ocorrer erosão ou vice-versa. Isto muda ou transforma as características e a dinâmica costeira e por consequência teria nova paisagem (GRANGEIRO, 2012, p. 160).

Progressivamente vai sendo clarificada a interconexão entre as escalas (de tempo) para a formação das estruturas ambientais visíveis:

Também podemos mencionar que a história do ambiente é longa na escala humana de tempo e não se explica fora dos contextos sócio-históricos que lhe dão origem. Esses contextos se intercambiam com os contextos geoecológicos e somente assim é que podemos fazer ilações coerentes quanto à produção do ambiente humano. E essas deduções é que devem conduzir a construção de objetos de pesquisas científicas. Para os estudos do ambiente se impõe descobertas de determinações geoecológicas e sócio-históricas e de suas combinações (GRANGEIRO, 2012, p. 149).

Ao investir essa ideia-força no tratamento da área do sistema de relações ambientais da costa leste de Fortaleza, sua pesquisa detalhou o conceito de sistema espaço-ambiental através de diversas configurações, tal como podemos observar no sistema espaço-ambiental do Mucuripe.

O detalhamento desse sistema espaço-ambiental em particular, permite realçar o tratamento dado por Grangeiro (2012) à sua complexidade

coevolutiva coevolução. A síntese sobre a dinâmica do sistema espaço-ambiental do Mucuripe destaca que é um sistema

submetido a riscos potenciais (riscos sociais, riscos tecnológicos e riscos ao meio ambiente); grande pressão no meio ambiente litorâneo a partir dos usos múltiplos e das ocupações; fixação da duna pela ocupação humana com forte impedimento do *bypass* costeiro; já o *bypass* litorâneo é acentuado sendo responsável pelo assoreamento da Praia Mansa e pelos riscos a que estão submetidos os moradores das proximidades do molhe Titânzinho. Arruamento irregular dificultando o acesso da coleta de lixo e de transporte coletivos de grande porte (GRANGEIRO, 2012. p. 167).

No *bypass* dessa particular linha da costa se manifesta a dialética das inflexões de tendência, sem esquecer o processo de industrialização que envolve não apenas aquela paisagem como alhures. Ou seja, para estabelecer as determinações dialéticas que compõem a relação sociedade-natureza há que estabelecer as medições decorrentes da relação/determinação entre a industrialização do Ceará com o Porto do Mucuripe na cidade de Fortaleza, sua capital, e, portanto, com a produção de seu espaço urbano e do sistema espaço-ambiental do Mucuripe. (GRANGEIRO, 2012. p. 158)

Aproximando ainda mais nosso zoom em direção ao interior do sistema espaço-ambiental do Mucuripe, direcionamos o olhar para faixa Lito-

rânea, onde está assentada a comunidade do Serviluz. A imagem é a da ponta do Mucuripe com o porto e seus molhes de contenção, as indústrias e a comunidade do Serviluz e adjacências. Porém, há um extra campo na imagem que nos dirige a outro território, que promove a dialética entre o interior e o exterior da imagem. Sendo o plano visível da imagem uma espécie de camada, de estado estático e dimensional da imagem. No extra campo está outra dimensão, está a lei de formação do fenômeno que visível no espaço e torna-se compreensível através das dobras do tempo que conduzem sua formação. A imagem enquadrada está reduzida e confinada, já o seu desdobramento no tempo cria a perspectiva da evolução desde o ponto da imagem atual. Essa dialética faz que outras imagens retornem e, por sua vez, remetam a outras imagens resgatando registro das mutações. O extra campo remete sempre a essa ideia de desdobrar a imagem.

A ideia de dobra é imensamente rica nesse contexto porque em cada dobra há infinitas outras dobras. Elas estão sempre em movimento, se desdobrando, não se segregam (DELEUZE, 2012). É como se a dobra se originasse no conceito de infinitesimal, indicando uma dinâmica implícita e inacabada no ato de desdobrar-se. Desdobrar-se vai para além da dobra. A essência do desdobramento está no movimento de desdobrar que se inicia, mas nunca se conclui. Como uma função assintótica que

se aproxima, mas nunca toca efetivamente a reta. Quando o valor de x se aproxima de certo ponto ao valor da função tende para o infinito e a função aumenta ou diminui a curva que tende para o infinito na direção do eixo do referencial, mas nunca o alcança. Trata-se da complexidade da infinitude do movimento e da dinamicidade da dialética descendente. No caso de Grangeiro (2012) o extra campo da imagem do sistema ambiental Mucuripe é explicitado pela autora num breve e esplêndido texto:

Exemplo de intervenção humana que altera a magnitude da dinâmica do meio ambiente e, dialeticamente, induz mudanças na dinâmica socioespacial; produz nova paisagem a paisagem litorânea ali existente não é mais somente a paisagem natural, constituída de areias, ondas, marés, correntes, luz e ventos ou aquela em que se acresciam as comunidades tradicionais, ai mantidas pela abundância da oferta marinha - agora tudo isto ganhou novo significado, novas cores e odores, novos elementos: temos ocupação humana, riscos, resistências, comunidades que se identificam pelos mesmos problemas vivenciados, se organizam, em uma atitude lúcida de luta e de conhecimento da necessidade, do desejo da liberdade (GRANGEIRO, 2012, p. 163).

Como Marx buscou em Epicuro as bases materiais para revelar a supressão de liberdade nos Estados Alemães em 1841, Grangeiro expõem os movimentos da dialética da natureza e da sociedade na ponta do Mucuripe para compreender a supressão da liberdade humana sob condições históricas concretas:

Entretanto, assim como todos, estão suprimidas de suas liberdades, mas, para, além disto, estão aprisionadas entre o molhe, o mar e suas areias que não param de aportar; entre as áreas de domínio das indústrias e do Porto e, ainda mais, espacialmente segregados e longe dos encantos e dos cantos da cidade tão próxima e a um só tempo tão distante. A Fortaleza do capital fez do *Rostro Hermoso*”, batizado por Diogo de Lepe e pisado pela primeira vez, por Vicente Pizón genuínos representantes desse processo que se iniciava uma face viva dos dilemas do ambiente humano produzido, sob a égide das várias fases do capitalismo, nos últimos quinhentos e poucos anos (GRANGEIRO, 2012, p. 163).

A imagem transformada em texto põe em tela a materialização da dialética entre a dinâmica natural da deposição de sedimentos no entorno dos molhes artificiais do Mucuripe e a dinâmica da ocupação humana na comunidade do Serviluz. Esse é um dos processos coevolutivos mais elucidativos expostos na pesquisa; prenhe de consequências, apontando desafios científicos e dilemas éticos. Como Diria Marx: *Hic Rhodus, hic salta!*” (MARX, 2013)

Referências bibliográficas

CORREA, R. L. Representações (Geo)gráficas: notas e exemplos. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p. 03-12, jan./jun. 2017.

DELEUZE, Gilles. **A dobra: Leibniz e o barroco**. Campinas: Papirus, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Luz contra luz**. YMAGO ensaios breves, 2015.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Tradução Maria Teresa Machado Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GRANGEIRO, Claudia M. M. **Meio ambiente litorâneo e urbanização: o ambiente produzido na costa Leste da cidade de Fortaleza**. (Tese de doutorado) Universidade Estadual do Ceará UECE. Programa de Pós-Graduação em Geografia PROP GEO. Fortaleza, 2012.

HARARI, Y. N. **Sapiens – uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEGEL, George Wilhelm Friedrich. **Ciência de la Logica**. 2 vol. 6ª ed. Trad: Augusta e Rodolfo Modolfo. Buenos Aires: Librarie Hachette, 1993.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 1. Reedição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos de 1957-1858. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro**. Trad: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2018.

MERLEAU-PONTY. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MERLEAU-PONTY. **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** – Por uma epistemologia crítica. 1ª Edição. 2ª Reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2009

PELOGGIA, A. U. G. A dialética da Geologia (temas de Geologia inspirados na obra de Friedrich Engels e suas implicações). **Revista Brasileira de Geociências**. 25(2): 107-110, junho de 1995.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano IV, nº 6, 1999.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE; SUPREN, 1977.

A PROFESSORA E AMIGA CLAUDIA: UMA HISTÓRIA DE VIDA COMPARTILHADA

Isorlanda Caracristi

Um texto em homenagem a Claudia, uma tarefa que, a princípio parece fácil, mas que, na verdade, não é bem assim. Homenagear ou falar de qualquer ser humano, é ação complexa.

Tantos vieses podem ser adotados. A pessoa Claudia Maria Magalhães Grangeiro, como ser humano, mulher, mãe, amiga, colega, profissional, militante política, uma dialética unidade diversa, síncrona e contraditória, integral.

Conheci a Claudia no início de minha graduação em bacharelado em Geografia na UECE, em 1984, como minha professora de Geomorfologia. Fiquei encantada com o modo paciente, didático e científico em que ela ensinava. Seu único “defeito” era fumar muito, o que causava certo desconforto à turma que fumava passivamente, mesmo sem querer [Rrsrsrs].

Por meio desse encantamento profissional, eu e alguns colegas da turma, resolvemos participar

do antigo Núcleo de Geografia Aplicada (NUGA), pois ela e o professor Luiz Cruz coordenavam o NUGA na época. A partir desse momento, ela passou a ter um grupo fiel de estudantes tientes, que viram nela uma referência profissional.

A minha formação e vida profissional e de tantos outros, devem muito a ela, a tímida e contundente professora Claudia. Nessa caminhada, tornei-me amiga pessoal e nesse processo de forte relação fraterna, conheci um lado humano do seu ser, que só se percebia em sua intimidade: uma mulher solitária, insegura, atormentada psicologicamente por traumas de uma infância abusiva. Ela tentava superar tais traumas por meio de sua intensa dedicação ao trabalho, muitas vezes, tão excessivamente dedicada, que minimizada a importância do lúdico, da diversão e dos cuidados com a saúde.

Houve nesse momento, uma quebra da hipotética imagem que todo fã constrói de seu ídolo, quando percebe que ele é um ser humano como todos os outros e possui uma história de vida marcada por conflitos de sua existência real. Contudo, isso fortaleceu em mim e em outros amigos da graduação, como Carlos Augusto, Dadá, Arlindo e Neide, um sentimento de empatia: além de fãs e amigos, tornamo-nos escudeiros protetores.

A Claudia quebrava paradigmas, mesmo sem se dar conta disso, visto que a espontaneidade era pertinente ao seu modo de ser neste mundo!

A geóloga, de formação técnica, que tinha profundo afã pelo conhecimento teórico-metodológico e epistemológico, chegando a surpreender o grande mestre Milton Santos! Isso mesmo. Durante o curso de especialização, público e gratuito [é bom ressaltar], coordenado pela professora Cilda Damasceno, nos anos 1980, o professor Milton Santos ministrou um dos módulos do referido curso e a Claudia participou como aluna. A sua participação foi tão marcante, que o professor fez público elogio e a convidou para tomar um café no antigo hotel Colonial, onde ele estava hospedado, e lá tiveram fecundo diálogo acadêmico e ouviu dele “você, na verdade, é uma grande geógrafa, menina!”. O professor Milton Santos tinha razão.



Com o professor Milton Santos, no auditório da UECE. (Fonte: Arquivo pessoal)

A orientadora/tutora tímida e calma, que vivia onça [pior que a Juma Marruá, rrsrsrs] quando “mexiam com seus alunos” ou quando defendia seus princípios ético-profissionais.

A pessoa da paz, devagar e sempre, que se transformava em guerreira em sua militância junto à Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), ao Movimento Ambiental e ao movimento pela democratização da UECE e do país.



Em São Paulo, participando da campanha da primeira candidatura do Lula (1989). (Fonte: Arquivo pessoal)

A profissional séria e contida, que à noite, após os trabalhos de campo, tomava umas cervejas com o professor Marcos Nogueira e contava piadas hilariantes. No dia seguinte, muito cedo da manhã, lá estavam, ela e o professor Marcos, cheios de energia, pontualmente acordando a todos, para mais um dia intenso de atividade em campo!

A mulher meiga e alta, que não ligava para os padrões estéticos e usava cabeleira “indomável”, tipo *black power*. Como ela mesma dizia, “meu cabelo é rebelde, porque infringe a lei da gravidade”! Esse estilo despojado, nem aí para o que pensam, rendeu-lhe uma estigmatização imposta a quem sai dos padrões heteronormativos e machistas: ela era a “diferentona”. Se nos dias atuais ainda há a estigmatização e a discriminação a esse respeito, imaginem nas décadas de 80, 90 e início dos anos 2000!



Claudia Grangeiro em trabalho campo - década de 1990. (Fonte: Arquivo pessoal)

Os hipócritas, as mentes medianas e as almas pequenas, aproveitavam e reforçavam essa infame rotulação para tentarem diminuir a pessoa e a profissional que ela era. Afinal, sua seriedade, inteligência, engajamento, criticidade e ressonância junto aos estudantes e colegas, incomodavam algumas pessoas medíocres e preconceituosas, que viam nela impedimento e ofuscamento para as suas relações de poder e de “visibilidade” pessoal.

Porém, felizmente, não obtiveram êxito, pois aquela professora “desigual” que nunca ligou para o Currículo Lattes, que se opunha ao produtivismo, à guerra de quem produz mais que o outro, à vaidade e individualismo acadêmicos, e que defendia a universidade pública, gratuita, democrática e socialmente referenciada, continuou respeitada e amada cada vez mais, dentro e fora de sua instituição de trabalho.

A dissertação e a tese da Claudia [primeira tese defendida pelo PROPGEO-UECE, vale ressaltar] são obras primas em suas revisões de literatura, reflexões e proposições teórico-metodológicas e esquemas de produção do conhecimento no âmbito da Geografia Física e sistemas ambientais!

Foi autora de trabalhos pioneiros. Quando nem se sonhava em um Instituto Nacional do Semiárido, ela elaborou o *Anteprojeto de Criação do Instituto do Semi-Árido*, em 1993 [tenho comigo o original]. Na década de 90, ela escreveu também

Reflexões sobre o papel da Geografia Física nos estudos do semi-árido e Análise e discussão da racionalidade acadêmica das aulas práticas [tenho as cópias]. Além de ter coordenado os primeiros estudos técnico-geográficos sobre a Lagoa Encantada (Iguape) e os sistemas naturais de Jericoacoara.

Existe outro aspecto da vida da Claudia, conhecido apenas pelos amigos em comum, que é muito importante pra mim e pra ela. A nossa grande aproximação associada à sua condição de filha única apartada parentalmente, levou a minha família a adotar afetivamente a Claudia, tornando-a integrante permanente de nosso cotidiano familiar. Desse convívio, veio o Rafael. O cordão umbilical do Rafinha caiu nas mãos de minha mãe, a sua avó, que, mantendo a tradição cultural, enterrou o cordão umbilical numa vacaria perto de casa, na Maraponga. Esse ato remete ao nascimento de Jesus, que se deu em uma manjedoura de estribaria.



Minha mãe (Iris), Claudia, Rafael e eu. (Fonte: Arquivo pessoal)

Como toda relação humana, houve altos e baixos, harmonia e conflitos, proximidade e distanciamento. Mas só guardo em minha lembrança os momentos afetivos, desde o tempo de professora

da minha graduação, do NUGA, aos tempos da turma da AGB; do mestrado em São Paulo; das farras homéricas na Praia de Iracema; das viagens de férias com a família e amigos; dos natais, aniversários e réveillons; das discussões acadêmicas e trocas de ideias sobre as coisas do mundo; das experiências adquiridas juntas.

Querida Claudia, ainda sou sua tiete e escudeira, cuido agora do Rafinha, que adotei oficialmente como filho, agora se chama Rafael Magalhães Grangeiro Caracristi, meu filho mais velho, irmão da Isabelle e do Joel.



Claudia com a família Caracristi e amigos. (Fonte: Arquivo pessoal)

Seu corpo está sepultado com o do meu pai, Mario Caracristi, e sua alma está permeada em nossos corações. A saudade é ainda infinita.

Quero concluir citando aqui os nomes dos parentes e amigos que compuseram as nossas mais marcantes memórias de vida em comum: meus pais, Iris e Mario, meus irmãos Giovanna, Mario, Aida e Alessandra e minha cunhada Eridineia; os amigos Neide, Zilda, Carlos Augusto, Dadá (Adailza Martins), Pedro Capibaribe, Arlindo, Adriana Pedrosa e Virgínia; o grande companheiro de NUGA, Luiz Cruz; de colegiado, Zenilde; e de AGB, Vanda, Clélia e Zé da Silva.

E finalizo com Carl Jung, célebre médico psiquiatra e pensador, que tanto a Claudia admirava, e que tem tudo a ver com ela, uma pessoa amorosa e iluminada que sempre negou a sombria busca pelo poder e centrou a sua vida na solidariedade magistral em doar incondicionalmente seus conhecimentos aos seus alunos: “onde o amor impera, não há desejo de poder; e onde o poder predomina, há falta de amor. Um é a sombra do outro”.

CLAUDIA GRANGEIRO, PRESENTE!

Tereza Sandra Loiola Vasconcelos

Nós e os “nós”. Claudia Grangeiro teve uma participação muito significativa na vida de muitas pessoas, sendo eu uma destas. Esse fato me impulsiona, mas também me embarga as palavras por estar “aqui”.

Desse modo, o objetivo do presente texto é abordar um pouco da convivência com Claudia, como professora na Licenciatura em Geografia e, anos depois, como colega da primeira turma de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (PROP GEO/UECE).

Para tanto, esse é um texto escrito em primeira pessoa, mas poderia ser muito bem escrito na primeira pessoa do plural, porque sei que atravessa e é atravessado por muitos sujeitos, vivências e sentimentos.

Muito não está aqui, aliás grande parte não está aqui! Mas, de todo modo, há um esforço no sentido de contextualizar parte dos encontros com Claudia na licenciatura em Geografia, enquanto professora da graduação e, posteriormente, com a nossa entrada no PROP GEO.

Claudia e a natureza da Geografia Física

Conheci Claudia nos idos dos anos 2000, enquanto fui estudante da licenciatura em Geografia da UECE. Eram tempos de muitas mudanças, no âmbito das matrizes curriculares das licenciaturas brasileiras, de um modo geral.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) cobravam reformas educacionais, que eram, de fato, urgentes, como a necessidade da efetiva construção da identidade docente nos cursos de formação de professores(as). Essa discussão culminou com a Resolução CNE/CP 1/2002, que passou os anos de adaptação dos cursos de licenciatura, alterou de modo significativo às estruturas curriculares dos cursos de formação de professores(as), assim como fora na UECE, em que Claudia, juntamente a outros(as) professores(as), participou ativamente.

Nesse contexto de mudanças, ainda tive a oportunidade de cursar a disciplina Geografia Física, do fluxo de 1983, numa das salas do piso su-

perior do Bloco G, quando, naquele tempo, havia oportunidade de cursar algumas disciplinas pelo período da manhã. A sutileza com que Claudia explicava os conceitos, abordava os clássicos, relacionava a teoria com o espaço e a paisagem, era singular, de um tal modo único que não encontrei mais semelhante.

Com passos lentos, um tom de voz baixinho, o cafezinho sempre numa das mãos, Claudia tinha uma compreensão da natureza num movimento geossistêmico, em que a prática se elevava da teoria, e vice-versa, numa inquietação constante de desvelar os conflitos e desigualdades da realidade e, assim, constituíam-se os diálogos trazidos, a partir de Bertrand (1970), Tricart (1977), Ab'Saber (1974), Francisco Mendonça (1994), Marcos José Nogueira de Souza (2000), dentre outros, obras clássicas presentes no programa da disciplina, até pouco tempo arquivado por mim.

Entramos juntas na primeira turma de doutorado do PROP GEO. Sentia-me orgulhosa em ter como colega de turma a professora Claudia que, pra mim e tantas outras pessoas, já era doutora, diante do profundo conhecimento teórico-epistemológico da Geografia, na sua totalidade, ainda que possuindo outra formação inicial.

Com John Foster (2011), através da Ecologia de Marx, tenho umas das referências mais nítidas de Claudia Grangeiro e de como, com profundida-

de e delicadeza sempre questionadora, ela dimensionava as problemáticas ambientais atreladas à uma perspectiva social, até porque era, assim, o entendimento de “natureza” que Claudia, como professora abordava, mas também que, Claudia, como colega de turma de doutorado expressava.

Foster (2011) veio numa de nossas conversas no prédio da pós-graduação e se tornou uma das referências bibliográficas de minha tese de doutorado e, desde então, não mais esqueci, a dialética da própria natureza, assim como Engels (1975) já havia me desvelado. E, assim, Foster, Engels e Claudia tornaram-se referências para a natureza, para a Geografia Física, para a Geografia.

Considerações finais

Nosso último encontro foi em fevereiro de 2016, no PROPGEO/UECE, por ocasião da defesa de doutorado de uma outra colega de turma. Claudia com trabalhos acadêmicos nos braços para “aproveitar o final de semana”, como ela mesmo tratava. Sempre arrodada de estudantes e, nas suas falas, sempre preocupada com os caminhos e trajetórias dos mesmos, do Programa de Educação Tutorial (PET), a quem tinha tanta dedicação, e dos novos rumos.

Saudades da Claudia, da sua delicadeza, da profundidade das palavras... A sua partida precoce deixou uma expressiva lacuna da conversa inteligente, dos “passos lentos”, da sabedoria observadora que as palavras doces, firmes e assertivas encontravam.

Hoje, como professora do mesmo colegiado de Claudia, não são poucas as vezes que me pego pensando no que ela decidiria, caso estivesse presencialmente aqui, sobretudo nos momentos mais difíceis. Então, percebo que a lacuna deixada com sua partida se estreita e que Claudia permanece viva entre nós, em NÓS.

Referências bibliográficas

AB’SABER, Aziz Nacib. O domínio morfoclimático semi-árido das caatingas brasileiras. **Geomorfologia (43)**, São Paulo, IG. São Paulo: USP, 1974.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1/2002, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2002.

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. **Caderno de Ciência da Terra**, n.º 13. São Paulo: USP, 1970.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. São Paulo: Editora leitura s. a, 1975.

FOSTEN, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

SOUZA, Marcos José Nogueira de. Bases naturais e esboço do zoneamento geoambiental do estado do Ceará. In: LIMA, Luiz Cruz; SOUZA, Marcos José Nogueira de; MORAIS, Jader Onofre de. **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará**. Fortaleza: FUNECE, 2000. p. 7-103.

TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE; SUPREN, 1977.

PARTE II

**CLAUDIA GRANGEIRO,
TUTORA POR EXCELÊNCIA:**

**MEMÓRIAS, AFETOS E FORMAÇÃO
DISCENTE**



PARA PROFESSORA CLAUDIA, COM CARINHO!

Yara Maria Castro de Oliveira

Um convite, várias lembranças

Quando recebi o convite para escrever um texto em homenagem à professora Claudia, pensei que iria ser uma tarefa tranquila, já que, por ser uma produção individual, ela fluiria com facilidade.

Entretanto, deparei-me com horas em frente ao computador, com a folha do *Word* em branco, sem saber por onde começar a escrita. De imediato, o maior desafio é realizar o recorte das diversas contribuições ofertadas pela professora Claudia para minha vida.

Além do legado deixado em mim, teria que escrever um texto à altura da mulher Claudia, que viveu à frente do seu tempo e que teimava em nunca deixar a sua humanidade de lado, esquecida em um canto qualquer, para dar lugar a uma soberba acadêmica.

A alternativa foi colocar uma música que lembrava a professora e remexer o meu baú de

fotos da época do Programa de Educação Tutorial (PET). Não sei vocês, mas, para mim, os retratos parecem ter poder de entrar na gente, pegar a nossa alma pelo braço e dar uma chacoalhada bem forte. E tudo que parecia estável se torna fluido e ficamos mais sensíveis.

A emoção trouxe memórias, lembranças e o choro também. A reflexão inicial partiu da afirmativa de como tenho sorte de ter cruzado com tantas mulheres maravilhosas em minha vida, e uma das mais incríveis se chamou Claudia Maria Magalhães Grangeiro, ou simplesmente professora Claudia.

De Maria, para Maria

O meu contato com a professora Claudia se inicia quando passei na seleção para ser bolsista do PET/Geografia da UECE, em 2008. Na época, o programa era tutorado pela professora, que também era coordenadora do Curso de Licenciatura em Geografia e dava aulas na graduação.

Mesmo com cargos importantes dentro de uma grande universidade pública do Ceará, a professora se mostrava acessível a seus alunos e bolsistas. Era nítido seu empenho pela graduação, pelo ensino (que não se limitava à sala de aula) e pela construção de uma Ciência Geográfica “única”, sem a dicotomia física e humana.

Sua tutoria no grupo PET/Geografia era feita com democracia e autonomia. Normalmente, nossas reuniões de planejamento duravam uma tarde completa. Sentávamos todos ao redor da mesa de madeira da sala do PET e íamos construir a pauta. Cada ponto era analisado e tratado da melhor forma possível para dar voz a todos os participantes. Como uma maestra, a professora conduzia o grupo nas atividades burocráticas e práticas, mas quem “tocava a música” eram os bolsistas.

Lembro da disponibilidade da professora, seja para debater assuntos de cunho geográfico e filosófico, ou mesmo se dispor a sentar com um aluno e ensinar a ele como construir um simples ofício. Essa capacidade dela de respeitar o tempo de amadurecimento de cada sujeito era fantástica!

Ela sabia que, para colher bons frutos, é necessário tempo, por isso, foi gentil e paciente no trato com cada pessoa que cruzou sua vida e que se dispôs a aprender com ela. Eu tive o privilégio de ser um desses sujeitos e hoje sei da importância da professora Claudia na minha vida. Aprendo e procuro levar esse ensinamento para o meu ser geógrafa, pesquisadora, educadora, mãe e mulher.

Paulo Freire (2009) ao destacar algumas qualidades do/a professor/a progressista fala da *humildade*, pois sem ela “difícilmente ouviremos com respeito a quem consideramos demasiadamente longe de nosso nível de competência” (FREIRE,

2009, p. 55). Saliento também outras qualidades indispensáveis ao educador e que são evidentes nas ações da professora Claudia como a “*amorosidade*, sem a qual seu trabalho perde o significado. E a amorosidade não apenas aos alunos, mas ao próprio processo de ensinar” (FREIRE, 2009, p. 57). Ser amoroso exige ainda que sejamos corajosos, “a *coragem* de lutar ao lado da coragem de amar”, explica Freire (Ibid.).

As fotografias encontradas em meu baú são de registros do grupo PET/Geografia UECE, entre os anos de 2008 a 2011. Nesse coletivo, fiz amigos para a vida toda, como: Rose, Heron, Ana Paula, Jorge, Eider, Samuel, Nislene e Jean. Recordo do cuidado e da paciência dos petianos Cristiane, Val, Átila, Érica, Diego e Ícaro, no passar os princípios do PET adiante.

O grupo PET/Geografia com a professora Claudia como tutora construía sua base na busca da excelência, mas sem deixar de compreender que somos humanos limitados e falhos. O grupo era alegre, leve e cheio de vida. A relação construída com a professora não era de medo, e sim de respeito e admiração. Acredito na fala de Fernandes (2008), quando afirma que a Geografia, ou melhor, “[...] o fazer científico só serve quando feito por prazer, coisa esquecida nestes tempos cabeludos em que vier para a felicidade é quase um crime [...]” (SOUSA NETO, 2007, pg. 66).

No programa, construímos atividades de ensino, pesquisa e extensão. A prática era realizada dentro da universidade como: minicurso, recepção aos calouros, aulas de campo, grupo de estudos, palestras e eventos. Como proposta de extensão, íamos às escolas de Fortaleza e da região metropolitana realizar intervenções nas salas de aula, momentos valiosos para nós alunos de graduação.

A foto abaixo é um registro de uma das atividades desenvolvidas por nós, a prática em questão se chamava *city tour* e era uma aula de campo realizada em Fortaleza, com os estudantes do 1º semestre da Geografia UECE. Nosso percurso contemplava o litoral de Fortaleza, indo de Oeste a Leste da cidade, trabalhando as contradições socioespaciais da nossa capital.



Petianas e professora. Claudia no *city tour* na Praça do Passeio Público, 2011.2. (Fonte: Arquivo pessoal)

Na fotografia estão juntas as bolsistas do grupo (chamadas de petianas) e ao fundo, de pé, a professora Claudia. Esse foi o meu último *city tour* com vínculo institucional no programa.

A professora Claudia vivia com intensidade a UECE. Recordo que ela se rendia às conversas nos corredores da universidade. Se cruzássemos com ela em qualquer lugar do *campus*, era certo ocorrer uma parada para uma conversa informal sobre como estava a vida, o que ela ia fazer depois dali ou mesmo sobre qualquer outro assunto que surgisse. Acredito que aquele momento, aparentemente corriqueiro, era uma forma de demonstrar carinho e dizer que se importava conosco.

Foi em um desses encontros inesperados nos espaços da UECE que tive o meu último contato físico com a professora Claudia. No prédio da Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE, especificamente no laboratório do Professor Marcos Nogueira, paramos para conversar, eu, Ana Paula e ela.

O início da conversa sempre era o mesmo, ela queria saber como estávamos. E ao retrucar a pergunta, a resposta veio de forma inesperada. Ela em pé, com os antebraços sobre as costas da cadeira, com um olhar pensativo, falou com voz firme que não estava bem, que estava cansada e que precisava de uma pausa. Para mim, aquela resposta foi impactante, pois você escutar de al-

guém que você gosta que ela não está bem é muito forte. Nunca tinha visto a professora Claudia falar daquele jeito, foi como um pedido de ajuda.

Não lembro o restante do caminhar do diálogo, mas recordo que eu e Ana saímos da conversa pensativas e mobilizadas em conversar com antigos petianos para chamar a professora para sair e se distrair um pouco. A correria do dia a dia fez com que pensássemos a saída apenas para março, mês do aniversário dela. Esse encontro nunca aconteceu, já que no dia 26 de fevereiro de 2016 a professora faleceu. Arrependo-me de não ter agido.

Acredito que a professora Claudia partiu apenas fisicamente, suas marcas estão vivas em cada pessoa que se dispôs a aprender com ela. Sua capacidade de praticar atos amorosos, solidários e humanos era admirável.

Hoje reflito e chego à conclusão de que, por tudo que aprendi e que foi semeado em mim, eu não posso vacilar, ou seja, não posso ser menos humana, menos competente, menos insistente em querer um mundo mais justo, do jeito que a professora Claudia quis. Assim como ela, também sou Maria e trago comigo *a magia de ter força, de ter raça, de ter gana sempre*.

Para quem conhece a música *Maria, Maria*, de Milton Nascimento e Fernando Brant, sabe da força que ela carrega em sua melodia e letra. É a garra das mulheres Marias traduzida em uma

canção, afinal, quantas Marias você conhece? Aqui foi retratado pedaços de história de duas Marias, que como outras Marias passam por tantas dificuldades, mas não deixam de ter esperança.

Professora Claudia, presente!

Referências bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não:** cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SOUSA NETO, M. F. **Aula de Geografia e algumas crônicas.** 2ª edição. Campina Grande: Bagagem, 2007.

MÚSICA - NASCIMENTO, Milton.; BRANT, Fernando. Intéprete: Milton Nascimento. *In:* Clube da Esquina 2. Minas Gerais, 1978. disco duplo vinil, lado 4, faixa 2 (3:02).

CLAUDIA GRANGEIRO: A GEÓGRAFA NA ESSÊNCIA

Karinne Wendy Santos de Menezes

Naquela manhã de sexta-feira fatídica em 2016 acordei com uma notícia que me desestabilizou. Claudia havia partido do plano terreno. Agora tinha que me preparar para despedir-me de uma professora, tutora, orientadora e, sobretudo, amiga.

Em 2016, na Universidade Estadual do Ceará (UECE), campus do Itaperi, em Fortaleza/CE, ocorreu um evento comemorativo do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Nesta ocasião, foi organizada uma homenagem póstuma a professora Claudia Grangeiro por estudantes do Programa.

Naquela ocasião, fiquei responsável por falar dos trabalhos de mestrado e doutorado da professora; no entanto, as emoções estavam tão à flor da pele, que precisei de uma força emocional na qual eu sequer sabia que tinha para conseguir homena-

geá-la. A sua perda de forma tão precoce e inesperada deixou-me uma ferida, de modo que precisei vivenciar anos de luto para falar de sua ausência sem me debruçar em lágrimas.

Desde este evento fiquei com a sensação que aquela homenagem não era suficiente, que sua memória teria que ser honrada. Apavora-me a ideia de que ela poderia ser esquecida, que centenas de estudantes não teriam a oportunidade de conhecê-la.

Depois de anos dedicando-se à formação de estudantes da graduação e pós-graduação, ela tinha o desejo de publicar seus escritos sobre a Geografia e a questão ambiental, além dos projetos que almejava desenvolver com seus alunos e orientandos, e tudo isso ficou no meio do caminho devido a sua partida precoce.

A professora Claudia me apresentou a Geografia por meio de um olhar sensível e crítico; e sempre instigou a autonomia de pensamento dos estudantes. No âmbito da pós-graduação, essa experiência foi vivenciada nas reuniões de orientação, por intermédio de questionamentos e motivações para a pesquisa científica.

No final de ano de 2019, a humanidade deparou-se com mais uma pandemia em sua história, dessa vez ocasionada pelo novo coronavírus, agora em um mundo globalizado, amplamente conectado. Nesse período de isolamento social, iniciado

em 2020, aflorou-me o antigo desejo de homenageá-la. Assim tomei a decisão de entrar em contato com Cristiane França, minha antiga professora no curso de bacharelado em Geografia da UECE e ex-bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Geografia UECE), por quem tenho grande admiração e confiança para propô-la um projeto.

Das nossas conversas surgiu a proposta deste livro; um projeto, uma obra coletiva em que professores, estudantes e pesquisadores construiriam textos de forma autônoma em homenagem a nossa querida amiga. Um desejo antigo e particular, que nós compartilhávamos em silêncio, mas que aos poucos foi ganhando forma. Choramos, rimos, recordamos e, ao final, nos orgulhamos. Para a nossa querida Claudia.

Este capítulo tem a finalidade de apresentar o papel que a Claudia Grangeiro representou na minha formação enquanto professora, tutora e orientadora, porém é impossível desvincular o sentimento de amizade e gratidão que habita em mim. Apesar de ser geóloga de formação, dedicou-se a Geografia por décadas, principalmente aos estudos relativos a chamada Geografia Física; no entanto, foi a Geógrafa mais humana que já conheci, não apenas na aparência, mas em sua essência.

Autonomia e tutoria: o papel da Claudia

Ingressei na Universidade Estadual do Ceará no ano de 2010 e em pouco tempo a UECE tornou-se meu lar. Como estudante advinda da classe trabalhadora, necessitava de uma bolsa de estudos e desde as atividades Recepção aos Calouros e *City Tour* organizada pelo PET Geografia UECE, para os estudantes do primeiro semestre, me interessei pelo Programa e, posteriormente, o seminário comemorativo dos 15 anos do PET em 2011 (FIGURA 1) fortaleceu esse desejo.



Figura 1 - Claudia Grangeiro nos 15 anos do PET Geografia UECE, em 2011. (Fonte: Arquivo pessoal).

Em dezembro de 2011 fui aprovada no processo seletivo do PET, um passo importante na minha trajetória e que modificou a minha relação com a

universidade, pois foi a partir desse momento que me tornei uma estudante em tempo integral e conheci a professora que seria exemplo de ética e comprometimento com a educação.

Não consigo desvincular a professora Claudia do PET, pois ela esteve presente de forma direta e indireta desde sua fundação em 1996. Como Tutora, preocupou-se principalmente com a solidificação de bases teóricas, com a iniciação filosófica dos bolsistas e com o tripé da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Dedicava-se intensamente a essas atividades, que eram desenvolvidas durante todos os anos letivos aos quais esteve à frente do Programa, sempre respeitando a autonomia dos estudantes, e mais que isso, à estimulava. Todo início de ano era realizado um planejamento coletivo que contemplasse o tripé da universidade, as atividades também eram avaliadas em grupo após sua execução e ao final do ano fazíamos um relatório de forma coletiva. Todos tinham espaço de fala, deve-se enfatizar, que a tutoria realizada pela professora tinha como eixo central a formação de estudantes críticos.

A figura 2 traz a foto da atividade Ciclo de Diálogos e Práticas, realizada pelo PET Geografia UECE em 2013.



Figura 2 - Atividade Ciclo de Diálogos e Práticas, em 2013. (Fonte: Arquivo pessoal).

O Ciclo de Diálogos e Práticas foi planejado para todos os cursos de licenciatura da UECE, e também contou com a presença da comunidade externa. Foi uma das atividades mais memoráveis que participei enquanto bolsista do Programa, pois contou com o maior público de estudantes que não pertenciam a Geografia inscritos, e refletiu a autonomia do grupo em sua construção.



Figura 3 - Atividade pós-campo em Beberibe/CE, em 2014. (Fonte: Arquivo pessoal)

A figura 3 traz uma recordação da professora Claudia que tive o privilégio de captar após uma atividade de campo no município de Beberibe.

Pesquisa acadêmica: a graduação em diálogo com a pós-graduação

Em sua atuação profissional, a professora Claudia buscou em suas práticas docentes o diálogo entre a graduação e a pós-graduação em Geografia. Como orientadora, organizava reuniões e grupos de estudos semanalmente, para a discussão dos objetos de análise e da fundamentação teórica com ênfase nos estudos ambientais.

Com base em seus ensinamentos, desenvolvemos o trabalho de conclusão de curso, assim como a dissertação de mestrado de forma autônoma, mas sempre considerando as suas contribuições à Geografia, principalmente no que condiz a construção do referencial teórico e metodológico.

Infelizmente não consegui concluir minha pesquisa de mestrado sob sua orientação devido as circunstâncias relatadas na introdução. Dessa forma, passei a ser orientada pelo professor Marcos José Nogueira de Souza, pois foi seu orientador de mestrado na UECE e mantiveram durante anos uma relação próxima e de respeito mútuo.

Dessa forma, apresento a você leitor, o resumo dos trabalhos que desenvolvi sob a supervisão e com base nos ensinamentos da professora Claudia, quais sejam: a monografia intitulada de *Ambientes litorâneos, unidades de conservação e os conflitos e contradições do uso sustentável: a comunidade Guaié em Caucaia-CE*, do curso de Bacharelado em Geografia da UECE e a dissertação *Sistemas Ambientais e Vulnerabilidade da Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará: subsídios ao ordenamento territorial*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia PROP GEO/UECE.

O trabalho de conclusão de curso

O trabalho de conclusão de curso *Ambientes litorâneos, unidades de conservação e os conflitos e contradições do uso sustentável: a comunidade Guaié em Caucaia/CE*, teve com o objetivo compreender a Área de Proteção Ambiental (APA) do Estuário do Rio Ceará, a partir da análise da comunidade Guaié, no Bairro Iparana, em Caucaia. A defesa ocorreu no ano de 2014 (figura 4).



Figura 4 - Defesa de Monografia na UECE¹³. (Fonte: Arquivo pessoal)

Deste modo, analisou-se as intervenções sociais no ambiente; discutiu-se a dinâmica ambiental e geocológica da paisagem na Área de Proteção Ambiental (APA) do Estuário do Rio Ceará; identificou-se as relações existentes entre a comunidade Guaié e a APA do Estuário do Rio Ceará e como eles estão inseridos neste ambiente; e discutiu-se também a gestão da APA e o papel exercido pelos órgãos responsáveis pelo seu gerenciamento. Para que a pesquisa fosse viabilizada o processo de orientação com a professora Claudia foi essencial, principalmente porque tivemos a oportunidade de refletir sobre as questões pertinentes aos aspectos teórico-metodológicos no âmbito da Geografia Ambiental, que foram primordiais para minha formação como pesquisadora.

13 Da esquerda para a direita: Heron Freire, Andrea Crispim, Karinne Menezes e Claudia Grangeiro.

A dissertação de mestrado

A pesquisa desenvolvida no Mestrado em Geografia, *Sistemas ambientais e vulnerabilidade da Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará: subsídios ao ordenamento territorial*, passou por rupturas, pois a orientação iniciou-se com a professora Claudia, e foi continuada com o professor Marcos Nogueira, que também foi seu orientador.

Dessa forma, abordou-se os sistemas ambientais da APA do Estuário do Rio Ceará, assim como buscou-se compreender o seu histórico da ocupação, o processo de produção do espaço, o uso da terra e a cobertura vegetal, para compreender o ordenamento territorial da unidade. Para isso, foi estruturado um referencial teórico e metodológico para discutir a geografia física e os estudos ambientais, as categorias de análise geográfica, a teoria geral dos sistemas, os geossistemas, a ecodinâmica da paisagem e, respectivamente, a vulnerabilidade ambiental da Área de Proteção Ambiental.

O processo de doutoramento

Destaquei no início desse tópico que não consegui concluir o meu trabalho de mestrado com a professora Claudia, mas segui na pós-graduação e após a qualificação da dissertação decidi que queria continuar a minha formação em outra universidade. Estava na hora de buscar novos caminhos.

Destaco que ela esteve presente em meu processo de formação como geógrafa, professora e pesquisadora. Tive a oportunidade de realizar inúmeras atividades sob a sua supervisão, como a: iniciação à docência, que consiste em uma monitoria voluntária na graduação; estágio à docência na pós-graduação, além de tê-la como tutora, orientadora e com muito orgulho, amiga.

Compartilhei muitas conversas com a professora e ela me estimulava a ampliar meus horizontes, como o de ingressar no doutorado sob a orientação da professora Dirce Suertegaray. Durante a construção do meu projeto de pesquisa, percebi que a professora Claudia não havia partido da forma como eu imaginava; ela estava presente na minha formação e no meu desejo de continuar, assim como a escolha da professora Dirce como orientadora apenas fortaleceu esse processo de construção teórica e metodológica da pesquisa e a minha ligação com a Claudia.

Luz do sol: considerações finais

Esse livro faz parte de um projeto audacioso, pois é uma grande responsabilidade organizar uma obra que consiga contemplar a professora Claudia em sua essência. Gostaria de enfatizar que a construção desse texto foi bastante desa-

fiadora, pois cada palavra escrita traz consigo o desejo de homenagear e resgatar a sua memória e influência no meu processo de formação como estudante e profissional, salientando que a sua marca na minha trajetória ultrapassou as barreiras da universidade.

À considero uma mestra por ter me instigado a seguir os meus sonhos, mas também por ter compreendido os meus limites e me inspirado a ultrapassá-los. Sinto a sua presença na música interpretada por Caetano Veloso “*Luz do sol que a folha traga e traduz, em verde novo em folha, em graça, em vida, em força, em luz (...)*”.

Com sua sensibilidade, singularidade e maestria, Claudia Grangeiro nos levava a outros patamares, associava o conhecimento científico com as vivências do cotidiano, à arte. No processo de construção desse texto as palavras em vários momentos foram substituídas por lágrimas. Acredito que como ser de luz, ela compreende a intensão de cada um nesse projeto lindo pensado exclusivamente em sua memória.

Referências bibliográficas

GRANGEIRO, C. M. M. **Meio ambiente litorâneo e urbanização**: o ambiente produzido na costa leste da cidade de Fortaleza Ceará. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

MENEZES, K. W. S. **Ambientes litorâneos, unidades de conservação e os conflitos e contradições do uso sustentável: a comunidade Guaiê em Caucaia-CE.** Monografia (Graduação em Geografia) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

MENEZES, K. W. S. **Sistemas Ambientais e Vulnerabilidade da Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará:** subsídios ao ordenamento territorial. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

SOUZA, M. J. N.; BESSE, J. M.; SANTOS, J. O.; GONDIM, M. S. **Diagnóstico Geoambiental do Município de Fortaleza:** Subsídios ao Macrozoneamento Ambiental e à Revisão do Plano Diretor Participativo - PDPFor. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2009.

SOUZA, M. J. N. de. Compartimentação Geoambiental do Ceará. In: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (org.). **Ceará: um novo olhar geográfico.** 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 127-140.

_____. Bases Naturais e Esboço do Zoneamento Geoambiental do Estado do Ceará. In: Lima, L. C; Souza, M. J. N; Moraes J. O. **Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará.** Fortaleza: Editora FUNECE, cap. 1, 2000.

_____. **Compartimentação geoambiental do estado do Ceará.** Fortaleza: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, 2009.

TRICART, J. **Ecodinâmica.** Rio de Janeiro: IBGE; SUPREN, 1977.

VELOSO, C. **Luz do Sol.** Intérprete: Caetano Veloso. Compositor: Caetano Veloso. In: CAETANEANDO. Rio de Janeiro: Universal Music Ltda, 1985. 1 LP, faixa 5.

AS GEOGRAFIAS E OS PRECONCEITOS VELADOS

Ana Paula do Nascimento Vasconcelos

A professora Claudia Grangeiro passou a fazer parte do meu baú de afetos e lembranças, o qual sempre abro. O que ouvi e aprendi com ela levarei pelo resto da minha vida. A passagem dela me despertou para “viver com senso de urgência”, como nos ensina os estoicos. A última vez que nos encontramos foi no Laboratório de Geografia Física e Estudos Ambientais (LAGEO/UECE). Ela me parabenizou pela aprovação no mestrado e me abraçou. E, entre palavras soltas e pequenos desabafos, ela soltou que estava cansada e que precisava de férias. Depois desse último encontro com a Claudia, eu e uma amiga, Yara Maria, que também estava na ocasião do desabafo da professora, combinamos de convidá-la para um passeio. Não fizemos isso e ela partiu. Ela partiu deixando em mim uma saudade e a lição de que viver exige esse

senso de urgência, pois a vida é um sopro. Ela partiu e me deixou uma saudade imensa do passeio que não realizamos.

Eu não me recordo a primeira vez que vi a professora Claudia Grangeiro. Recordo-me de um encontro não programado num bar. Ela estava com uma turma da Geografia, eu cheguei com outra turma e alguém soltou: “O povo da Geografia sempre se encontra”. Ela, calma e séria, soltou: “É um problema do espaço” e todos nós rimos. Ali eu sabia que estava diante de alguém que iria me ensinar muitas coisas. Ela, com sua timidez nervosa e os seus cigarros compulsivos, me fazia lembrar a escritora Clarice Lispector (1920-1977). Foi um gostar à primeira vista. Professora Claudia me transmitia angústia e calma e tinha sempre as palavras certas na hora certa. Todas as vezes que cruzamos pelo Campus do Itaperi, da UECE, havia sempre algo para conversarmos. Ela sempre me chamava, acendia um cigarro e me falava de coisas para além da Geografia.

Eu ingressei no Programa de Educação Tutorial (PET Geografia UECE) em 2011 e permaneci até 2013, completando o tempo mínimo de 2 (dois) anos conforme orientações do Ministério da Educação (MEC). Ao ser aprovada como bolsista do PET, já na primeira reunião nos foi informado que a Claudia, que era tutora, estava afastada para

elaboração de sua tese de doutorado. Ingressei no PET e participei da elaboração de atividades sem a presença dela. A sua ausência me deixava um pouco ansiosa para saber o que ela tinha a dizer sobre os novos petianos, no caso, eu e um rapaz. O primeiro contato com ela foi durante uma aula de campo realizada pelo PET com os calouros da Geografia. Encontramo-nos na Praia de Iracema, em Fortaleza-CE. Ela me cumprimentou rápida e timidamente. E eu da mesma forma.

Eis um registro. O ano era 2011.



Figura 1 - Professora Claudia Grangeiro, no centro da imagem, usando chapéu e dando aula. (Fonte: Arquivo pessoal, 2011)

A professora Claudia dava aula recitando poesias geográficas. A sua fala mansa, os seus intervalos para tragar o cigarro, as pausas e o encadeamento das palavras davam a ela a sensibilidade didática. Ela ensinava sem ser professoral, conseguia nos fazer entender a complexidade dos fenômenos nos convidando ao exercício de abstração de modo a nos despertar a curiosidade. Ela era mestra, doutora, não apenas pelos títulos acadêmicos, mas pela elegância de espírito elevado cujo entendimento de sua própria missão na terra ela bem compreendeu e o fez.

Enredadas são as lembranças e difícilíssima é a tarefa de transmiti-las em linguagem escrita. Encadear detalhes de uma ligeira convivência (2011-2016) com alguém que foi e é um exemplo de ser humano, de paciência, de discernimento e de sensibilidade é um desafio ao qual me dispus. E, assim, aqui registro o que intitulo *Das geografias*, organizado a partir das memórias acionadas e das consultas aos meus cadernos de anotações pessoais, que me remeteram às inúmeras lembranças das reuniões e atividades do PET Geografia com professora Claudia.

A terceira parte intitula-se *Os preconceitos velados*, composta pelas incontáveis reflexões dela sobre a Geografia, a universidade e as relações que se estabelecem entre as pessoas e os grupos sociais. Feixes de lembranças das inúmeras vezes em que eu estive com ela, as nossas conver-

sas sentadas nos bancos de madeira pelos jardins do Campus do Itaperi e outras tantas vezes nas quais cruzamos pelo bloco de salas da Geografia, na UECE. Ambas as partes se cruzam, não obedecendo à linearidade temporal, mas seguindo os fluxos das minhas lembranças e da relação que se estabeleceu entre a professora e eu.

Das geografias

Na ocasião de uma atividade interna no PET Geografia, os(as) petianos(as) deveriam apresentar um esboço das suas respectivas propostas de pesquisa. Eu apresentei a minha, que na época chamei de “geografia e gênero”, e justifiquei uma proposta de pesquisa problematizando a invisibilidade das mulheres tanto no fazer científico como nas análises que envolvem as configurações espaciais. Chamei a proposta de pesquisa de territorialidades lésbicas. Na época, eu já tinha noção de que tais abordagens na Geografia brasileira eram situadas nos cursos e programas de pós-graduação em Geografia nas regiões Sul e Sudeste. No Nordeste, especialmente no Ceará, não tínhamos tantos registros de pesquisas com essas abordagens. Surpreendia-me a ausência das temáticas que envolvem os gêneros e as sexualidades na Geografia. Talvez por pouca leitura na época ou

por inocência minha, não tinha noção do quanto a minha proposta de pesquisa era dissidente na Geografia e na própria Geografia uecena.

Após a minha apresentação na sala do PET Geografia, alguns colegas que estavam presentes soltaram piadas que, para pessoas desatentas, passariam despercebidas. Como se tratava de uma proposta de pesquisa cujos sujeitos focais eram as mulheres lésbicas, alguns colegas passaram a fazer insinuações apontando para um cacho de bananas que estava no centro da mesa principal do PET. As bananas tinham sido compradas pela Claudia, que sempre tinha o cuidado de deixar alimentos na sala para os(as) petianos(as). As tentativas de me constranger com as piadas foram em vão, pois eu tinha noção de que os meus interesses de pesquisa eram possíveis de serem abordados na Geografia. Relevei a baixeza dos colegas. E atentei-me ao que a professora Claudia tinha para me falar.

A professora Claudia me ouviu atenta, reparou em todos os detalhes e fez anotações em seu caderno. E também reparou nas piadas dos colegas. Muito atenta e elegante, ela passou a falar sobre pesquisas na Geografia, sobre as escaladas geográficas dos fenômenos e a contextualização dos mesmos. Deu-nos uma aula sobre pesquisa, recortes de pesquisa e as invisibilidades de certas temáticas. Em sua destreza acadêmica, professora Claudia nos fez entender as questões que envolvem

as escalas geográficas e cartográficas, com base na proposta da geógrafa Iná Elias de Castro. A habilidade da Claudia para nos fazer compreender a importância das escalas, dos recortes cartográficos e dos fenômenos me fez sentir mais segura quanto à minha proposta de pesquisa.

A professora usou um exemplo aparentemente simples: a coleta de lixo feita pelos profissionais da limpeza na orla da praia. Explicou-nos que um profissional de limpeza sozinho não tem capacidade de limpar toda a orla da praia e que os pontos nos quais ele consegue recolher o lixo é uma escala pequena. Entretanto, a escala em que esse profissional consegue recolher o lixo revela um fenômeno – o tipo de apropriação do espaço e as pessoas que se apropriam temporariamente de determinando pontos da praia, assim como o recolhimento do lixo jogado nas ruas em determinados pontos da cidade e outros não. Ela nos guiava para o desvelamento das aparências dos fenômenos. Desvelar a aparência dos fenômenos em pequena escala possibilita o entendimento da dinâmica de uso e apropriação do espaço, dando subsídios para se pensar em possíveis intervenções de caráter educativo entre tantas agendas de pesquisa possíveis.

O que Claudia estava nos ensinando é que a escala cartográfica é diferente da escala de fenômeno e que o recorte do fenômeno no espaço será de acordo com o interesse do(a) pesquisador(a), sendo

que nenhum recorte é mais ou menos importante do ponto de vista Geográfico e que o estudo de determinados fenômenos que acontecem no espaço geográfico são contribuições científicas para que possamos cada vez mais avançar nas pesquisas. A questão da escala do fenômeno passa a ser um problema de caráter epistemológico, em concordância com as reflexões de Iná Elias de Castro (2011), pois os interesses de pesquisa e a metodologia adotada pelo(a) pesquisador(a) podem tornar visíveis ou invisíveis determinados fenômenos e/ou sujeitos.

Um dia após a minha apresentação de proposta de pesquisa, Claudia me telefonou. Foi uma ligação demorada, pois ela estava interessada em elucidar a proposta de pesquisa apresentada por mim situando elementos de ordem social, cultural, econômica e política. A proposta de pesquisar sobre as territorialidades de mulheres lésbicas em Fortaleza foi ganhando corpo e linguagem geográfica. A professora me falou minuciosamente sobre a importância de nos atentarmos para as questões de classe social e as segregações socioespaciais de determinadas pessoas e/ou grupos.

Em sua fala, pelo telefone, havia a afirmação da relevância da minha proposta sob o ponto de vista social e político, uma vez que situamos as lutas históricas dos movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Queer (LGBTQIA+) (ao falar, ela usou o termo anterior,

Gays, Lésbicas e Simpatizantes - GLS e me pediu para corrigi-la, pois sabia da mudança na sigla). Ali, percebemos que as questões apresentadas perpassavam questões de preconceito não apenas de classe social, mas também de segregações espaciais e todos os tipos de violências.

Nesse ponto da conversa, nós concordamos que existe uma invisibilidade de determinados sujeitos e fenômenos nas pesquisas geográficas. As contribuições teóricas, filosóficas e metodológicas embasadas na perspectiva marxista deram corpo à Geografia, fazendo-nos atentar para a produção do espaço geográfico e as disparidades sociais atreladas às questões de classe que, sem dúvidas, foram um divisor de águas na Geografia brasileira. A professora Claudia enfatizava as contribuições teóricas marxistas, mas atentava para o fato de que apenas elas não davam conta de todos os fenômenos sociais, incluindo a questão dos grupos LGBTQIA+.

E, mesmo sem citar diretamente a proposta interseccional, a professora me impulsionou para atentar às questões de gênero imbricadas com as questões de classe. E, sob o ponto de vista geográfico, pontuou e me ensinou como justificar a proposta de pesquisa discutida. Como ela dizia, “é na justificativa que você vai vender o seu peixe”. Então, Claudia me elucidou para justificar sob o ponto de vista social, pois são grupos sociais historicamente marginalizados e, no caso das mulheres lésbicas,

existem ainda a invisibilidade das relações entre mulheres e as violências impulsionadas no contexto de uma sociedade misógina, machista e sexista.

Sob o ponto de vista geográfico/acadêmico, a minha proposta de pesquisa, pontuou ela, justificava-se pelo que chamou de “preconceito velado” que existe dentro da academia e do fazer científico. Ressaltando que a proposta era ousada, pois saía do escopo comum das pesquisas geográficas ueceanas, além da pequena contribuição no que tange ao olhar voltado para grupos sociais marcados não apenas pelo preconceito de classe, mas também de gênero e sexualidade. O preconceito “velado” é o preconceito que não fica muito claro, mas sabemos que ele existe. E como bem pontuado pela professora, existe dentro da universidade e reflete em todas as relações.

A ligação da professora Claudia naquela tarde de terça-feira me deixou bastante animada. Ela me falou que não tinha em mente referências bibliográficas para me indicar, mas que ia vasculhar na sua biblioteca pessoal. E que também não tinha muitas leituras da chamada Geografia Cultural, mas que estava disposta a me ajudar a elaborar um bom projeto de pesquisa. Ainda na ligação, ela lembrou o livro *A cidade não revelada*, de autoria do Carlos Augusto de Amorim Cardoso, geógrafo graduado pela UECE. Hoje eu tenho esse livro, obtido na ocasião da venda dos seus livros após sua morte.

Embora não tenha levado para frente a proposta sobre as territorialidades de mulheres lésbicas em Fortaleza-CE, as conversas que eu tive com a Claudia me impulsionaram a seguir geograficamente com abordagens que envolvem Geografia e Gênero. Entendi a importância de considerar as escalas e as invisibilidades nos discursos acadêmicos/geográficos. Afirmo que as tensões que passamos no final de uma graduação e no processo de elaboração da monografia foram sendo aliviadas em cada conversa que eu tinha com a professora. Em uma das conversas, ela me indicou procurar o Professor Otávio Lemos Costa, então coordenador do Laboratório de Estudos Culturais (LEGEC/UECE), fazendo-me entender que ele poderia ser possível orientador, pois era aberto às propostas de pesquisa que de alguma forma fogem ao que é de costume da Geografia ueceana.

A professora Claudia era muito sensível às artes. Em outra ocasião, ela nos apresentou a música de autoria do poeta compositor Caetano Veloso, *Luz do Sol*. Tratava-se de um minicurso proposto por ela na Semana Universitária da UECE, em 2012. O processo de elaboração do minicurso se deu através de reuniões com os(as) petianos(as). Uma das primeiras reuniões foi em sua casa. Ela nos mostrou a proposta, que tinha como título *Fortaleza das águas: dinâmica urbana e os corpos hídricos na cidade*, cujo objetivo girava em torno

da ideia de mostrar que a natureza não está desvinculada dos seres humanos e como a produção concreta da cidade lida com a natureza, partindo da análise dos corpos hídricos.

A letra da música *Luz do sol* nos diz:

Reza, reza o rio
Córrego pro rio e o rio pro mar
Reza a correnteza, roça a beira, doura a areia
Marcha o homem sobre o chão
Leva no coração uma ferida acesa
Dono do sim e do não
Diante da visão da infinita beleza
Finda por ferir com a mão essa delicadeza
A coisa mais querida, a glória da vida

(Luz do sol. Autor: Caetano Veloso)

Na sensibilidade do poeta Caetano Veloso, a professora Claudia nos guiou para a reflexão sobre a relação dos seres humanos com a natureza e, no caso, com os corpos hídricos, que são engolidos/aterrados à medida que se produz a cidade. Como exemplo, ela nos dava o Riacho Pajeú, pois relatos historiográficos nos dizem que a cidade de Fortaleza foi construída às suas margens. Claudia nos falava sobre a nascente do Rio Pajeú, onde atualmente é a rua que leva o nome do engenheiro português que elaborou umas das primeiras plantas de Fortaleza, Silva Paulet (1778-1837). A professora falava dos alagamentos nos períodos chuvosos nos cruzamentos das ruas por onde o rio passava. Isso nos possibilitou compreender a força da na-

tureza das águas que os seres humanos sufocaram com concreto e asfalto.

Assim, seguindo o percurso do Riacho Pajeú, que se encontra com uma parte significativa de suas águas escoando pelas tubulações subterrâneas, professora Claudia nos instigava a pensar na importância de se planejar uma cidade respeitando a natureza e suas manifestações. Ela nos estimulava a elaborar questionamentos sobre os alagamentos nos períodos de chuvas na cidade, ajudando-nos a desenvolver questões para exercitar a imaginação geográfica sobre Fortaleza e os seus corpos hídricos. Com ela, aprendi que a natureza é implacável, que as forças das águas de um rio que desemboca no mar (o Riacho Pajeú desemboca no Poço da Draga, na Praia de Iracema, onde atualmente se encontra o Estaleiro), mesmo sendo canalizado, sufocado, sempre clamarão por respirar, transbordando pelos porões e bueiros quando tocados pelas águas das chuvas.

Claudia Grangeiro era movida pelas Geografias. Embora estivesse mais conectada com a chamada Geografia Física, existia nela composições geográficas cujas compartimentações em “áreas de conhecimentos” não a limitavam em suas reflexões e falas. Chamo composições geográficas, pois havia nela notas de sensibilidade, de astúcia, de imaginação, de pensamento crítico, de revolta, de posicionamento político voltado ao coletivo, de filosofia,

de socialismo, de pensamento livre, de existencialismo, de ecologia, de natureza, de infinitas notas compondo não apenas uma Geografia, mas várias Geografias. Das Geografias da professora Claudia, que são infinitas e que estão atravessadas em mim.

Os preconceitos velados

Com as suas infinitas notas geográficas, Claudia, sempre que nos encontrávamos pelo Campus do Itaperi, narrava algo ou algum episódio atravessado pelos preconceitos que são velados na Geografia como ciência e na instituição universidade. A professora pontuava-me sobre a importância das lutas políticas dentro e fora da universidade e que esta refletia os preconceitos com as pessoas e os determinados grupos sociais existentes fora dela. Havia no espaço acadêmico o preconceito velado, pois, de algum modo, a universidade deve ser espaço de posicionamentos políticos progressistas e democráticos e não “caiam bem” os preconceitos contra pobres, negros(as) e pessoas LGBTQIA+ serem “revelados” de forma direta.

Astuciosa em suas reflexões, Claudia me dava forças para seguir com as minhas propostas de pesquisa e com os meus posicionamentos políticos quanto aos desvelamentos dos preconceitos no universo acadêmico. Ela sempre me narrava epi-

sórdios atravessados de preconceitos que aconteceram com ela e com pessoas próximas. Ela chama-va de “preconceito” velado, pois como me dizia: “há coisas (acontecimentos) que parece que só algumas pessoas percebem que aquilo é preconceito”. E sim, sempre estive de acordo com ela. O universo acadêmico é preconceituoso com pobres, negros(as) e grupos LGBTQIA+ e se veste de uma roupagem pomposa que camufla os preconceitos, mas que nas minúcias de seu cotidiano podemos perceber.

Tais minúcias vão desde um olhar discriminador para pessoas cujas roupas são supostamente inadequadas para o ambiente acadêmico até os processos de seleções internas para os laboratórios, que selecionam determinados modelos de pessoas. Os preconceitos vão desde o de cor, passando pelo preconceito de classe e as posturas misóginas dos doutores e doutoras encapuzados com os seus diplomas e revestidos de certa autoridade dentro da universidade. E como ela dizia: “a universidade pode adoecer a gente”. E sim, adoece. Adoece os(as) atentos(as) às minúcias das relações humanas. Adoece quando percebemos os jogos de poderes e nos recusamos a entrar no jogo.

Houve um episódio de preconceito, lesbofobia, que muito marcou a minha vida acadêmica, no qual ela se colocou, para além de tutora do PET Geografia, ao meu lado. Certa manhã de 2013, a sala do PET Geografia foi invadida e depredada.

Concomitante à depredação, havia uma pichação no banheiro do prédio, escrito em letras garrafais: “Ana Geo Sapatão”. Não havia dúvidas que se direcionava para mim o ato lesbofóbico. Os atos depredatórios e lesbofóbicos partiram de pessoas de dentro do próprio PET, pois não havia estrangulamento das fechaduras das portas, o que provou que partiu de quem tinha as chaves do prédio e da porta da sala do programa. Entretanto, nada pode ser provado, pois não havia câmeras para registrar quem entrou no prédio, não havia provas e tudo findou numa conversa com o vice-reitor da época e um registro de boletim de ocorrência feito por mim, pois temi pela minha integridade física.

Diante dos acontecidos, a professora Claudia ficou ao meu lado e também tinha as suspeitas, mas acordamos ficarmos caladas para não cometermos injustiças. Porém, a mesma me convidou para seguirmos em frente com a denúncia na polícia e solicitar abertura de processo e investigação. Eu me recusei pela preguiça de seguir com a burocracia. Mas, a partir desse episódio, a minha relação com a professora Claudia passou a ser de cumplicidade. Ela viu o quanto eu fiquei preocupada com a minha segurança física e revoltada pela falta de providências por parte da instituição universidade. Fiz dela a minha confidente, pois também percebi nela a revolta e a indignação diante do episódio contra o PET e contra mim.

Depois do episódio lastimoso, as nossas conversas perpassavam as questões existenciais, as tomadas de consciência, o processo de aprendizado, as geografias, as inter-relações no espaço acadêmico, o papel da universidade perante a sociedade, a autonomia, as militâncias, as lutas e os enfrentamentos diários. Ela mantinha postura freiriana e sempre falava sobre a importância do exercício da autonomia, o quanto entender o que é ser autônomo garante o exercício da criatividade e da produção de ideias dentro e fora do ambiente acadêmico. Como tutora do PET, ela nos deu autonomia para criar e desenvolver atividades em grupo sempre nos lembrando da preocupação com as questões sociais e políticas.

Com a professora Claudia todos os(as) petianos(as) se sentiam à vontade para falar e expor as ideias, os questionamentos e fazer perguntas sobre assuntos que não tínhamos conhecimento ou pouco conhecimento. E ela sempre ouvia todos e todas com muita atenção. Com a sua postura freiriana, olhava o outro não como um ser vazio em quem o conhecimento deve ser depositado. Percebia-se nela a atenção pelos saberes, pelos conhecimentos e pelas experiências de todos e todas. Cada atividade do PET proposta era debatida em grupo, pontuávamos a importância da atividade e as contribuições que poderíamos dar aos colegas das graduações em Geografia (Licenciatura e Bacharelado), assim como para as comunidades na qual algumas atividades foram desenvolvidas.

Professora Claudia era muito atenta, sensível e percebia todas as manobras preconceituosas, os jogos de poderes e todos os egos famintos, que apenas estão dentro da universidade em busca de aplausos e reconhecimentos, mas pouco preocupados com o coletivo, com o social e com as causas humanas. Ela era humilde (do latim *humilitas*, que significa quem reconhece os seus limites) e mantinha em todas as suas falas e expressões a postura de reconhecer os seus limites intelectuais e de autoridade acadêmica. Os títulos acadêmicos davam-lhe a autoridade, autoridade que ela expressava de forma humilde, exercendo as suas funções de professora, educadora, tutora, coordenadora da forma mais plena possível. Sempre aberta ao diálogo, às trocas de ideias e sempre disposta a ouvir as propostas de pesquisas, reconhecer e até acatar os posicionamentos políticos de todos que a procurassem. Ela via todos e todas como seres em processo de aprendizado e sempre dizia: “crescer dói”.

Crescer dói em todas as dimensões. Das Geografias que aprendi e das nossas infindáveis conversas. A universidade que a professora Claudia enfatizava é aquela que cresce desejando o ensino público gratuito e acessível, espaço onde deve reinar a ética, o respeito às diferenças e o combate ao racismo e às LGBTfobias. E uma Geografia plural, um fazer científico preocupado com as causas humanas e sociais. Claudia acreditava nas pessoas e nos processos de crescimento de cada um. Por isso ela era tão atenta.

Claudia Grangeiro foi uma pessoa de coração enorme. É como um prisma, cujo raio de luz propaga-se e incide sobre todos aqueles que tiveram contanto direto ou indireto com ela. Em todos aqueles que tiveram a oportunidade de conhecê-la e conversar com ela. Ou como um rio cujas águas, mesmo canalizadas, não deixam de correr e que transbordam em nós através dos seus ensinamentos guardados nas nossas memórias, palavras, escritas e lágrimas. Sou grata aos céus por esse encontro com a sua luz e suas águas. Eu a levo no meu coração. Obrigada por tudo, minha querida Professora, Tutora Claudia Maria Magalhães Grangeiro. Obrigada aos colegas, amigos e amigas pela oportunidade de deixar esse registro.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. **A cidade não revelada**. Fortaleza: OICE/UECE, 1996.

CASTRO, Iná Elias. O Problema da Escala. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

VELOSO, Caetano. **Luz do Sol**. Intérprete: Caetano Veloso. Compositor: Caetano Veloso. In: CAETANEANDO. Rio de Janeiro: Universal Music Ltda, 1985. 1 LP, faixa 5.

PROFA. CLAUDIA: APRENDIZADO E CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA NO PET

Rose dos Santos Maia

Acredito que, ao nascermos, uma nova caminhada na buscar por aprendizado se inicia, na qual planos e objetivos são desenhados. No decorrer dessa trajetória, temos a oportunidade de conhecer pessoas que podem nos oferecer diferentes ferramentas para nossa consolidação como seres transformadores no mundo, que podem agregar papéis fundamentais em nossa existência, podendo exercer uma forte influência em nossa vida.

É interessante perceber que existem pessoas que conseguem com facilidade, até mesmo sem perceber, influenciar-nos de forma positiva. Ouso dizer que são pessoas que trazem em si uma energia diferente, podendo ser percebida por poucos, tal energia permite que elas se conectem com o outro de forma genuína. Infelizmente, pessoas assim são raras no mundo em que vivemos e torna-se difícil reconhecer quando elas cruzam nosso caminho, mas se estivermos dispostos e abertos a aprender, nossa len-

te muda e, quando elas vêm ao nosso encontro, enxergamos. Quando somos agraciados com a oportunidade de conhecer e conviver com pessoas assim, pode ocorrer de não darmos o valor devido, não digo que devemos “endeusar”, mas oferecer minimamente o respeito e a admiração necessária. Desse modo, acredito que resida justamente no sentimento de admiração um elo verdadeiro entre nós, pois não conseguimos admirar aquele ou aquela com quem não tenhamos construído alguma afeição.

Refletindo sobre o bem que algumas pessoas estendem, lembro de Gandhi, quando nos diz que devemos ser a transformação que queremos no mundo, e posso afirmar que sou uma pessoa privilegiada, pois tive a honra de conhecer e conviver com alguém assim, repleta de energia, que tem a capacidade de transformar e o dom de ensinar, um ser inesquecível, essa é a professora Claudia Grangeiro. Importante salientar que me refiro no presente, pois acredito que ela continua atuante em seu trabalho, não consigo lembrar da professora Claudia como alguém que foi um dia, mas uma pessoa que continua sendo.

Nesse contexto, enxergo cada um de nós como corpos orbitando independentes pelo universo, porém interligados por forças que ainda não conseguimos decifrar por completo, mas que, em algumas pessoas, essas forças transbordam, o que acaba resultando em belas conexões.

Dentro do universo da Universidade Estadual do Ceará (UECE), a professora Claudia executava seu trabalho não apenas como formadora e pesquisadora no Curso de Geografia, seu principal trabalho estava em ensinar aos jovens que chegavam ao seu encontro a se tornarem seres autônomos. Entendo a autonomia como um processo de respeito à liberdade individual e do outro, fazendo com que percebamos o quanto nossas ações podem interferir no coletivo.

Em um mundo onde somos bombardeados com a prática individualista, a professora Claudia nos mostrava que somos mais fortes no coletivo, não é à toa que exerceu um papel fundamental no Programa de Educação Tutorial (PET) do Curso de Geografia da UECE. Para dar cumprimento a seu trabalho, a professora não se utilizava de palco ou holofotes, era daquelas pessoas discretas, preferia estar nos bastidores, sempre com mansidão e paciência.

Ingressar no curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará foi o primeiro divisor de águas em minha vida, pouco sabia sobre o que me esperava, mas me sentia disposta a tudo o que pudesse ser apresentado. Assim, pude conviver com professora Claudia de diferentes formas. Em um primeiro momento a conheci como coordenadora do Curso de Geografia, nesse período tivemos pouquíssimo contato, no qual não entendia sua forma política e apaziguadora de agir, mesmo estando sempre disposta a nos ouvir, eu não gostava do

seu jeito. Na verdade, ainda estava usando a lente antiga. Porém, no semestre seguinte, tudo mudou.

Motivada pela recente paixão pela Geografia (isso, Geografia nunca foi um sonho!), sabia com veemência que precisava me dedicar, pois, diante de sua complexidade, tinha que dispor de tempo e, para isso, precisava estudar e pesquisar. Nesse contexto, o PET se mostrou minha melhor opção. Ainda no início de 2008, tive a oportunidade de ingressar no Programa e, nesse momento, ela se tornava também nossa Tutora – embora sua história com o PET não fosse recente, mas somente nesse ano se tornava oficialmente Tutora do Programa. É no PET que a professora Claudia vai se mostrar, para mim, esse ser inspirador e uma grande referência como pessoa e educadora.

Passado o processo de seleção, inicio minha mais nova jornada de vida, não uso de modéstia quando afirmo que minha formação acadêmica é marcada por minha entrada no PET. Foi com o resultado do programa que consolidei a base de formação que irá sustentar minhas escolhas e minha forma de viver nesse mundo para o resto de minha vida. Para aqueles que não conhecem o PET, trata-se de um programa federal vinculado ao Ministério da Educação (MEC) que busca exercer o tripé da Universidade – Pesquisa, Ensino e Extensão –, cumprindo importante papel de prática dentro e fora dos muros universitários.

Relatar minha vivência no PET é sempre um enorme prazer, pois tive lindas experiências durante meus anos de petiana, foram gigantes as possibilidades de discussão, engajamento e trabalho coletivo que o Programa me proporcionou. Quando pensei em ingressar no Programa, não tinha a noção do quanto minha vida seria transformada a partir daquele momento. Minha jornada no PET vai resultar na ampliação, em escala exponencial, de meu olhar sobre o mundo, pois me permitiu o contato com realidades diferentes, seja pelo elo com outros cursos dentro e fora da UECE, ou pelo contato com diferentes parcelas da sociedade, dentre essas, aqueles que não pensam na universidade como possibilidade na vida.

Estar participando de um grupo formado por 12 jovens, repletos de ideais, desejos e com sede de mudança, somado à tutoria de uma mulher que, na base do diálogo e da autonomia, ensinava-nos lições surpreendentes, tornou-se uma realidade. Minha passagem pelo PET significou um degrau essencial em minha formação como mulher e educadora, pois tive a sorte (não sei se essa seria a melhor palavra) de me encontrar com pessoas excepcionais, muito diferentes entre si, mas dispostas a crescerem juntas. Os membros da minha geração são elementos-chave nesse processo, são incontáveis as lições que pude ver, ouvir e viver nesses anos, assistindo de forma tão próxima

como se constrói a autonomia de alguém. Poderia falar por horas de cada um deles, mas o objetivo deste momento é a professora Claudia.

Vou elencar *autonomia* como palavra-guia sobre a professora Claudia. Compreendo a construção da autonomia como um processo lento, porém essencial na formação de indivíduos ativos. Acredito que somos seres complexos que, ao nascermos, trazemos em nós características próprias, e que, ao mesmo tempo, somos submetidos à convivência social e, conforme vamos crescendo, nosso raio de vivência e desafios se amplia. Nesse caminhar, a realidade vai nos submetendo a diferentes situações, resultando na lapidação de nossa essência. Auxiliar na formação e desenvolvimento da autonomia de alguém é uma responsabilidade imensa e nós, como educadores, temos um papel importante. Nisso a professora Claudia era mestre, mesmo que alguns não entendessem sua forma de educar.

A primeira lembrança que tenho com a professora Claudia foi o momento de minha entrevista para ingressar no PET. Eu estava tranquila, tinha a certeza de que não iria entrar, pois me saí mal nas etapas anteriores. Porém, acredito que isso tenha me ajudado, pois não usei de respostas prontas. Foi a primeira vez que, de fato, tive um diálogo com a professora Claudia e ela foi receptiva e gentil como sempre. Lembro desse momento porque, tempos depois, já como petiana, ela me revela que,

quando entrei para entrevista, a banca já tinha em mente quem iria entrar, e eu não estava inclusa, mas, de alguma forma, isso mudou. Saber desse fato me deixou surpresa e lisonjeada, pois senti, ali, o quanto que ela acreditava no meu potencial.

Durante minha passagem pelo PET, agreguei-me muito às funções burocráticas, isso me proporcionou a vivência com outros tutores de grupos PET da UECE e ficava nítido o quanto a professora Claudia se diferenciava deles. Enquanto alguns mantinham um total e absoluto controle sobre seus grupos, a professora Claudia nos permitia a autonomia. Ela nos mostrava que éramos parte fundamental do PET Geografia, que tínhamos que caminhar e fazer nosso trabalho da melhor forma, sempre respeitando o espaço do outro. Tínhamos a liberdade de escolher e pôr em prática nossas atividades. Ela nos guiava, mas a palavra final era sempre do coletivo. Infelizmente, nesse contexto, nem todos se adequavam, alguns, muitas vezes, aproveitam-se da liberdade dada para não realizar as atividades a contento, e isso gerava uma sobrecarga em alguns de nós e, em alguns casos, resultava em conflito, que hoje entendo como normal dentro de um coletivo.

Para mim, o nosso melhor momento era quando nos reuníamos para nossas reuniões semanais, que eram duas. Uma tinha como objetivo discutir, planejar e avaliar nossas atividades e a segunda

era nosso grupo de estudos, considerada a atividade base para nosso trabalho, afinal toda prática deve ser precedida de conhecimento teórico. Nesse momento, ela se destacava, não por vaidade, mas por humildade. Nosso grupo sempre foi marcado pela influência da Geografia Humana, principal linha de pesquisa dos tutores anteriores, mas a professora Claudia é geóloga por formação. Diante da forte influência das humanas na época, muitos de nós sugeriam leituras dentro dessa linha, agregando também leituras da filosofia, sociologia etc, e a professora Claudia se unia, fazendo e trazendo novas leituras, tanto que entre nós ela era chamada de “geógrafa física mais humana” e isso acabou se refletindo em seu belo trabalho de doutorado.

Mesmo diante de tantas coisas boas, também enfrentamos momento difíceis. Durante o período em que estava no PET, o ano de 2009 se mostrou o mais desafiador para todos nós, pois a professora Claudia teve que se afastar de suas funções por alguns meses. Nesse período, tivemos que pôr em prática tudo o que aprendemos e vivemos, tivemos que provar que éramos seres autônomos de fato. Contamos com a ajuda de muitas pessoas, mas o principal, desde o planejamento à execução de cada atividade, era conosco. Não posso negar que foi muito difícil a ausência da professora Claudia, porém aprendemos muito no final de tudo, amadurecemos e levo esse desafio como prática em minha vida.

Com a chegada do ano de 2010, inicia-se minha despedida do grupo e, nesse momento, a professora Claudia, mais uma vez, torna-se fundamental, principalmente por ser minha orientadora no desafio de desenvolver minha monografia. Devo lembrar que isso era novidade no Curso de Geografia da UECE, pois é somente a partir do ingresso de minha turma (2006.2) que a monografia se torna o modelo de TCC. Desenvolver junto com a professora Claudia minha pesquisa sobre Educação Ambiental foi um prazer, pois era um tema muito bem trabalhado por ela, ou seja, ela foi a melhor.

Além de estar em processo de finalização da graduação, o ano de 2010 também marca o início de minha carreira como professora do Ensino Básico. Não posso jamais esquecer todo o apoio e auxílio dispensado a mim pela professora ao longo desse novo processo, que resultou na minha aprovação no concurso do Estado do Ceará.

Não termina por aqui, mesmo formada e distante da universidade, a professora Claudia sempre se manteve presente e se torna ponte essencial para meu ingresso no Mestrado Acadêmico de Geografia (MAG/UECE). Foi ela quem me mostrou as possibilidades que o MAG poderia me oferecer, ela quem me apresenta meu querido orientador, Professor Dr. Otávio Costa. Ela se torna, novamente, minha professora no curso. Mais uma vez ela está presente. Ela sempre se fará presente.

Professora Claudia é essa pessoa cheia de facetas, que sempre está disposta a ensinar, mas, principalmente, a aprender, por isso a considero mestre de alma gigante. Sempre tinha uma palavra de acolhimento, a disposição para nos ouvir e ajudar a trilhar um caminho ético. Sei que suas ações eram incompreendidas por alguns, mas era na prática cotidiana que ela nos ensinava o verdadeiro respeito pelo outro. Mesmo que você não gostasse ou não concordasse com ela, o respeito estava presente. Mesmo exercendo seu trabalho pedagógico discretamente, sua figura se tornou fundamental e uma inspiração para muitos, sejam amigos, colegas de trabalhos, orientandos e alunos. Seu exemplo estará sempre desenhado em nossos corações. Você estará sempre gravada em meu coração.

PARTE III

**CLAUDIA PLANTOU E A
SEMENTE GERMINOU:**

**A INFLUÊNCIA NA PESQUISA
GEOGRÁFICA**



EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO À DOCÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA EPISTEMOLOGIA PARA A DISCIPLINA DE GEOGRAFIA AMBIENTAL

*Francisco Leandro de Almeida Santos
Karinne Wendy Santos de Menezes*

A disciplina de Geografia Ambiental é obrigatória no currículo da graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), tanto dos cursos de bacharelado, quanto da licenciatura, nesta última modalidade, a disciplina era ministrada pela professora Claudia Grangeiro. Este capítulo consiste no relato de experiências vivenciadas pelos autores deste texto durante a iniciação à docência (graduação) e estágios docentes (mestrado) realizados no curso de licenciatura, no período de 2013 à 2015, sob orientação e supervisão da professora Claudia.

No tocante as experiências dos autores na disciplina, estas aconteceram de duas formas, por meio do Programa de Educação Tutorial (PET Geografia

UECE) e pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROGEO/UECE). Neste período, o PET Geografia UECE desenvolvia entre as suas atividades a Iniciação à Docência que ocorria em caráter de monitoria voluntária, ao qual os bolsistas do Programa acompanhavam uma disciplina de sua escolha, enfatiza-se que esta atividade era optativa e contava com o apoio da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UECE). Enquanto que o Estágio à Docência é uma disciplina obrigatória na pós-graduação em Geografia, para bolsistas de mestrado e doutorado.

Considera-se importante citar que Claudia Grangeiro dedicou-se durante a sua trajetória na universidade à formação dos estudantes e tinha uma preocupação especial com os discentes do curso de licenciatura. O modelo adotado para ministrar a disciplina se constituía em diálogos e discussões críticas sobre as temáticas abordadas.

As turmas que foram acompanhadas durante o período de realização dos estágios eram formadas, principalmente, por estudantes trabalhadores, aos quais a maioria deles não tinham tempo para se dedicar integralmente ao curso e exerciam atividades em áreas adversas à Geografia. Desse modo, havia um cuidado na condução da disciplina, para que todos os estudantes se sentissem estimulados a participarem de sua construção e do processo de ensino-aprendizagem.

O ensino de Geografia Ambiental na UECE: diálogos entre a teoria e a prática

A disciplina de Geografia Ambiental, implementada na licenciatura sobre a regência da professora Claudia na UECE, tinha como objetivos principais: compreender o ambiente como um produto da relação histórica da sociedade-natureza; apreender a dimensão geográfica nos estudos ambientais: conceitos, categorias e temas; estimular a compreensão da relação ambiente, desenvolvimento e justiça social; identificar e construir conceitos fundamentais para o ensino-aprendizagem da Geografia Ambiental.

Nesse contexto, a disciplina tinha a finalidade de discutir a relação sociedade e natureza, enfatizava os aspectos históricos e conceituais sobre natureza e ambiente, além de trazer elementos contemporâneos, como as grandes conferências internacionais e os paradigmas da sustentabilidade, assim como a crise ambiental vivenciada na atualidade, também apresentava as bases conceituais da ciência geográfica, noções de sistemas ambientais e de diagnóstico, zoneamento, planejamento e gestão ambiental.

A partir desse contexto buscava-se a interação entre a teoria e a prática, ao qual a professora trazia apontamentos críticos para o debate em sala de aula, os conhecimentos empíricos dos

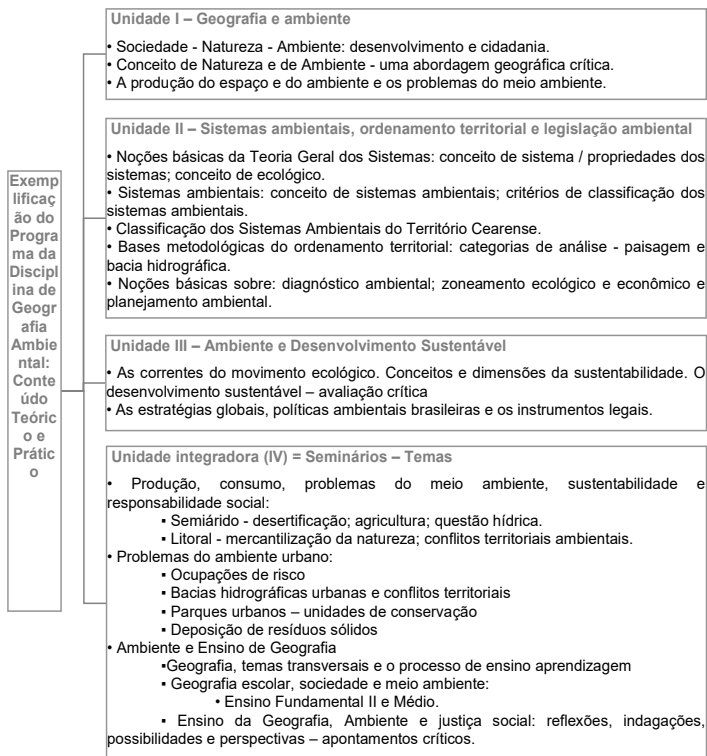
estudantes eram bastante relevantes para a articulação dos conteúdos e desenvolvimento das atividades didáticas.

Antes do início das atividades acadêmicas em sala de aula, que eram expositivas e dialogadas, a professora tinha o hábito de se reunir com os estudantes em estágio docência que estariam acompanhando-a naquele semestre para discutir a sua estruturação e o programa da disciplina (FIGURA 01), que dividia-se em unidades para a discussões teóricas sobre: I Geografia e ambiente; II Sistemas ambientais, ordenamento territorial e legislação ambiental; III Ambiente e desenvolvimento sustentável, e por fim, a IV Unidade integradora, ao qual os discentes apresentavam seminários a partir de temas propostos, neste processo, eles recebiam orientações para a construção da atividade, eram elaborados planos para os seminários, como também realizava-se a produção textual de relatórios.

No início das atividades disciplinares, a professora realizava uma introdução ao curso, seguido por apresentações do grupo de estudantes matriculados em Geografia Ambiental, estudantes do programa de pós-graduação em estágio à docência e a professora. Apresentava-se a proposta de programa com exposição geral sobre a forma, a estrutura e os conteúdos presentes na disciplina, as atividades planejadas para o semestre em vigência e a formação das equipes de trabalho; e conduzia

uma discussão introdutória sobre o trabalho em equipe com a seguinte pergunta: Há necessidade de desenvolvermos uma Geografia ambiental? Sim? Não? Por quê?

Figura 01 Exemplificação do Programa da Disciplina



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os seminários ganhavam destaque nesta disciplina, inclusive, a abertura se dava com a apresentação dos projetos de pesquisa dos estudantes em estágio à docência. Os temas eram sugeridos e, posteriormente, discutidos em sala de aula, com orientação desde de seu processo inicial de construção, devido principalmente ao fato de que muitos estudantes tinham entre suas etapas de pesquisa para a construção do seminário, o trabalho de campo, e não tinham experiências com a iniciação científica.

Com base nessas interações entre a teoria e a prática propunha-se neste programa da disciplina, a articulação teórico-prático-empírico de conteúdos e atividades didáticas; a ampliação da percepção da espacialização dos processos sociais e naturais para o ensino da Geografia e a identificação de temas e construção de problemas de pesquisa-ensino em Geografia; assim como a produção textual e de material didático.

A formação dos discentes era o foco principal da atuação da professora Claudia não apenas no curso de licenciatura, apesar de sua dedicação e empenho ao mesmo, mas também nos trabalhos desenvolvidos como orientadora na graduação e pós-graduação, e, principalmente, no Programa de Educação Tutorial PET Geografia UECE, no qual atuou direta e indiretamente desde sua criação em 1996. Na disciplina de Geografia Ambiental os estagiários puderam vivenciar essa dedicação à docência.

Abordagens e conceitos na disciplina de Geografia Ambiental

Análise integrada da paisagem no contexto da Geografia Ambiental

A análise integrada da paisagem desempenha um importante papel no campo da ciência geográfica, contribuindo no âmbito da discussão que permeia a questão ambiental. Essa abordagem conduz ao entendimento holístico da relação sociedade-natureza, sobretudo, no contexto que emerge uma progressiva expansão dos processos produtivos, perante a necessidade de repensar os paradigmas do capitalismo contemporâneo na busca por um modelo mais adequado de utilização dos recursos naturais.

O estudo da paisagem durante seu processo evolutivo passou por profundas transformações teórico-metodológicas no intuito de mensurar, de forma cada vez mais consistente, dados acerca da realidade geográfica. Nos séculos XVIII e XIX, os geógrafos naturalistas buscavam entender a paisagem a partir de uma concepção holístico-totalizante fundamentada na perspectiva de leis gerais e da interligação entre os diversos fenômenos que integram os fatos naturais. Desta forma, se destacam como precursores dessa abordagem conceitual os alemães Alexander Von Humboldt e Karl Ritter (SOUZA, 1985).

A contribuição das expedições naturalistas induziu a consolidação de determinados procedimentos metodológicos que ainda hoje são considerados pertinentes e adequados à realização de pesquisas na Geografia Física. A título de exemplificação, se destaca a necessidade da observação e da descrição detalhada de campo da natureza.

A primeira metade do século XX foi marcada pela ênfase excessiva à análise setorializada da natureza, através de critérios separativos que inviabilizam qualquer tendência à interdisciplinaridade nos estudos voltados à Geografia Física. Os estudos setoriais são de natureza analítica que tratam de assuntos unitemáticos (geologia, geomorfologia, hidrologia, climatologia, pedologia e biogeografia), cartograficamente representados por temas específicos, utilizando técnicas especiais de fundamental importância, embora sejam apenas parciais na análise da realidade terrestre (SOUZA, 1985).

Esse contexto epistemológico desvirtuava a concepção de paisagem buscada pelos geógrafos naturalistas, denunciando a fragmentação do conhecimento científico na área de Geografia Física através da abordagem de diversas disciplinas específicas, além de não inserir a sociedade como fator externo na dinâmica de evolução da natureza.

Após a Segunda Guerra Mundial, as sociedades humanas passaram por profundas transformações no modo de reprodução das relações capi-

talistas, denunciando o advento da problemática ambiental como produto da tecnificação da natureza para legitimar o processo de modernização sinônimo de progresso do mundo contemporâneo.

O advento da Teoria Geral dos Sistemas, postulada pelo biólogo alemão Von Bertalanffy em meados do século XX, abriu um amplo campo técnico-metodológico para as diversas áreas do conhecimento científico, o que vislumbra uma mudança de paradigma em relação à abordagem dos estudos setoriais, que tradicionalmente individualizavam os processos naturais e dissociavam as combinações entre os diversos componentes.

Para Bertalanffy (1973), essa concepção destaca o enfoque holístico para explicar os fenômenos da natureza a partir da organização de sistemas abertos hierarquizados formados pela combinação de objetos ou partes.

Em 1961, o cientista soviético V. B. Sotchava, na época diretor do Instituto de Geografia da Sibéria e do Extremo Oriente da Academia de Ciências da URSS, lança a proposta de aplicação da Teoria Geral dos Sistemas para os sistemas geográficos, introduzindo o conceito de geossistema nos estudos ambientais. Um elemento essencial da teoria geossistêmica desenvolvida por Sotchava foi considerar as paisagens como geossistemas, de modo que os aspectos integrados dos componentes naturais sejam vistos a partir de uma

dimensão espacial na interface com a sociedade humana. O geossistema é, portanto, um todo dialético, com uma multiplicidade de relações e contradições (RODRIGUEZ; SILVA, 2013).

A dimensão espacial do geossistema no contexto da paisagem se estrutura a partir das particularidades das circulações de substâncias em diferentes estágios de evolução espaço-temporal. Ademais, a organização hierárquica das unidades geossistêmicas difere-se em três níveis: topológico, regional e planetário, abrangendo classes taxonômicas de duas ordens de grandeza, os geômeros e geócoros (SOTCHAVA, 1977).

No entanto, a proposta de Sotchava para definição dos geossistemas apresenta um caráter pouco dialógico na sua abordagem, sobretudo pela ausência de uma maior precisão espacial para dimensionar de forma clara, a escala de atuação da sociedade sobre a natureza. Além disso, ele conceitua os geossistemas em homogêneos e heterogêneos organizados em três níveis, de sorte que qualquer um desses podem se enquadrar como geossistema sem maiores critérios (NASCIMENTO; SAMPAIO, 2005).

A visão sistêmica permite o enfoque global de uma situação, no qual o comportamento do todo difere do comportamento de suas partes ou da simples somatória das partes. Ademais, a totalidade dá lugar a novas propriedades, não inerente

às partes, mas que aparecem como resultado da interação dessas partes (GONDOLO, 1999).

O enfoque sistêmico interdisciplinar não elimina a especificidade disciplinar. Ele permite que se conduzam as diferentes disciplinas para estruturar o pensamento e considerá-lo a partir de uma visão mais ampla, resultando na existência de um todo complexo, único, constituído por um conjunto de elementos que estabelecem relações entre si em uma determinada unidade ou integridade funcional (RODRIGUEZ; SILVA, 2009).

Rodriguez e Silva (2013) salientam que a interpretação sistêmica da paisagem como objeto de análise da Geografia marca o surgimento dos primeiros trabalhos de caráter aplicativo no âmbito do planejamento ambiental. Nessa perspectiva, os autores evidenciam a ocorrência de um salto cognitivo, que respondeu a uma demanda social ligada a capacidade de prever impactos humanos sobre a natureza, sobretudo, numa época marcada pela instalação de megaprojetos relacionados à metropolização das cidades, construção de barragens, transposições de rios, identificação de áreas propícias para agricultura e implantação de grandes parques industriais.

Contudo, em 1972, o francês Georges Bertrand aperfeiçoa o conceito de *Sotchava* estabelecendo uma conotação mais consistente para abordagem metodológica dos trabalhos de Geografia Física

contemporâneos. Nessa perspectiva, o autor elaborou um sistema de hierarquização das paisagens dimensionada em função da escala de tratamento, no qual permite uma visão holística da paisagem como entidade global. Para Bertrand (1972, p. 1):

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparados. É uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns com os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável em perpétua evolução.

Bertrand (op. cit.), com base no trabalho de Cailleux e Tricart (1956) estabelece um sistema de taxonomia das paisagens delineado em seis níveis de hierarquização espaço-temporais. Nas unidades superiores: zona, domínio e região natural são considerados critérios climáticos e megaestruturais no contexto das zonas fitogeográficas do globo. As unidades inferiores: geossistema, geofácies e geótopo, se aplicam aos trabalhos de maior detalhamento considerando os critérios biogeográficos e socioeconômicos.

Para Bertrand (op. cit.), o geossistema que corresponde ao quarto nível de hierarquização, pode ser considerado como o mais importante nos estudos geográficos por apresentar de forma consistente uma tipologia espaço-temporal compatível com a escala de atuação das atividades humanas. Em suma, os geossistemas resultam da

combinação entre o potencial ecológico e a exploração biológica, integrados por vários elementos que mantêm relações mútuas no que tange aos fluxos de matéria e energia.

Na concepção desse autor, na superfície de um geossistema, os geofácies desenham um mosaico mutante cuja estrutura e dinâmica traduzem fielmente os detalhes ecológicos e as pulsações de ordem biológica. Desta feita, o geofácies representa a estruturação de diferentes estágios de evolução paisagística no conjunto maior do geossistema. Enquanto o geótopo constitui uma unidade homogênea de menor expressão espacial, sendo o refúgio de biocenoses originais, às vezes, relictuais ou endêmicas.

Souza (2000), com base nos estudos da geomorfologia do Quaternário, faz adaptações na metodologia de Bertrand (1972) sobre aspectos de aplicação da concepção geossistêmica às características naturais do Nordeste brasileiro. Nessa abordagem, o componente geomorfológico é utilizado como guia para delimitação das unidades de paisagem, dada as suas condições de síntese dos processos ambientais. Os limites do relevo e as feições do modelado são mais facilmente identificados e passíveis de uma compartimentação mais rigorosa e precisa.

Além disso, deve-se reconhecer que a compartimentação geomorfológica deriva da herança geoambiental do Quaternário. Como tal, cada

compartmento tende a ter padrões próprios de drenagem superficial, arranjos típicos de solos e características singulares quanto à estruturação dos aspectos fitogeográficos. Através dela, se representa melhor os limites para se definir os sistemas ambientais, mesmo porque as condições de relevo expressam a dinâmica da paisagem, onde o uso e ocupação da terra assumem suas especificidades diante da disponibilidade de recursos naturais para reprodução das atividades socioeconômicas (SOUZA, 2000).

Desta forma, os sistemas ambientais resultam do jogo de relações dos componentes naturais através da exposição de padrões uniformes de paisagens, cujas inter-relações dos seus componentes, dimensões e características de origem e evolução destacam relativa homogeneidade na estrutura e funcionamento da dinâmica geoambiental (SOUZA, *op. cit.*).

A difusão dos estudos integrados da paisagem traz no seu bojo, um passo qualitativo no contexto interdisciplinar das ciências da terra através da introdução do conceito de geossistema como aporte teórico-metodológico. Este fato enseja a redefinição das bases epistemológicas da Geografia Física, norteando novas leituras sobre a abordagem analítica dos problemas ambientais a partir da relação intrínseca entre sociedade e natureza.

A Geografia Ambiental sob a perspectiva do materialismo histórico

A sistematização de uma perspectiva crítica e holística na abordagem ambiental possui estreita relação com a inserção dos países periféricos na economia globalizada, vislumbrando um novo debate a partir da intensa exploração da reserva de seus recursos naturais disponíveis para satisfazer à reprodução ampliada do capital em escala mundial.

As experiências ao longo do estágio de docência sob a tutela da professora Claudia Grangeiro foi direcionada dentro dos princípios do materialismo histórico, analisando o desenvolvimento das forças produtivas, onde o homem/mulher (sociedade) não são compreendidos como seres eminentemente biológicos, mas sim como agentes sociais transformadores da natureza.

As sucessivas revoluções técnico-científicas transformaram radicalmente o homem como ser social. Há estreito paralelismo entre o avanço da exploração dos recursos naturais com o complexo desenvolvimento tecnológico, científico e econômico das sociedades humanas. Sob esse aspecto, a crescente industrialização concentrada em cidades, a mecanização da agricultura, a generalizada implantação de pastagens, a intensa exploração de recursos energéticos e matérias primas como o carvão mineral, petróleo e recursos hídricos, têm

alterado de modo evidente o cenário da terra e levando com frequência a processos degenerativos profundos na natureza (ROSS, 1994).

Nesse contexto, para compreender o espaço geográfico na sua totalidade como ambiente humano, se faz necessário expor no cerne da discussão, o modo como a sociedade, dialeticamente, explora a natureza e, por conseguinte, do modo como a natureza vem reagindo ou subsumindo-se frente às intensidades das ações sociais, ou seja, em todo caso, coevoluindo, conjuntamente com o social (GRANGEIRO, 2012).

Nessa perspectiva, o espaço geográfico corresponde a um sistema complexo, um sistema de configurações espacialmente articulados os quais se combinam e se articulam os diferentes sistemas ambientais. Essa noção traz a necessidade de identificar os fenômenos naturais e socioeconômicos para o entendimento das leis que regem a dinâmica do espaço geográfico (ROJAS LOPEZ, 1995).

O meio ambiente é formado por feições que tem diferentes magnitudes de valor e de intercâmbio. Esses valores são determinados pela presença de recursos e serviços ambientais, cuja localização, quando coincide com as conectividades em relação aos centros econômicos e populacionais condicionam a apropriação desses valores por diferentes grupos socioeconômicos, sobretudo, na lógica dos diferentes interesses, racionalidades e poderes eco-

nômicos e políticos. Em síntese, cada feição e nível hierárquico dos sistemas ambientais comportam valores que podem ser incorporados nas atividades produtivas (RODRIGUEZ; SILVA, 2013).

Essa linha de interpretação representa a construção de uma nova base epistemológica para o enfoque da Geografia Ambiental, delineada pela professora Claudia Grangeiro nos debates em sala de aula, indagando inter-relação entre produção do espaço geográfico e a coevolução do ambiente como reflexo do jogo de intencionalidades dos agentes econômicos na busca pela apropriação dos recursos naturais disponíveis. Nessa perspectiva, a dimensão do espaço geográfico, deve incorporar a influência dos sistemas ambientais na configuração dos arranjos produtivos, visto que, a disponibilidade de recursos naturais que cada sistema ambiental detém, não determina a estrutura econômica da sociedade, mas pode justificar a produção do espaço via acumulação capitalista.

As atividades em grupo na disciplina de Geografia Ambiental e a formação de professores

Os trabalhos realizados em grupo eram a essência da disciplina, as discussões propostas para os estudantes eram de cunho epistemológico e tinham como objetivo principal estimular a reflexão

crítica a respeito de conceitos e temas importantes para a ciência geográfica, também eram apresentadas possibilidades de pesquisa em geografia, por meio das apresentações dos estudos realizados pelos estagiários e dos seminários propostos para a turma.

As atividades eram importantes, sobretudo, devido o perfil da turma ser constituído predominantemente por alunos que não tinham o privilégio de dedicar-se exclusivamente à universidade. Dessa forma, esses momentos traziam uma aproximação entre os conhecimentos empíricos, teóricos e práticos. A figura 02 traz como exemplo uma das atividades desempenhadas em sala de aula.

Figura 02 – Modelo de Atividade em Grupo

| Trabalhando em grupo |
|--|
| Tema da Atividade: Natureza e Ambiente conceitos idênticos ou diversos? |
| <p>1. Como o grupo conceitua Natureza? Apresentem a formulação de um conceito.</p> <p>2. Como poderíamos esboçar um conceito geográfico de Natureza? No conceito geográfico da natureza, quais elementos e aspectos da natureza, devemos levar em conta:</p> <p>a. A materialidade e imaterialidade dos elementos e aspectos da Natureza? Sim?, Não? Exemplifiquem.</p> <p>b. A relação espaço-tempo dos elementos e aspectos da Natureza? Sim?, Não? Justifiquem.</p> <p>c. A questão da cultura em sua relação com os elementos e aspectos da Natureza? Sim?, Não? Justifiquem.</p> <p>d. A possibilidade de acesso aos elementos e aspectos da Natureza; o uso e a apropriação do mundo biofísico realizados pelo homem? Sim?, Não? Apresentem argumentação justificando a opção.</p> <p>e. O modo de produção? Sim?, Não? Apresentem uma discussão.</p> <p>f. Após discussão dos itens acima <u>formulem</u> um conceito geográfico para Natureza.</p> <p>3. Como o grupo conceitua Ambiente? Apresentem a formulação de um conceito.</p> <p>a. Diferencie questões ambientais de problemas ambientais.</p> <p>b. Natureza, meio ambiente e ambiente traduzem as mesmas idéias? Quais as semelhanças, quais as diferenças? Ou não existem semelhanças; ou por outra, não existem diferenças? Discutam e indiquem a posição do grupo.</p> <p>c. O conceito geográfico de ambiente faria sentido fora da perspectiva da relação sociedade-natureza? Sim. Não? Como isto poderia ser evidenciado? Apresentem exemplificação.</p> <p>d. O conceito geográfico de ambiente deve traduzir/revelar uma relação espaço-tempo?</p> <p>e. O conceito geográfico de ambiente deve está ou está vinculado a um modo de produção? Sim. Não? Apresentem resumo da discussão.</p> <p>f. Após discussão formulem um conceito geográfico para ambiente.</p> |

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).¹⁴

¹⁴ Os quadros foram organizados pelos autores, com base em arquivos que foram utilizados no período do estágio à docência em Geografia Ambiental.

As atividades propostas, depois de realizadas, eram discutidas na sala de aula e todos tinham espaço de fala, e esses exercícios auxiliavam a fixação de conteúdos significativos para a disciplina e formação de professores de Geografia. Esse processo formativo era a preocupação principal da professora Claudia enquanto docente, tanto na graduação como na pós-graduação.

Destaca-se que as atividades eram orientadas, e não apenas entregues em um formato como o do processo avaliativo pontual. A finalidade era completamente oposta a isso, o diálogo era o ponto chave da disciplina. Em nossa concepção, em suas atividades docentes, a professora Claudia conseguia ressignificar conceitos, não modificando a sua definição, mas partindo do pressuposto que eles deveriam ser trabalhados por meio de um olhar geográfico crítico e, ao mesmo tempo sensível em relação à sociedade-natureza, e levando em consideração a condição dos licenciandos em Geografia e futuros professores.

Considerações finais

Este capítulo foi estruturado com o intuito de apresentar as experiências da iniciação/estágio à docência na construção da disciplina de Geografia Ambiental crítica e dialogada, e sobretudo no que

refere-se a uma reflexão epistemológica. Buscou-se destacar a importância e preocupação que a professora Claudia Grangeiro tinha com a formação dos estudantes de licenciatura na Universidade Estadual do Ceará.

Com base nas explicações desse texto, pode-se destacar que a prática docente da professora Claudia Grangeiro relacionava as suas experiências no ensino e na pesquisa em Geografia, e isso pode ser demonstrado na relevância de seus trabalhos acadêmicos de mestrado (2004) e doutorado (2012), pois eles evidenciam a maneira como foi conduzida a disciplina de Geografia Ambiental e reflete a sua trajetória acadêmica.

Dessa forma, em suas pesquisas acadêmicas e prática docente, preocupou-se em discutir a Geografia, em específico a Geografia Física, de forma mais geográfica e crítica, desmistificando a forma como a questão ambiental foi abordada historicamente. As discussões contemplavam conceitos e temas, mas também debatia de forma notória o método em Geografia como algo imprescindível para a compreensão da ciência.

Referências bibliográficas

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. In: **Caderno de Ciências da Terra**, n. 13. São Paulo: Instituto de Geografia da USP, 1972.

BERTALANFFY, L. Von. **Teoria Geral dos Sistemas** (1968). Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

CAILLEUX, A; TRICART, J. **Le problème de la classification des faits géographiques**. Annales de Géographie, LXV: 162-186, 1956.

GRANGEIRO, C. M. M. **Meio ambiente litorâneo e urbanização: o ambiente produzido na costa leste da cidade de Fortaleza Ceará**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

_____. **Base conceitual da organização ambiental: a bacia hidrográfica como categoria de análise do planejamento de uso da natureza semi-árida**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

GONDOLO, G. C. F. **Desafios de um sistema complexo à gestão ambiental: bacia do Guarapiranga, região metropolitana de São Paulo**. Editora Annablume, 1999.

NASCIMENTO, F. R; SAMPAIO, José Levi Furtado. Geografia Física, Geossistema e Estudos Integrados da Paisagem. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**. V. 6/7, n. 1, p. 167-179, 2005.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. **Planejamento e Gestão ambiental: subsídios da geoecologia das paisagens e da teoria geosistêmica**. Fortaleza: Edições UFC, 2013. v. 1. 370p .

RODRIGUEZ, J. M. M; SILVA, E. V. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: problemas, tendências e desafios**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. v. 1. 241p.

ROJAS LÓPEZ, J. J. **El estudio de la geografía rural**. Consejo de Publicaciones de la Venezuela: Universidad de los Andes, 1995.

ROSS, J. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. **Revista do Departamento de Geografia FFLCH-USP**, São Paulo, n. 8, 1994.

SOTCHAVA, V. **O estudo do Geossistema: método em questão**. São Paulo: IGEO-USP, 1977.

SOUZA, M. J. N. de. Bases naturais e esboço de zoneamento geoambiental do estado do Ceará. In: LIMA, L. C., SOUZA, M. J. N., MORAES, J. O. (orgs.). **Compartimentação territorial e gestão regional do estado do Ceará**. Fortaleza: Editora FUNECE, 2000.

SOUZA, M. J. N. O campo de ação da Geografia Física. Boletim de Geografia Teorética. In: **Simpósio Aplicado de Geografia Física Aplicada**, v. 15, n. 29-30, p. 32-40, 1985.

_____. Contribuição ao estudo das unidades morfoestruturais do Estado do Ceará. **Revista de Geologia** (nº 1). Fortaleza: Edições UFC, 1988.

A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL EM PERSPECTIVA: PRECEDENDO O OBJETO DA PESQUISA

Clerijane Nascimento Torres

A problemática ambiental enquanto objeto de análise, traz em si uma infinidade de temáticas, relações e reflexões capazes de nos conduzir a significativas apreensões da realidade. Entre todas as possibilidades, a questão dos resíduos sólidos apresenta-se em meio à problemática ambiental como um importante ponto de análise da crise ambiental, pois o desafio de gerir a enorme e crescente quantidade de lixo que se acumula no meio ambiente remete a forma visível da insustentabilidade desse sistema linear de produzir mercadorias dentro do modo de produção capitalista.

Foi nessa perspectiva que o interesse pelo tema apontou para uma frutífera parceria de orientação que em poucos anos resultaria em alguns trabalhos, muito aprendizado, acadêmico e pessoal, e especial admiração a pessoa da professora Dra. Claudia Grangeiro.

Defendido em 2013, o meu Trabalho do Conclusão de Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará¹⁵ orientado pela professora abordava a gestão dos resíduos sólidos de Cascavel, município da Região Metropolitana da Fortaleza. Tinha a pretensão de verificar as considerações teóricas que fervilhavam na minha cabeça àquela época, acerca da problemática ambiental dentro do modo de produção capitalista.

Eram muitas ideias, informações e descobertas acumuladas ao longo da graduação, todas querendo ganhar vida, virar texto. Era muita coisa para estudar. Mas, ao longo do processo fomos moldando a pesquisa e, por que não dizer, a pesquisadora. Como em todo processo criativo, ideias foram abandonadas, outras adicionadas, algumas foram postas na gaveta para serem usadas em outra oportunidade. De todo modo, com a conclusão do trabalho surgiram outras ideias, ficaram latentes velhos e novos questionamentos, desenharam-se hipóteses.

Sou grata à Profa. Claudia Grangeiro por enxergar em mim potencial, por provocar as minhas inquietações e me encorajar a trilhar os caminhos acadêmicos. E assim, ela prontamente abraçou comigo o projeto do mestrado, com especial empenho e amizade. E juntas, nos lançamos novamente na nobre ambição do saber: orientadora e orientan-

15 A problemática ambiental no modo de produção capitalista com enfoque nos resíduos sólidos: a gestão realizada no município de Cascavel-CE como verificação das considerações teóricas (2013).

da, rumo aos desafios, às hipóteses e aos questionamentos que essa nova pesquisa nos propunha.

Após a devida provação no fogo acadêmico, a dissertação¹⁶ se ocupava do consórcio intermunicipal para resíduos sólidos da Microrregião de Cascavel (Ceará, Brasil), no contexto da política ambiental internacional, ousando fazer um movimento de aproximação entre o local e o global, construindo assim, uma crítica à pretensa sustentabilidade capitalista.

A discussão dos resíduos sólidos em meio à problemática ambiental, passa necessariamente pelo entendimento de conceitos fundamentais como a produção do espaço social, bem como o ambiente enquanto categoria de análise. Mesmo sem a pretensão de nos debruçarmos sobre a discussão dos conceitos abordados na dissertação, entendemos a necessidade de nesta, elucidarmos pelo menos alguns deles, no sentido de esclarecer as bases de referência que orientavam a pesquisa.

Com esse diálogo teórico-metodológico, recorte que reproduziremos a seguir, foi que buscamos construir uma abordagem geográfica do objeto em si, apresentando a trama de relações em que ele estava imbricado, as quais foi necessário explorar ao longo do trabalho para que ele pudesse ser, por fim, exposto. Infelizmente, por pouco ela não pode

16 Por uma crítica da (in)sustentabilidade capitalista: o consórcio intermunicipal para resíduos sólidos da Microrregião de Cascavel - Ceará - Brasil (2016).

ver nosso trabalho terminado, mas ouse dizer que ele foi concluído conforme nos propomos.

Só há dois lugares, ambos extremos, em que cabe uma dissertação: em um resumo e nela mesma em sua totalidade. Assim, esse espaço não poderia ser o da minha pesquisa em si, mas tão somente sobre os caminhos metodológicos em que firmamos nossos pés ao iniciarmos essa caminhada, sobre as bases que precedem e justificam o objeto e, principalmente, sobre a preciosa contribuição da professora Claudia, para a nossa pesquisa e para a Geografia.

Assim, nosso ponto de partida se dedica à explorar “Chaves de leitura do objeto: o ambiente em Grangeiro (2012)”; segue discutindo “A natureza e suas diferentes conotações”; bem como as diferenças entre “Desenvolvimento social e crescimento econômico”; e, por fim, chegamos ao “Desenvolvimento sustentável”.

Chaves de leitura do objeto: o ambiente em Grangeiro (2012)

A problemática ambiental encontra-se numa intercessão entre as relações sociais e a relação entre sociedade e natureza. E o produto dessa combinação de relações é o espaço geográfico, cuja produção ocorre pela associação de dinâmicas sócio-históricas com as estruturas e dinâmicas natu-

rais. Ele é resultado das sobreposições históricas da produção material, espaço onde o ser humano torna-se ser social, naturalizando a sociedade e socializando a natureza, de modo que, sociedade e natureza encontram-se intrinsecamente ligadas.

Essa relação indissociável é também dialética e oferece subsídios fundamentais para se pensar as relações de contradição e complexidade estabelecidas em torno da problemática ambiental enquanto função da organização da sociedade, também contraditória, e resultado da sobreposição histórica da produção material. Admitindo que as coisas ou os objetos existem em sua concretude histórica e, portanto, social, analisamos a crise ambiental pela ótica do materialismo histórico e a partir da produção social do espaço e das relações que a sociedade estabelece com a natureza, pautando a interpretação do nosso objeto na crítica de que não é possível enfrentar a problemática ambiental através dos mesmos mecanismos que a gestaram.

Assim, é possível questionar a redução da crise a limites externos, ou seja, questões geológicas, uma vez que “os problemas ambientais surgem como resultado de um conflito no interior da sociedade ou das contradições entre capital e trabalho (MARX, 2004), capital e natureza (BENTON, 1996), exigindo trazer o debate da sustentabilidade para o campo das relações sociais.” (NOVICKI, 2009, p. 3).

Também é necessário empreender um esforço no sentido de superar a clássica dicotomia entre sociedade e natureza, reconstituindo o percurso histórico dessa relação, à luz do entendimento do ambiente e de que seus problemas não são apenas questões geológicas, mas remetem à atuação social e histórica do homem/mulher junto ao meio natural.

Embora haja muitas interpretações para ambiente, muitas vezes empregado com o sentido de meio natural, e seja frequente a sua apresentação em justaposições diversas, tomamos aqui o ambiente tal como empregado por Grangeiro (2012), no sentido de ambivalência, de interação entre o social e o natural, como propõe a sua própria morfologia que já contém em si esta ideia¹⁷. Assim, qualquer outro vocábulo que anteceda o termo “ambiente” no sentido de limitá-lo ou ampliá-lo representaria antes a sua negação. Por exemplo, o termo “sócio-ambiental” a nosso ver é uma negação do ambiente, pois em si este já é composto de uma parte social, bem como outra natural. Isso o aproxima do conceito de espaço enquanto produto das interações sociais e naturais. Desse modo, o termo “espaço-ambiente” empregado por Grangeiro (2012), ao nosso ver, é o único que preserva o sentido de ambiente, sem negar a sua ideia, pois antes o reforça, o reafirma.

¹⁷ Segundo Grangeiro (2012), o vocábulo *ambiente* é composto pelo prefixo *ambi* que significa “duplo, de ambos os lados” e *ente*, que significa “o que existe, o que é; ser, coisa, objeto, substância”.

O ambiente se refere, portanto, a esse conjunto de fatores naturais e não naturais que estabelecem entre si uma relação de reciprocidade que vai muito além de interações ecossistêmicas. Nele o homem não é apenas um organismo dentro do todo ecológico, mas um ser social capaz de intervir na natureza e que interagindo com os demais fatores compõe o ambiente como um todo indivisível (SCARLATO; PONTIN, 1992).

Grangeiro (2012, p.81) afirma que “os diversos problemas [ambientais] já detectados são função de distintas variáveis em interação”. Para a autora, a dinâmica social introduz na dinâmica natural comandada pelas forças motrizes da natureza variáveis que lhes eram externas, de modo que ambos se tornam integradas, compondo “uma unidade de elementos diferentes ou heterogêneos que formam um todo – uma unidade de diversidades” com diferentes níveis de interferência das práticas socioespaciais.

Assim, advoga a autora, para compreender o ambiente é necessário entender esses processos e práticas socioespaciais que, sendo historicamente construídos e determinados, convergem para a formação de um território. Assim, podemos entender que

A formação de território traz em seu bojo, de modo geral, a apropriação da natureza; de modo específico, a formação de territórios determinados espacial e temporalmente apropriada-se de um meio ambiente, que embora seja integrante dos quadros físicos planetários, é espacial e temporalmente particularizado ou determinado para aquele grupo social. Tanto as características do meio natural como do construído são inter-relacionadas entre si e interdependentes; deste modo, se refazem em *características próprias* que passam a revolver-se como implicações tanto na dinâmica social como na natural, que conjugadas, lhes deram origem e que já não são mais idênticas; ou seja, - “*in continuum*” e dialeticamente - há sempre um novo sistema ambiental, tanto o geral, planetário, como os particularizados, em movimento (GRANGEIRO, 2012, p. 85).

Estabelecida essa relação entre um grupo social e o seu meio ambiente, concordamos que é necessário considerá-la de forma coletiva para uma compreensão mais ampla, uma vez que há interação entre uma multiplicidade de grupos sociais em diferentes escalas espaço-tempo que se diferenciam entre si dentro da estrutura social e na sua relação com a natureza (GRANGEIRO, 2012, p.85). Entretanto, não se pode afirmar que as construções humanas sobre a superfície da terra resultem da interação desses distintos grupos com o seu meio ambiente de uma forma homogênea. Como afirmamos, os diversos grupos sociais são distintos e não significa que há uma simetria de

forças entre eles, mas, ao contrário, esses grupos podem ser dominantes ou dominados, de modo que a relação que um grupo subordinado exerce com o seu meio ambiente ou seu território pode ser determinado ou redefinido pelos interesses e pela visão de mundo, inclusive, acerca da natureza, de outro grupo que sobre ele se impõe.

Isso se torna bastante evidente no atual modo de produção, onde os:

espaços geográficos que ainda sejam o resultado de uma interação íntima entre grupos humanos e seu embasamento geográfico. [...] são cada vez mais raros, parecendo resultar de uma falta de dinamismo geográfico decorrente de uma inadaptação às condições do mundo moderno (SANTOS, 1986, p.09 *apud* GRAN-GEIRO, 2012, p. 85).

Isso será importante para entender, no contexto da crise ambiental e do desenvolvimento sustentável, a ofensiva do capital sobre as comunidades tradicionais, seus territórios e os bens naturais vistos apenas como fontes de recursos para a produção capitalista.

Logo, a produção desse ambiente não pode ser referida como resultante da interação humana de forma generalizada sobre a face da terra, ou seja, não pode ser atribuída ao homem/mulher enquanto espécie. Deve, sim, ser atribuída à sua condição de ser social “em função da dinâmica dos progressos econômicos, científicos, tecnológicos,

sociais; das interconectividades espaço-tempo e do modo de produção hegemônico” de modo que

Esta nova forma de pensar o *ambiente* nos remete, necessariamente, a admiti-lo, como produto de relações conflituosas, emprenhadas de contradições; que não se trata da simples transformação de elementos naturais em recursos, ou de práticas ecologicamente inadequadas. Trata-se da transformação da natureza em mercadoria; trata-se de um “*artefato humano*”, (NEDER, 2002), e em que nele o social e o humano se incluem, e que, portanto, devemos mudar as formas de perceber, compreender e nele intervir (GRANGEIRO, 2012, p. 86)

Tampouco os problemas ambientais podem ser resultantes de ações antrópicas, como se fosse responsabilidade de todo mundo e, ao mesmo tempo de ninguém, ocultando a produção do espaço, como se dará, por exemplo, o tratamento da questão ambiental no domínio do desenvolvimento sustentável.

A natureza e suas diferentes conotações

Esse entendimento de ambiente confere aos problemas ambientais natureza histórica e social que não é neutra, nem tão pouco deve ser naturalizada, de modo que sua resolução passa, necessariamente, pela transformação dessa relação entre homem/mulher e natureza e das relações entre os homens que, dominando alguns a natureza, usam-na para dominarem uns aos outros.

Rodrigues (1998) nos fala disto quando diz que:

Os problemas ecológicos parecem, à primeira vista, referir-se apenas às relações homem-natureza e não as relações dos homens entre si. [...] A questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza. Diz respeito não apenas a problemas relacionados à natureza, mas às problemáticas decorrentes da ação social. [...] Os problemas ambientais dizem respeito às formas pelas quais se produz o espaço geográfico que compreende, no dizer de Milton Santos, os processos sociais representativos de uma dada sociedade (RODRIGUES, 1998, pp. 8-9).

Para compreendermos como esses problemas ecológicos referem-se à relação dos homens entre si e não somente à relação dos homens com a natureza, precisamos considerar que ambas as relações estão interligadas e compreender a transformação histórica da natureza e o que ela significa para o homem/mulher social enquanto concretude histórica.

Toda a construção social está, segundo a perspectiva marxista, baseada nessa relação entre homem/mulher e natureza, haja vista que as condições naturais são o recurso fundamental para a vida do homem e pressuposto geral para toda produção. Essa transformação histórica da natureza passa pelo processo de produção, através do qual ela é transformada pelo trabalho¹⁸ em bens diver-

18 Nessa perspectiva marxista, o trabalho constitui-se como uma necessidade natural eterna mediando a relação entre homem e natureza, na produção de valores de uso.

sos que passam a ter concretude social e histórica. Aqui, nos referimos à produção material tal como ela é definida por Bernardes e Ferreira (2003, p.18) como sendo o “processo pelo qual se altera a forma da natureza: pelo trabalho o homem modifica as formas das matérias naturais, de modo a satisfazer suas necessidades.”

Essa definição de produção material é ampla e se realiza pelo trabalho para a satisfação das necessidades humanas. Sendo assim, ela é tão essencial quanto o próprio trabalho e só se efetiva por meio de uma forma social determinada, ou seja, de relações sociais de produção. Entretanto, o modo industrial de produzir mercadorias dentro do modo de produção capitalista é apenas um dos modos possíveis para a realização da produção material e, embora historicamente seja o mais expressivo pela sua amplitude e capacidade de transformação da natureza, não é o único possível.

Assim, o homem passa a se apropriar da natureza como fonte para toda a sua produção material e regente das relações sociais. Para entendermos como essa relação de poder mediada pela dominação da natureza se estabelece, temos que levar em conta que a história da humanidade - que não ocorre no mesmo passo em todas as sociedades humanas - inscreve-se na relação dos homens entre si e com a natureza e é marcada pela necessidade que o homem/mulher tem de conhecê-la.

Por meio do desenvolvimento da racionalidade, o homem/mulher passa de uma condição selvagem a ser social e inicia um processo ascendente de conhecimento, transformação, apropriação e manipulação da natureza.

Inicia-se aí um apartamento, uma emancipação simbólica do homem/mulher em relação à natureza, agora socializada e posta para domínio. Desde a perspectiva rústica de conhecimento e domínio da natureza até a apropriação privada dos recursos naturais como condição para a produção de mercadorias no atual modo de produção capitalista, a dominação da natureza remete também a dominação do homem pelo homem, enquanto pressuposto para a produção. À medida que a sociedade vai desenvolvendo as suas forças produtivas essa condição é reproduzida, e se amplia da relação do grupo para esferas maiores no decorrer do tempo histórico, até atingir escala global, como é, por exemplo, a relação que países desenvolvidos e subdesenvolvidos mantêm entre si e com a natureza (TORRES, 2014).

Quando socializada, a própria ideia de natureza é também uma construção histórica. Conforme a complexidade das relações sociais em cada época, haverá diferentes conotações para o conceito de natureza, para as formas de apropriação e para a relação que a sociedade estabelece com ela:

A ‘natureza em si’ não passa de abstração. Não encontramos senão uma idéia [sic] de natureza que toma “sentidos” radicalmente diferentes segundo as épocas e os homens... Como todas as nossas idéias [sic], a imagem da natureza que prevalece em cada época e em cada meio toma assim o peso de um teor social (LENOBLE, 1969, p. 37 *apud* RODRIGUES, 1998, p.10).

Enquanto o pensamento clássico é caracterizado por uma relação orgânica¹⁹ entre homem/mulher e natureza, o pensamento moderno considera que a natureza deve estar a serviço do homem/mulher, devendo para isso ser conhecida e dominada. Nesse momento, enquanto o homem/mulher é definitivamente apartado da natureza e posto como superior a ela, também a ciência é consolidada como superior à natureza e à própria sociedade que a constituiu. Assim, é que, desde o século XVII, a ciência tem sido o instrumento através do qual tem-se efetivada a apropriação da natureza. Desse modo, é que “as construções do homem – sociais, intelectuais, abstratas, modernas, simbólicas – se tornam superiores ao próprio homem e meio através do qual se estabelecem relações de poder entre eles.” (TORRES, 2014, p. 6).

Historicamente, o desenvolvimento das forças produtivas e intelectuais tem sido diretamente proporcional à escala e à intensidade da exploração que o homem – aquele proprietário dos meios

¹⁹ Essa relação orgânica não era necessariamente de submissão do homem/mulher, mas remete à escala e a intensidade da sua atuação sobre o meio natural, de forma que permitia a resiliência dos ecossistemas (RODRIGUES, 1998).

de produção – incide sobre a natureza. No período moderno, seu desenvolvimento foi intenso (ciência e técnica) caracterizando o que Harvey (1992) vai chamar de uma “compressão do espaço-tempo” (RODRIGUES, 1998) e, na contemporaneidade, ambos são maximizados e multiplicados. Podem ser nitidamente contempladas na intensificação do modo industrial de produzir mercadorias e na globalização da economia, pois com “a distribuição espacial das engrenagens produtivas da industrialização e da extração de recursos naturais em escala global, as atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente foram disseminadas sobre o planeta.” (TORRES, 2014, p. 8).

É nesse contexto de distribuição global das estruturas produtivas dentro de um sistema político e econômico orientado pela lógica capitalista de desenvolvimento que atribui desenvolvimento a crescimento econômico, medido pelo grau de industrialização e capacidade de produzir mercadorias - ideologicamente relacionadas à noção de bem-estar social - que se inscreve a relação entre os países e o papel que o Estado²⁰ possui em executar as condições necessárias para o desenvolvimento do capital.

20 “Qualquer ação do Estado é indicativo da manifestação de interesse político-econômico de algum grupo que compõe o quadro social, o que não indica necessariamente que todos são contemplados de forma igualitária, mas sim que, dentro do contexto hegemônico atual, os benefícios serão capitaneados principalmente por aqueles que tiram vantagem da reprodução de uma sociedade estruturada conforme a lógica do capital” (DIAS, 1997, p. 41).

Desenvolvimento social e crescimento econômico

Assim como a ideia de natureza, a ideia de desenvolvimento também é uma construção histórica. Entendemos que o desenvolvimento em si, refere-se ao aspecto social de determinada sociedade. Embora crescimento econômico e desenvolvimento social sejam coisas distintas, como na lógica capitalista a prática econômica subjuga as demais, ela se transforma no parâmetro absoluto, ignora essa diferenciação e passa a se referir ao crescimento econômico como sendo desenvolvimento. Assim, a ideia de desenvolvimento que predomina na sociedade capitalista contemporânea está condicionada ao crescimento econômico: os países subdesenvolvidos - entenda-se aqueles do capitalismo periférico - deverão perseguir o nível de crescimento econômico alcançado pelos países desenvolvidos - aqueles do capitalismo central - até que se atinja um desenvolvimento homogêneo entre as nações.

O conceito inicial de desenvolvimento desponta a partir da obra de Rostow [Etapas do desenvolvimento econômico, 1971], que, recuperando o *darwinismo social*, se baseia na ideia de *sucessão evolutiva de estágios, onde tal qual na natureza, as sociedades humanas evoluíam de formas inferiores para superiores*. Nesta hipótese, parte-se de um modelo de sociedade rudimentar culminando no modelo da civilização ocidental industrializada de consumo, considerada única e universal (LAYRARGUES, 1997, p. 1, grifo nosso).

Tanto é que, no contexto do desenvolvimento sustentável, a denominação “países subdesenvolvidos” se transforma em “países em desenvolvimento”²¹ para firmar essa visão evolutiva. De fato, a comparação não é gratuita, se considerarmos a proposta de Hoefle (1999, pp. 124-125) ao analisar as implicações da ascensão da biologia como “rainha das ciências” para com os estudos culturais e do paradigma racionalista do neodarwinismo nas últimas décadas do século XX.

Segundo Hoefle (1999), o neodarwinismo supera a ideologia política do darwinismo clássico, pois é com o discurso científico que ela igualmente justifica as disparidades culturais fundamentadas em grupo étnico, gênero e classe social. Por outro lado, enquanto a ciência – as ciências biológicas – justifica as diferenças sociais com processos adaptativos naturais, garante por meios sociais a conservação dessa estratificação. É o caso da engenharia genética - na época, muito em evidência devido a possibilidade da programação genética - aplicada ao planejamento familiar e cujo acesso vai depender da classe social dos indivíduos, visto que

21 A classificação dos países possui diferentes nomenclaturas (países de economia avançada, emergente, subdesenvolvida, países em transição, países recentemente industrializados etc.) de acordo com diferentes órgãos internacionais como ONU, FMI, Banco Mundial etc., porém, todas têm como base a economia. Nos documentos do PNUMA sobre desenvolvimento sustentável, são usados dois termos: “países desenvolvidos” para referir àqueles que atingiram uma economia avançada e “países em desenvolvimento” em referência àqueles países que, ao contrário, ainda não são plenamente desenvolvidos, sem especificar necessariamente o grau de desenvolvimento, ou seja, inclui os países pobres e os emergentes.

As tecnologias são extremamente caras, de forma que somente a classe alta dos países pós-industrializados e a pequena elite dos demais países têm acesso à ela. Seus filhos terão além de vantagens sociais, também vantagens biológicas, *crystalizando cada vez mais a estrutura de classe em suas sociedades e, especialmente entre países*. Anula-se qualquer perspectiva de mobilidade social (HOEFLE, 1999, p. 140, grifo nosso).

Ora, os países desenvolvidos são os que mais consomem mercadorias, matérias primas e energia, gerando enormes quantidades de resíduos sólidos, mantendo o nível de vida que mais contribui com a degradação da natureza, de modo que o planeta não seria jamais suficiente para responder a esse nível de consumo em escala mundial (SCARLATO; PONTIN, 1992). Esse ponto será de extrema importância para compreendermos a proposta de desenvolvimento sustentável da ONU, cuja justiça social se baseia na universalização do consumo ao nível dos países desenvolvidos.

Essa ideia de desenvolvimento homogêneo ao redor da qual orbitam os ideais da globalização econômica é a mais contrária e equivocada possível dentro de um sistema que se alimenta das contradições e dentro do qual o desenvolvimento dá-se de maneira desigual e combinada²². Nesse sentido,

22 O desenvolvimento desigual e combinado remete à espacialização complexa e heterogênea em que espaços distintos revelam diferentes níveis de produtividade de que surgem quando o capitalismo se desenvolve segundo uma hierarquização espacial, combinando diferentes variáveis (composição orgânica do capital, de produtividade, de relações de produção, de taxas de lucros, de incidências de lutas de classes, diferentes níveis de inversão de capital e de infraestrutura etc.) no tempo, no espaço e em diferentes escalas.

pensar que o país desenvolvido representa o espelho do menos desenvolvido é uma fábula. Na verdade, o subdesenvolvimento é o que eles recebem do capitalismo, assim como o capitalismo recebe do subdesenvolvimento o seu fôlego, seu oxigênio, sua própria circulação sanguínea.” (SCHIMIDT, 1986 apud RODRIGUES, 1998, p. 34).

E essa relação complementar é verificada também no interior de cada país. Nos países subdesenvolvidos, com alta concentração de renda e, em geral, edificados sobre base social e política frágil, as contradições do capital são, particularmente, mais visíveis e agressivas: através da divisão do trabalho é estabelecido um sistema de acumulação desigual e combinada em escala mundial, onde a superexploração dos trabalhadores na periferia do sistema capitalista alimentam um contínuo fluxo de capitais e de recursos dos subdesenvolvidos para os desenvolvidos (RODRIGUES, 1998).

Pala Kaplan (2011), a divisão na atribuição de papéis entre os países do mundo é decorrente de uma das etapas do modo de produção capitalista, o imperialismo, que considerada uma etapa ou fase superior do capitalismo, de acordo com Lenin (2008), surgiu como desenvolvimento e continuação direta das suas características.

Para esse autor, a globalização dever ser observada a partir dessa configuração política e econômica e da assimétrica relação de poder estabelecida entre os diferentes países. Ademais, apesar

de se impor como um conceito estabelecido (que remete à ideia de integração e totalidade), a globalização é a expressão dos interesses de forças econômicas extremamente poderosas e que vem se impondo enquanto ideologia dominante²³.

Assim sendo, a globalização opera como uma necessária estratégia para o processo de mundialização do capital, mediante sua crescente acumulação e expansão (Loureiro, 2009, p. 4), atuando por mecanismos de coerção e de consenso, impondo sua naturalização ou naturalizando sua imposição, qual seja, de modos mais explícitos ou implícitos (ideológicos) (KAPLAN, 2011, p. 27).

Ademais, esse desenvolvimento homogêneo não é possível entre os países do globo nem no interior dos subdesenvolvidos, pois

Ainda que os países subdesenvolvidos atinjam um elevado nível de desenvolvimento econômico, as riquezas desse processo não serão socializadas entre as classes que o compõem. O ideário do desenvolvimento oculta a divisão social de classes, se idealiza na escala do estado-nação, mas os meios sociais através dos quais ele se dá acontecem na esfera social, nos diferentes grupos e setores que compõem a sociedade de classes em cada país e onde a exploração se reproduz em nível local, especialmente nos países subdesenvolvidos (TORRES, 2013, p. 33).

23 Segundo Kaplan (2011), a globalização enquanto ideologia abrangente, tanto ofusca o problema da crise do capitalismo ser estrutural, quando desloca a discussão para outras frentes, inviabilizando críticas e alternativas reais ao capitalismo, quanto é evocada para justificar as reformas estruturais de feição neoliberal como sendo inevitáveis.

Essa exploração não é apenas do trabalhador/trabalhadora, mas também dos bens naturais entendidos como recursos para a produção. A apropriação da natureza avança na mesma medida em que avança o desenvolvimento das forças produtivas e na fase atual do capitalismo, a sua apropriação é fundamental para a reprodução do sistema. Enquanto os recursos naturais - bem comum da sociedade, privadamente apropriados e entregues à exploração indiscriminada em nome do progresso e do desenvolvimento - e seus benefícios se restringem a uma pequena parcela da sociedade, os danos ambientais são socializados sem que o Estado se mostre capaz de - ou interessado em - protegê-los.

A competitividade do intercâmbio econômico no mercado mundial se apoia no intercâmbio ecologicamente desigual, revelando novas formas de manter as velhas estruturas de dominação. O capitalista, enquanto proprietário dos recursos naturais, coloca o valor econômico acima do valor ecológico sem que sejam contabilizados os custos ambientais no valor da produção exportada, assim é que ele se apossa dos recursos naturais considerados bens comuns essenciais para a vida, inclusive, na perspectiva biológica enquanto valor de uso, para convertê-los para si em valor de troca (TORRES, 2014).

Desenvolvimento sustentável

Finalmente, as evidências desse modelo predatório começam a aparecer na natureza numa escala preocupante e eclodem muitos movimentos que contestam a depredação natural imposta pelo modo de produção. Em meio a todo o movimento ambientalista, a problemática entra na pauta dos diversos países e, frente à ameaça que o esgotamento dos recursos naturais representa para a reprodução do capital, o poder hegemônico toma para si a autoridade sobre o tema e surge então a proposta do desenvolvimento sustentável.

Para Lima (2003, p.100), o fato da sustentabilidade ser um tema que possui diferentes leituras construídas por forças sociais distintas, que disputam entre si o reconhecimento da sua interpretação como sendo a verdadeira, torna a sua abordagem complexa o suficiente para ser tratada como discurso, no sentido empregado por Michel Foucault (2001), enquanto “práticas geradoras de significados que se apóiam [*sic*] em regras históricas para estabelecer o que pode ser dito, num certo campo discursivo e num dado contexto histórico.”

De qualquer modo, foi o relatório da Comissão Brundtland (CMMAD/ONU, 1987) que “estabeleceu os parâmetros e projetou o debate social sobre o desenvolvimento sustentável, projetando mundialmente o conteúdo da nova estratégia oficial de

desenvolvimento”, com uma ênfase econômica e tecnológica e uma tônica conciliadora. Esse discurso da sustentabilidade apresentado ao debate público é uma hábil operação político-normativa e diplomática, empenhada em responder algumas das contradições expostas pelos modelos anteriores de desenvolvimento, como a questão de garantir fontes de recursos e dar uma resposta aos questionamentos sobre os limites do crescimento intensamente discutidos na década de 1970 (LIMA, 2003, p. 102).

De maneira geral, essa proposta pretende resolver a crise se utilizando dos mesmos mecanismos e com base no fortalecimento da mesma lógica que a gestou. Sem propor uma mudança dos modos de organização social e do modo de produção capitalista de mercadorias, mantendo obscura a produção do espaço, protegendo o modo capitalista de produção e as relações contraditórias que ele sustenta. Entretanto,

A problemática ambiental traz à tona, e é preciso desvendar a partir desta ponta de iceberg, que o ideário do desenvolvimento, mesmo o desenvolvimento sustentável, compreendido como a produção contínua de novas mercadorias, o progresso tido como o avanço científico tecnológico, é fundamentalmente problemático (RODRIGUES, 1998, p. 61).

Na contramão dessa abordagem contestatória e atendendo a interesses hegemônicos, a problemática ambiental ganha visibilidade e o de-

envolvimento sustentável é tomado como o novo estandarte do desenvolvimento, de modo que para fazer parte do rol dos desenvolvidos, os países precisam se integrar no novo modelo, igualmente globalizado, hegemônico e respaldado pela ciência, porém politicamente representado, fortemente legitimado pela ameaça do colapso ambiental e cada vez mais pautado em relações de poder por meio da tecnologia e associado ao capital financeiro.

Para Novicki (2009), em uma perspectiva crítica, cabe questionar a viabilidade da sustentabilidade, assim como da democracia, sob o modo de produção capitalista a partir de pressupostos claros. Primeiro, há uma relação de subordinação do modelo de desenvolvimento, seja ele sustentável ou não, à sociedade civil, buscando conquistar legitimidade sobre a sua organização e função, ou seja, sobre o que produzir, para quem e como. Segundo, a função do Estado é organizar e proteger o processo de acumulação capitalista, e ele o faz reproduzindo a assimetria de poder presente na sociedade através da estrutura institucional e materializando-a em políticas públicas. E, terceiro, a exclusão social ou, como preferimos, a inclusão perversa²⁴ e a degradação ambiental são as formas

24 Entendemos que dentro do capitalismo não há exclusão, pois todos fazem parte do processo, como o modelo é demasiadamente concentrador tanto de riqueza quanto de pobreza e tem nessa relação complementar a sua dinâmica vital. Temos por certo que, mesmo aqueles que sobrevivem em situações precárias e que aparentemente estão à margem do sistema, estão incluídos, apenas essa inclusão ocorre de modo perverso (Claudia Grangeiro, *in memoriam*).

aparentes da essência do modo de produção capitalista e, portanto, decorrem dele.

Para responder a essa primeira questão, introduzimos a discursão que Furtado e Strautman (2014) desenvolvem com base na argumentação de Boltanski e Chiapello (2009) - em *O Novo Espírito do Capitalismo* - de que a crítica funciona como o grande motor que dinamiza o espírito do capitalismo, fornecendo-lhe sua justificação moral, uma vez que “[...] o capitalismo se utiliza da crítica, algo que lhe é alheia e até hostil, para justificar-se, mesmo quando o objetivo da crítica não seja estabelecer um espírito capaz de possibilitar a acumulação do capitalismo e sim de reformar ou superar o sistema.” (FURTADO; STRAUTMAN, 2014, p. 224).

A apropriação da crítica pelo capitalismo em seu favor ocorreria através de três formas: a) a crítica serve para deslegitimar o último espírito do capitalismo e, reduzindo sua eficácia, abrir legitimação para o espírito ascendente; b) em busca de se legitimar, o capitalismo incorpora parte dos valores em nome dos quais foi criticado e, mantendo a mesma lógica e estrutura, ele modifica apenas a roupagem com a qual se apresenta de acordo com as críticas contra ele disparadas; c) ele pode também responder a crítica alterando o modo imediato de obtenção de benefícios num processo sempre novo, desatualizando a crítica, que pode não dar conta de explicá-lo.

Para ilustrar a questão, tomemos como exemplo a tática de Instituições de Financiamento Multilateral como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento: eles deixaram de investir diretamente em projetos polêmicos, que eram alvo de críticas, pelo menos desde o início da década de 1980, e passaram a oferecer assistência técnica para os próprios governos os implementassem. Desse modo, eles criaram outra forma de garantir a obtenção dos benefícios, ao mesmo tempo, em que se esquivaram da crítica.

Antes disso, as instituições criaram, lideradas pelo Banco Mundial, uma política de salvaguardas ambientais que, teoricamente, orientaria os investimentos feitos pelas instituições, buscando a um só tempo legitimar sua atuação agregando valor social e ambiental aos seus investimentos e desarmar a crítica incorporando parte de seus valores. E por último, mas não menos importante e em ações unificadas com outros gigantes do capitalismo (ONU, governos, corporações etc.), a aceitação dos problemas da clássica “economia marrom” para legitimar a adesão à iluminada “economia verde” como um processo ascendente de aperfeiçoamento do capitalismo.

Mas Furtado e Strautman ressaltam que

o objetivo de Boltanski e Chiapello [2009] não é reduzir o papel da crítica a conceder força para o inimigo e sim mostrar sua importância, a necessidade de ela sempre recomeçar. [...] A crítica,

porém, é capaz de desnaturalizar os fenômenos sociais, ao mostrar que a mudança é possível (FURTADO; STRAUTMAN, 2014, p. 226).

Entretanto, mesmo dentro da crítica, um novo desafio se apresenta, pois ela não é um corpo unificado e pode ser claramente dividida quanto ao seu posicionamento entre crítica contestatória e crítica reformista. Essa divisão será de extrema importância para compreendermos a efetividade que tem os instrumentos de participação e inclusão ditos democráticas para a legitimação e a manutenção do capitalismo contemporâneo, tornando-se eficazes instrumentos de dominação dentro do projeto de governança ambiental proposto pelo desenvolvimento sustentável: a neutralização da crítica, a decisão pelo consenso, o desarmamento ou a cooptação da oposição, sobretudo, de movimentos sociais e de populações atingidas, quer pelo impacto de grandes obras, quer pela financeirização da natureza, as decisões ditas participativas que pretendem tornar a sociedade cúmplice e álibi do Estado etc.

Isso nos leva ao segundo ponto elencado por Novicki (2009), o Estado como organizador e protetor do processo de acumulação capitalista. Harvey (2005) entende o Estado de acordo com a concepção marxista²⁵ de que ele existe, não como um estágio de desenvol-

25 Harvey (2005) afirma que embora Marx tivesse a intenção, nunca escreveu uma teoria sobre o Estado. Porém, como suas concepções sobre o Estado estariam presentes em todos os seus textos, foram elaboradas muitas reconstruções do que seria uma teoria marxista do Estado com base neles.

vimento da sociedade, mas como o reconhecimento de que ela está mergulhada em uma autocontradição insolúvel e rachada em um antagonismo irreconciliável. Assim, para não destruir as classes com interesses econômicos divergentes e a própria sociedade, foi necessário criar um poder que, “nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e, progressivamente, alienando-se dela” pudesse moderar o conflito (ENGELS, 1941, p. 155 *apud* HARVEY, 2005, pp. 79-80).

No controle do Estado, a classe economicamente dirigente se transforma também na classe que dirige a sociedade politicamente: suas ações exercem o seu poder para o seu próprio bem com o discurso de que são para o bem comum. Para garantir essa condição, é necessário dotar a imagem do Estado de autonomia e independência, e conectá-lo à ideologia, capaz de universalizar os interesses da classe dominante como sendo o interesse comum, de modo que as ideias de dada sociedade são as ideias da sua classe dirigente que também domina como classe pensadora. Desse modo, para que as ideias dominantes ganhem a aceitação geral da sociedade, é necessário que elas sejam

Apresentadas como idealizações abstratas, como verdades eternamente universais. Assim essas ideias devem ser apresentadas como se tivessem uma existência autônoma. As noções de “justiça”, “direito” e “liberdade” são apresentadas como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico (HARVEY, 2005, p. 81, grifo nosso).

Tais conceitos são criação da classe dominante para justificar a superioridade do Estado sobre todas as classes. Mais que ferramentas ideológicas pairando no campo das ideias, esses conceitos ganham forma quando o Estado aplica “um sistema legal que abrange conceitos de propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade e direito, correspondentes às relações sociais de troca sob o capitalismo” e sobre as quais se assentam as relações de produção e acumulação que, “uma vez criadas, devem, necessariamente, ser fomentadas, amparadas e aplicadas pelo uso do poder do Estado”:

Em geral, o Estado e, em particular, o sistema legal possuem um papel crucial a desempenhar na sustentação e na garantia da estabilidade desses relacionamentos básicos. A garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo) estão todos dentro do campo de ação do Estado (HARVEY, 2005, p. 84).

Assim, Harvey (2005) afirma que o Estado é e sempre foi um agente central para o funcionamento da sociedade capitalista, cujas formas e modos de funcionamento mudaram ao passo em que o capitalismo amadurecia. Assim, ele tem por certo que nas sociedades capitalistas, o “Estado desempenha, necessariamente, certas tarefas básicas mínimas no apoio ao modo capitalista de produção”.

Como Novicki (2009), entendemos que é necessário atentar para os limites do discurso governamental que apresenta o Estado como o agente defensor do interesse geral da sociedade e para as políticas setoriais que afirmam trabalhar para resolver a degradação ambiental e a exclusão social (inclusão perversa), uma vez que, ao contrário, estando a origem desses dois problemas na essência do capitalismo e sendo eles fundamentais para a sua reprodução, eles são, na verdade, protegidos pelo aparelho do Estado, unidade básica do projeto de cooperação internacional para a implementação mundial do desenvolvimento sustentável.

E por fim, conforme entendido por Marx (1988), o modo capitalista de produção em sua essência é o responsável pela exclusão social (inclusão perversa) e degradação ambiental. Esse pressuposto como visão de mundo, permite articular fenômenos aparentemente desconectados, para finalmente estabelecer uma relação entre esses fenômenos, que seriam a aparência, e a essência do modo de produção capitalista (NOVICKI, 2009).

Considerações finais

O exercício teórico apontou que o programa do desenvolvimento sustentável é a nova industrialização que os países subdesenvolvidos precisam efetivar para chegarem ao sonhado desenvolvimento. Resta-

va-nos, assim, buscar compreender as novas formas através das quais os velhos interesses são implementados para a manutenção do sistema. A aproximação entre o local e o global, o teórico e as feições do objeto em si apontavam, de forma muito contundente, entre outras, para a política ambiental internacional, mais uma vez levada a cabo pelos Estados-Nação, que reestruturam as próprias políticas e ações, de modo a assimilar os seus direcionamentos.

Nesse contexto, foi necessário avaliar com prudência e desconfiança as políticas públicas, sobretudo, aquelas ligadas ao meio ambiente. No caso do Brasil, a política ambiental é historicamente marcada pelos direcionamentos externos dos grandes eventos internacionais. Atualmente, o Ministério do Meio Ambiente - MMA, que comanda todas as questões relacionadas à meio ambiente no país não se acanha em levantar nitidamente a bandeira do desenvolvimento sustentável, afirmando que “o desafio é a construção de uma política de integração entre o setor produtivo e o meio ambiente, promovendo a adequação do país às novas exigências de competitividade no comércio nacional e internacional.” (MMA, 2015).

Assim, as ações empreendidas em torno da implementação de aterros sanitários - um dos pontos alvos do desenvolvimento sustentável - para a gestão dos resíduos sólidos no Brasil não se mostraram livres desse direcionamento internacional. Pelo

contrário, elas se apresentavam exatamente como o resultado da ação do Estado brasileiro na execução local do desenvolvimento sustentável, de modo que, em grande parte, as hipóteses mostraram-se válidas.

Referências bibliográficas

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. In: GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B. (Org.). **A questão Ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.17-42.

FURTADO, Fabiana; STRAUTMAN, Gabriel. Ambientalização das instituições financeiras: da crítica reformista à crítica contestatória. In: ZHOURL, Andréa; VELENCIO, Norma (org.). **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

GRANGEIRO, Claudia Maria Magalhães. **Meio ambiente litorâneo e urbanização**: o ambiente produzido na costa leste da cidade de Fortaleza - Ceará. 2012. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

HARVEY, David. A teoria marxista do Estado. In: **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, p. 75-94.

Harvey, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992

HOEFLE, Scott William. O futuro da cultura: espectro do neodarwinismo. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zenir (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

KAPLAN, Leonardo. **Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a política de educação**

ambiental no Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. In: **Propostas**, 1997.

LIMA, Gustavo da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**. v. 6, n. 2, jul./dez. 2003. p.99-119.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

NOVICKI, Victor. Educação para o desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis? **Linhas Críticas**, Brasília, v. 14, n. 27 p. 215-232, jul./dez. 2009.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e consumo do e no espaço:** problemática urbana ambiental. 1.ed. São Paulo, Hucitec, 1998. 240p. Versão Digital disponível em <<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/deed.pt>>. 2005.

SCARLATO, Francisco Capuano; PONTIN, Joel Arnaldo. **Do nicho ao lixo:** ambiente, sociedade e educação. São Paulo: Atual, 1992 – Série Meio Ambiente.

TORRES, Clerijane Nascimento. A problemática ambiental na trama da relação sociedade/natureza. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória. **Anais...** Vitória: AGB, 2014. Disponível em: < http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404429142_ARQUIVO_Artigo_CBG-2014-APROBLEMATICAAMBIENTALNATRAMADARELA-CAOSOCIEDADE-NATUREZA2.pdf>. Acesso em: 23 set. 2015.

TORRES, Clerijane Nascimento. **A problemática ambiental no modo de produção capitalista com enfoque nos resíduos sólidos:** a gestão realizada no município de Cascavel-CE como verificação das considerações teóricas. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

CONTRIBUIÇÕES DE UMA GEÓGRAFA SOBRE O AMBIENTE HUMANO: NATUREZA E SOCIEDADE SOB UMA PERSPECTIVA DIALÉTICA

João Paulo Lopes Rodrigues

Recebi a grata tarefa de tentar demonstrar quão grandiosos foram os ensinamentos da professora Claudia Maria Magalhães Grangeiro ou “Professora Claudia” ou simplesmente “Professora”, por meio das contribuições que foram a mim conferidas na minha vida acadêmica e, por conseguinte, na pesquisa científica desenvolvida inicialmente em conjunto, como tutora, orientadora de trabalho de conclusão de curso e orientadora de mestrado. Podemos dizer que a professora Claudia tinha uma forma peculiar de “pensar e ser em geografia”, parafraseando Ruy Moreira (2013).

Precisamos contextualizar um pouco a evolução da Geografia enquanto ciência para podermos entender essa forma característica de apreender a realidade geográfica desenvolvida pela professora Claudia.

Nesse sentido, surge uma indagação: para onde vai o pensamento geográfico? Um questionamento que Ruy Moreira (2011) levantou e que nos faz pensar e repensar a todo momento os caminhos que a Geografia seguiu e que ainda pode seguir, uma forma de incitar a reflexão sobre o desenvolvimento da ciência geográfica e seus desdobramentos enquanto fazer científico.

Pensar o desenvolvimento da ciência geográfica é tentar reconstruir o fazer científico da Geografia em diferentes momentos históricos. Sendo assim, compreender o contexto social, econômico, científico etc. que cada pensador geográfico estava inserido, de certa forma, pode revelar a característica predominante de fazer ciência e suas abordagens teórico-metodológicas nesses diferentes períodos.

Desse modo, o questionamento sobre de onde vem e/ou para onde vai o pensamento geográfico, orienta também a definição do objeto de estudo da Geografia, o Espaço Geográfico, que pode ser apreendido de forma concreta por meio de suas categorias de análises (Território, Paisagem, Lugar, Região, Ambiente etc.) (MOREIRA, 2013).

É importante salientar que o espaço geográfico também foi concebido de maneiras diferentes em determinados momentos históricos. Podemos citar dois períodos distintos para exemplificar essa situação: o primeiro refere-se ao período em que a Geografia estava sobre forte influência do método

positivista e neopositivista em suas análises. Nesse período, o espaço geográfico era entendido como espaço receptáculo, neutro, substrato, palco, planície isotrópica onde a ênfase era dada para a descrição e para a distância entre os elementos.

O segundo período, no entanto, possuía como base o materialismo histórico e dialético como fundamento de suas reflexões, tinha e ainda tem a concepção de que o espaço geográfico não possui o caráter de neutralidade, ele é o lócus da reprodução social e das relações sociais de produção, em outros termos, ele é produto, meio e condição da reprodução da sociedade, que carrega consigo nas entrelinhas as intencionalidades das classes sociais e suas contradições (LEFEBVRE, 2008; MOREIRA, 2013).

Cabe ressaltar, de forma geral, que a Geografia ao longo da história foi sendo definida como ciência que transitava entre as ciências sociais e as ciências naturais, aquela que estudava tanto o ser humano, quanto a natureza. Em outros termos, ela analisava a relação homem/natureza ou sociedade/natureza (SUERTEGARAY, 2017b).

Portanto, percebemos que há certa complexidade na formação da ciência geográfica e em seu desenvolvimento teórico-metodológico (CORRÊA, 2000). A complexidade torna-se mais evidente quando as discussões são voltadas para o seu objeto de estudo, sobretudo de como apreendê-lo em sua totalidade.

É nesse contexto que se destaca o traço marcante na maneira de fazer Geografia da professora Claudia, a forma de integrar brilhantemente as facetas geográficas, de relacionar dialeticamente sociedade e natureza, como veremos adiante.

Pressupostos da construção teórico-conceitual

Inicialmente, alguns pontos na forma de pensar da professora Claudia que contribuíram para o desenvolvimento de nossas pesquisas devem ser levantados. Poderíamos citar inúmeros, mas vamos destacar três: o primeiro remete à busca pelo diálogo intradisciplinar, entendendo que a ciência geográfica contempla em suas análises a relação sociedade/natureza, assim, se faz necessário compreender os fenômenos sociais e naturais dentro de uma conjuntura territorial e sob uma perspectiva Lefebvriana.

O segundo ponto parte do pressuposto da ideia de coevolução entre a sociedade e o meio ambiente, uma relação dialética de interdependência tão imbricada que essas duas dimensões passam a ser consideradas uma única: uma unidade de diversidade que,

Em outras palavras, o meio ambiente - o mundo biofísico pressupõe uma espécie, que ao estabelecer com ele um relacionamento, cria o seu próprio ambiente; o ambiente pressupõe a unidade de diversidades interconectadas,

amalgamadas, e no caso do homem/sociedade este também cria/produz o seu ambiente, o ambiente humano que é ao mesmo tempo meio, condição e produto da existência de ambos. A interconectividade faz com que entendamos a denominada questão ambiental, como necessariamente uma questão social e que cabe ao geógrafo entendê-la ou iluminá-la a partir de seu objeto de estudo – o espaço geográfico. (GRANGEIRO, 2012, p. 18).

E o terceiro ponto a destacar é o conceito de ambiente adotado por ela. Trata-se de um termo balizador em sua discussão, pois ele reflete tanto a intradisciplinaridade quanto a ideia dialética da coevolução.

O conceito de ambiente trabalhado pela professora Claudia ultrapassa as discussões parcelares na Geografia, tendo em vista que se trata de uma crítica à utilização do ambiente como sinônimo de natural e/ou de meio ambiente, ou seja, uma forma de desenvolver uma análise geográfica integrada. E para deixar evidente sua forma de pensar, ela apresenta o seguinte raciocínio:

[...] à própria composição do termo ambiente, em si, este em muito já exprime a sua significância. A palavra é composta pelo prefixo (AMBI) que significa: 'duplo, em volta, de ambos os lados; em torno de; em meio a, entre; a respeito de; em consequência de; através de; perto de; cerca de; e de (ENTE) que significa: o que existe, o que é; ser, coisa, objeto, substância. (HOUAISS). Por derivação discutiremos o

“ambiente”, tendo como pressuposição esta dupla dimensão em movimento: a dimensão da sociedade amalgamada com a natureza; como uma unidade de elementos diferentes ou heterogêneos que formam um todo – uma unidade de diversidades (GRANGEIRO, 2012, p. 81).

Vale ressaltar que alguns autores e autoras na Geografia também já vinham alertando para a utilização e entendimento parcial do conceito de ambiente e que, de certa forma, podemos dizer que eles contribuíram para o pensamento da professora, já que estavam quase sempre presentes em suas falas. Citamos como exemplos, Porto-Gonçalves (2006), que defendia a adoção do uso do conceito de ambiente em suas múltiplas facetas, e a professora Dirce Maria Antunes Suertegaray (2005), que em suas análises leva em consideração que o ambiente é composto tanto por aspectos naturais, quanto sociais, além de ressaltar que o ser humano faz parte do ambiente não como ser natural, mas como produto e produtor de inúmeras tensões ambientais.

Esses três pontos foram fundamentais para o progresso de nossas pesquisas acadêmicas, pois são elementos que norteiam o desenvolvimento de uma análise geográfica dialética e integrada sobre a questão ambiental, o que será abordado a seguir.

Influências na pesquisa

Destacamos nesse tópico, que a principal influência na forma de pensar a nossa pesquisa consiste em compreender a questão ambiental sob o viés da Geografia e na perspectiva de integrar e dialogar as escalas geográficas, o que significa dizer que a análise leva em consideração o entendimento da relação entre sociedade e natureza, isto é, de um lado a compreensão da construção social e do outro lado o entendimento das estruturas e dinâmicas da natureza.

Apesar de serem duas dimensões, partimos do pressuposto de que a investigação não deva ser parcelada, pelo contrário, ela necessita partir do entendimento que essa relação exprime a coabitação de dimensões diferentes em uma única unidade, como dito anteriormente, uma unidade de diversidade que pode ser expressa no espaço geográfico (MOREIRA, 2012).

Essa é a ideia geral, e de forma particular poderíamos dizer que as influências deixadas pela professora Claudia de como fazer e compreender a totalidade do movimento real do objeto de pesquisa, ou seja, de como apreender ou de se aproximar de forma concreta desse movimento sob um uma perspectiva geográfica, remete, sobretudo, a como desenvolver as conexões entre as categorias de análises da geografia.

Na prática, isso nos ajuda a refletir da seguinte maneira: a construção social pode ser apreendida sob uma perspectiva da configuração territorial, que nos permite ao mesmo tempo reconstruir os processos socioespaciais por meio das periodizações, além de possibilitar a identificação dos elementos ou dos sujeitos sociais no tempo e no espaço.

A categoria de análise Paisagem permite entender o funcionamento e a organização das forças motrizes que regem a natureza, quer dizer, das dinâmicas e estruturas naturais, delimitando, por exemplo, as unidades de paisagens ou os sistemas ambientais. No tocante à categoria de análise Ambiente, essa expressão a relação da sociedade com a natureza enfatizando a noção de coabitação, da coevolução, trata-se de uma perspectiva geográfica de análise do ambiente.

Considerações finais

As interpretações sobre o entendimento do movimento real do objeto de pesquisa, ou melhor, a aproximação desse movimento desenvolvida e praticada pela professora Claudia, reforça ainda mais a concepção de que é possível entender as características gerais sem perder as particularidades do objeto de estudo. Isso se torna possível a partir dos recortes teórico-práticos que possibilitam uma coerência lógica científica.

Vale ressaltar que mesmo sendo contemporânea de uma época marcada pela crise da ciência, de modo geral, uma crise que consiste na fragmentação do conhecimento científico (MOREIRA, 2011) ou como nos disse Leff (2007), uma crise ambiental, seu pensamento distingue-se no sentido de procurar compreender as conexões entre as facetas geográficas na questão ambiental. Para a professora Claudia era necessário entender que é preciso superar o estudo do problema em si do meio ambiente, dessa forma, seria possível saltar qualitativamente para a análise crítica da produção do ambiente humano. Nesse sentido, com a

[...] busca de abordagem teórico-metodológica que nos encaminhassem para a compreensão crítica da produção do ambiente humano [...] estaríamos, efetivamente, elevando nosso nível de conhecimento desta questão da marcha civilizatória.” (GRANGEIRO, 2012, p.18).

Apesar das colocações supracitadas serem pequenas se comparadas às riquíssimas contribuições deixadas por ela em nossas vidas e em nossas pesquisas, compreendemos que, embora a proposta do eixo fosse de apresentar as contribuições da professora em nossas pesquisas, nós não poderíamos deixar de ressaltar a genialidade de uma geóloga de formação (graduação), mestre e doutora em Geografia, e que tinha uma forma característica própria de Ser e Pensar a Geografia de maneira holística.

Referências bibliográficas

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000. p. 15-47.

GRANGEIRO, Claudia. Maria. Magalhães. **Meio ambiente litorâneo e urbanização**: o ambiente produzido na costa leste da cidade de Fortaleza, Ceará. 2012. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: A reapropriação Social da natureza**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico**: por uma epistemologia crítica. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Geografia e práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográfica. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2006.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre a epistemologia da geografia. **Cadernos Geográficos**. Florianópolis. Nº12. p. 63. Maio 2005.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **(Re)ligar a Geografia**: natureza e sociedade. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2017b.

COMPREENSÃO DAS DINÂMICAS NA PAISAGEM E OS ATORES ENVOLVIDOS NA TRANSFORMAÇÃO DO AMBIENTE DO BAIRRO EDSON QUEIROZ EM FORTALEZA-CEARÁ

Diego Silva Salvador

Este ensaio tem como inspiração as vivências junto à professora Claudia Maria Magalhães Grangeiro, na orientação acadêmica e em suas aulas na disciplina de Geografia Ambiental, entre os anos de 2010 e 2016, no Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Portanto, dedicado a memória da importante mulher e profissional de inestimado valor.

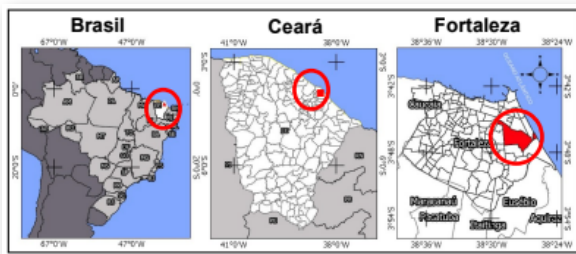
O texto apresentado propõe discutir elementos presentes na dissertação de mestrado com o título *Natureza ao urbano: transformações na paisagem e a produção do espaço-ambiente no bairro Edson Queiroz em Fortaleza-Ceará*, orientada pela professora Claudia Maria Magalhães Gran-

geiro, no período de 2014-2016, no Programa de Pós-graduação em Geografia (PROP GEO/UECE).

O ponto de partida da construção teórica está na reflexão dos conceitos e categorias que a Geografia se propõem observar. Neste ensaio, serão tratados como elementos centrais a paisagem e ambiente.

Com foco em articular teoria e realidade este ensaio visa demonstrar a construção do objeto de pesquisa, o bairro Edson Queiroz, com 14,46 km, em Fortaleza-Ceará (Figura 01), que mesmo na conjuntura urbana da capital cearense e da metrópole nacional, possui específicas demandas que entrelaçaram o desenvolvimento urbano e as condições ofertadas pelas dinâmicas das paisagens naturais.

Figura 01 – Localização do bairro Edson Queiroz



Fonte: BC250/IBGE (2021).

Por se tratar de um ambiente estruturado pela vertente urbana industrial, objetivou-se construir o entendimento entre duas questões:

conceituar as interações nas paisagens naturais pretéritas à inserção urbana e como os atores envolvidos em específicas demandas transformaram os usos dos ambientes no século XX e início do século XXI.

A proposta teórico-metodológica é motivada por Grangeiro (2012), e busca possibilidades para os estudos geográficos, na discussão entre as dinâmicas da natureza e as intervenções sociais, com os resultados destas interações nas paisagens atuais.

Cada ação inserida interagiu de determinada forma e modificou as dinâmicas e estruturas construídas no tempo geocológico, o que mostra a necessidade de serem problematizadas como prevalece o ambiente, no entrelaçar de diferentes formas de organização das paisagens.

Inspirações teórico-metodológicas

Ao observar a evolução do urbano que transformou as paisagens no tempo, é necessário compreender as relações sociais que evoluíram nos limites do bairro Edson Queiroz e que materializam o ambiente contemporâneo. O empenho está no olhar sobre vários contextos, para estar dentro das limitações, mais próximo da realidade, como Grangeiro (2012) acentua:

O estudo parte de um empírico, porém, não admitido como uma verdade que se revela à percepção per se, mas que, para além disto, se insere em contextos geoecológicos e sócio-históricos em verticalizações diferenciadas de escala espaço-tempo. (GRANGEIRO, 2012, p. 87).

Os avanços da ciência geográfica fazem com que essa pesquisa não possa ser limitada em ver o ambiente como substrato físico passivamente transformado pela sociedade, ou esse mesmo substrato como fonte de recursos mensuráveis, para serem utilizados ou geridos com o objetivo de exploração econômica.

Busca-se observar o ambiente numa correlação de forças, contextualizados os problemas urbano-ambientais a partir da consolidação da cidade, construída na negação das dinâmicas e estruturas naturais e mantidas sob cargas de interações contraditórias.

Como fundamento conceitual é destacado que os padrões constituidores das paisagens atuais, sobretudo, no urbano, são orientados para o entendimento nesse ensaio, a partir de uma relação dialética-sistêmica, pois os fluxos de energia e matéria estão sob demandas que geram novas informações na composição dos sistemas naturais.

Um norteador do entendimento é a noção difundida pela Teoria Geral dos Sistemas, fundada em lógicas físico-matemáticas, que conferiu condições à observação do mundo a partir da organização dos componentes em sistema.

Para Tricart (1977, p. 20), sistema é o “conjunto de fenômenos que se processam mediante fluxos de matéria e energia, possui dinâmicas próprias que originam relações de dependência mútua entre os fenômenos”.

Por isso, devem ser apontadas as modificações, problematizados os processos geradores de impactos ecológicos-sociais, assim evidenciadas a materialização dos fenômenos no espaço geográfico por meio de mapas.

Grangeiro (2012) ajuda a entender o ambiente não como algo externo ao homem, mas como relação dialética sociedade/natureza, um processo interativo entre elementos físicos, ecológicos, sociais, econômicos, históricos e culturais. Demonstra o movimento e a permanente transformação, retroalimentadas pelas variáveis e constantes.

O conceito de ambiente é referido às condições que constroem a realidade, mostra a transfiguração da natureza (dinâmicas e estruturas naturais) pela prática social, pelas ideologias e pelas culturas envolvidas (SUETERGARAY, 2002).

Para conhecer o resultado e a materialização das interações no ambiente, chegou-se ao entendimento no qual a paisagem é o produto da constante dinâmica, com suas formas na demonstração de um determinado momento temporal, intimamente relacionadas no contemporâneo aos processos naturais e sociais.

Por isso, o mosaico de diferentes paisagens podem ser entendidas como formações complexas, heterogêneas, modeladas por técnicas socialmente desenvolvidas pelos povos originais, assim como, por novos nexos introduzidos pelas questões atreladas ao desenvolvimento econômico (RODRIGUEZ; SILVA; CAVALCANTI, 2017).

Porém, para ser caracterizada a manifestação natural da paisagem, Souza (2009, p. 26) discorre que “representam unidades de organização do ambiente natural, são identificados e hierarquizados conforme a inter-relação dos seus componentes, dimensões, características de origem e evolução”. São resultados da interação e diversidade dos componentes geológicos e geomorfológicos, climáticos, hidrológicos, pedológicos e fitoecológicos.

A partir da interpretação de aerofoto do ano de 1958 cedida pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM (MAPA 01), são identificadas as manifestações na paisagem pretérita, a conformação de bairro evoluída nas décadas posteriores a 1950.

A dinâmica entre os elementos materializa a paisagem natural litorânea, identificados no bairro Edson Queiroz: tabuleiro pré-litorâneo, planície litorânea e vales, com seus subsistemas e feições.

Com a evolução do processo de incorporação à dinâmica de expansão urbana, os ambientes naturais do bairro Edson Queiroz foram transformados por imposições de grupos sociais e instituições específicas, que possuem capacidade de transformar o ambiente em escala de mercado, tornando-se as dinâmicas socioeconômicas como preponderantes na composição da paisagem.

Fontes das transformações da paisagem

Não apartado da realidade de Fortaleza-Ceará foi eleito o bairro Edson Queiroz, no qual a evolução do ambiente da atualidade são resultados de íntimas articulações entre Estado e os proprietários da terra (SALVADOR, 2016).

Assim, como forma de tornar evidente a estruturação econômica e a incorporação ao desenvolvimento urbano, serão vistos atores responsáveis pelas modificações da paisagem do bairro.

Na história de Fortaleza, o bairro Edson Queiroz tem seu processo de ocupação diferenciado de outros bairros. Só após o incremento das vias de acesso e infraestruturas de ocupação guia-

das pelo Estado e por especuladores imobiliários, que a expansão da cidade é fortificada, o que tornou acessível e valorizou novas áreas, como o leste da cidade, onde o bairro encontra-se.

Antes da inserção do bairro à dinâmica urbana, há documentado que Washington Soares e Silva (Ibiapina/CE), no ano de 1925, adquire por 50 contos de réis, do então proprietário da Fazenda São Paulo, Amâncio Philomeno Gomes (Santana do Acaraú/CE), Filho do Cel. Francisco Philomeno Ferreira Gomes e D. Maria Laura de Messias Ferreira Gomes, a propriedade de 1000 hectares, o latifúndio compreendendo: Água Fria, Lagoa Seca, Sapiranga, Precabura, Coité, parte do Cocó, Dendê, Cacheada e Lagoa do Muçum, terras desde o rio Cocó ao norte, à Seis Bocas ao sul (SOARES, 2005).

As primeiras ações de ocupação na área do atual bairro são proferidas por Washington Soares após as secas do ano de 1932, em que inicia a acolhida de retirantes, que chegou ao número de 120 famílias. Acampados em sua propriedade impulsionam o povoamento e são aproveitados como mão de obra na fazenda. Nesse momento, pela exuberância da rede hídrica natural, a fazenda passa a ter o nome de sítio Água Fria (SOARES, 2005).

Washington Soares, além do comércio e indústria de algodão, já explorava salinas no Rio Grande do Norte, aproveitou do ambiente dos mangues do rio Cocó e utilizou as áreas para a

produção de sal, também, aproveitou as planícies dos rios e lagoas para extração de argila e barro para produção de telhas e tijolos. Na agricultura, suas terras produziam milho, mandioca, feijão, jerimum e batata (SOARES, 2005).

Entre as décadas de 1920/1940 é iniciada a modificação do ambiente, posta a paisagem natural em transição para o futuro urbano. As dinâmicas naturais locais entram em reconfiguração com específicas demandas de estímulo à ocupação.

As áreas de mangue, então, são devastadas para as salinas, a vegetação de tabuleiro abre espaço para as plantações e as planícies dos rios e lagoas perdem suas matas ciliares para a exploração de argila.

Além disso, Washington Soares foi responsável em conectar a área à dinâmica de Fortaleza, pois na década de 1940 construiu a primeira ponte de madeira comunicando Messejana ao Mucuripe, estabelecendo o caminho antes da atual ponte do rio Cocó que foi construída após o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF) de 1972 (SOARES, 2005).

Após a morte de Washington Soares em 1947, as terras são divididas entre seus sete filhos. Dessa forma, tornou-se um “campo aberto” para novos empreendimentos imobiliários, a área despertou olhares e foi iniciada a divisão dos 1000 hectares, como esclarece:

Fazenda São Paulo foi dividida entre seus sete filhos, que posteriormente transferiram ao capital imobiliário essa herança. A Imobiliária José adquiriu várias glebas, algumas mais tarde loteadas. Outra imobiliária que comprou parte dessas terras foi a INCORPA, do Grupo Patriolino Ribeiro (MOREIRA, 2004; HISTÓRIA, 2010 *apud* SANTOS, 2011, p. 23).

Grandes grupos empresariais de hoje fortificaram suas posses desde aquela época e incorporaram a seus bens, mesmo com carência de infraestruturas, terrenos que viriam a ser loteados nas seguintes décadas.

Na evolução da posse dos terrenos, são importantes grupos empresariais, Grupo Patriolino Ribeiro, Grupo Edson Queiroz e família Gentil. Nas décadas de 1950/1960/1970/1980, aliados ao Estado, estimularam a aproximação da população e a chegada das infraestruturas para a ocupação urbana daquela área.

Os planos diretores se relacionaram com os aportes empresariais na expansão urbana de Fortaleza, na década de 1960, os ideais de modernidade entraram efetivamente nas pautas de construção da cidade, e a formulação dos planos diretores assumiram feição tecnocrática, feita por técnicos de escritório, respondendo a diretrizes regionais, nacionais e internacionais, direcionando os planos para os âmbitos econômico, administrativo e social (LIMA, 2013).

Os planos diretores são, então, orientados para o ordenamento, pautou o planejamento urbano integrado, seguiu orientações para o consumo individual das cidades e os automóveis como vetor do progresso, além de substituir as demandas do local, pelo consumo em escala industrial.

Efetiva-se o planejamento urbano como instrumento técnico-político a serviço do Estado e com foco no desenvolvimento econômico (LIMA, 2013).

Nesse momento, a área do bairro Edson Queiroz está em preparação para os loteamentos futuros, marcada pela aquisição dos grandes terrenos aguardando o desenvolvimento dos aparatos políticos, burocráticos e estruturais para assim, guiar a ocupação deste ambiente.

No Plandirf de 1972 (Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza), destacam-se o encontro das proposições políticas com as privadas, que estruturaram os aportes de investimentos para região leste da cidade.

O PLANDIRF propunha a incorporação de novas áreas à cidade, com abertura de vias e construção de pontes sobre o rio cocó, uma antiga barreira a expansão urbana. A cidade ultrapassaria a linha férrea Mucuripe – Parangaba e o Rio Cocó, incorporando o Sítio Cocó e as terras além do rio, o atual bairro da Água Fria. (COSTA, 2007, p. 160).

Para organizar o que viria ser atualmente o bairro Edson Queiroz, os investidores imobiliá-

rios prepararam a região para específicas demandas e atraíram equipamentos públicos e privados.

Como importante indutor do desenvolvimento urbano da área, destaca-se o empresário Patriolino Ribeiro. Ele foi um comerciante que construiu um império partindo de Massapê/CE, com armazéns para venda de tecidos no atacado e varejo, veio residir em Fortaleza e ampliou seus negócios. Em sua trajetória, além dos comércios “Ouro Branco e Ouro Preto”, ingressou no ramo dos supermercados, com o “Varejão” em vários pontos da cidade, o Grupo Cidade de Comunicação (Jornal, TV e Rádio) e agroindústrias no Vale do Acaraú-CE e no Piauí. Com seus empreendimentos consolidados e já concentrando grande quantidade de terras em Fortaleza, surge a Incorporadora e Construtora Patriolino Ribeiro (Incorpa) (GIRÃO, 2003).

Patriolino Ribeiro acumulou uma vastidão de terrenos, comprados “aparentemente sem valor” com os lucros conseguidos no comércio. Iniciou loteando, na década de 1950, o antigo bairro Estância Castelo, hoje bairro Dionísio Torres, naquele tempo terras “semivirgens”. Homem muito bem relacionado, com boa articulação com o Governo, atraiu infraestruturas, instalou supermercados e expandiu a ocupação do luxuoso bairro Aldeota para as novas terras (GIRÃO, 2003).

Ao buscar a incorporação de mais terras, tratou de desbravar “as matas do Cocó” e abriu caminho para nas décadas seguintes ultrapassar a barreira

do rio Cocó. Viu nos areais, nos ambientes lamacentos e na densa vegetação, “o *filet mignon* para o desenvolvimento da cidade”. Não esperou do setor público a instalação de infraestruturas, traçou acordos e lançou o loteamento “Grande Aldeota”, investindo na abertura de vias por conta própria (GIRÃO, 2003).

A “Avenida Miguel Dias”, com pistas duplas e canteiro divisório seria, como de fato foi, a via principal do novo bairro e o marco de seu alvorecer. As pesadas máquinas rasgaram a mata virgem, os caminhos estavam afinal desbravados. A partir disso, nada impediria a expansão da Capital para o leste, cuja pujança econômica e social é demonstração cabal de que o sonho de Patriolino Ribeiro, de que ali estava o “filé da Aldeota”, se consumara. Estava nascendo o bairro Água Fria, posteriormente nominado de Edson Queiroz (GIRÃO, 2003, p. 92).

Antenado com as discussões ecológicas que estavam no despertar, Patriolino Ribeiro resguardou alguns ambientes naturais e criou o Parque Geisel (1973), que poderiam ser aproveitados como cenário aprazível oferecido aos futuros habitantes (GIRÃO, 2003).

O grupo Edson Queiroz, também proprietário de terras a partir das vendas do sítio Água Fria, hoje é concentrador de grande parcela de terrenos no atual bairro Edson Queiroz, trouxe a área à Universidade de Fortaleza (Unifor) em 1971, sob acordos com Patriolino Ribeiro, Argeu Brasil e outros proprietários de terras (GIRÃO, 2003).

Buscando área para implantação da Universidade, foi convencido a cambiar suas ideias iniciais, e modificou os planos de instalar no bairro Barra do Ceará e a trouxe para onde hoje é encontrada, no bairro desta pesquisa.

Edson promoveu uma reunião com todos eles, discutindo a importância da construção de uma Universidade para o desenvolvimento cultural e tecnológico do Estado. Sempre prático, mandou elaborar uma planta onde seria levantada a sua Universidade. Trinta hectares estavam dentro das propriedades de Patriolino Ribeiro. Passaram a negociar a compra e chegaram afinal a um acordo. Nascia, assim, da conjugação de ideias e forças de dois homens extraordinários, aquele que viria a ser, em pouco tempo, o mais dinâmico dos bairros de Fortaleza (GIRÃO, 2003, p. 98-99).

Nas décadas de 1960/70/80, a cidade de Fortaleza aumenta de forma expressiva sua dimensão, e empresários buscam novas áreas para investimentos imobiliários. Assim, o sítio Água Fria, exuberante, inóspito e escondido após as grandes “matas do Cocó”, é revelado e posto a disposição para ocupação urbana.

No nascimento da área, a Unifor tem expressiva importância, tem a marca das negociações entre empresários e Governo na formação de um novo ambiente, vetor para a urbanização naquele momento.

Como indutor para as transformações na Paisagem o empreendimento é chave para a atração

das infraestruturas, e no ano de 1971, Patriolino Ribeiro transfere por doação a posse de oito hectares para a implantação inicial da Unifor.

Era o sinal de que Patriolino mais precisava para atacar seu projeto de criação do novo bairro. Uma Universidade, conforme percebeu de imediato, seria o equipamento decisivo para atrair à região tudo o mais que um bairro ou mesmo uma cidade precisa. (GIRÃO, 2003, p. 117).

A partir disso, doações de terras são realizadas objetivando a ocupação do bairro, mediadas pelo vetor financeiro, ou seja, a instalação de infraestruturas e equipamentos trouxeram para o ambiente novas dinâmicas, organizadas a partir de relações políticas e de cunho econômico.

Uma ação conjunta entre Governo e empregadores incorporou à cidade o bairro Água Fria, da zona leste, através de doações pelos Grupos Edson Queiroz e Patriolino Ribeiro, de terrenos vizinhos para a construção da Imprensa Oficial e do Centro de Convenções. Estes equipamentos foram instalados nas proximidades do mesmo Grupo Edson Queiroz, que deu início a suas atividades em 1973. A instalação desses serviços fez com que o governo, usando o dinheiro do contribuinte, levasse água, telefone e asfalto até lá, atravessando áreas ainda não habitadas pelos latifundiários urbanos (BRANDÃO, 1986 *apud* COSTA, 2007, p. 160).

O retro auxílio entre investidores imobiliários e o projeto político de desenvolvimentismo de Estado, no momento de grandes migrações para

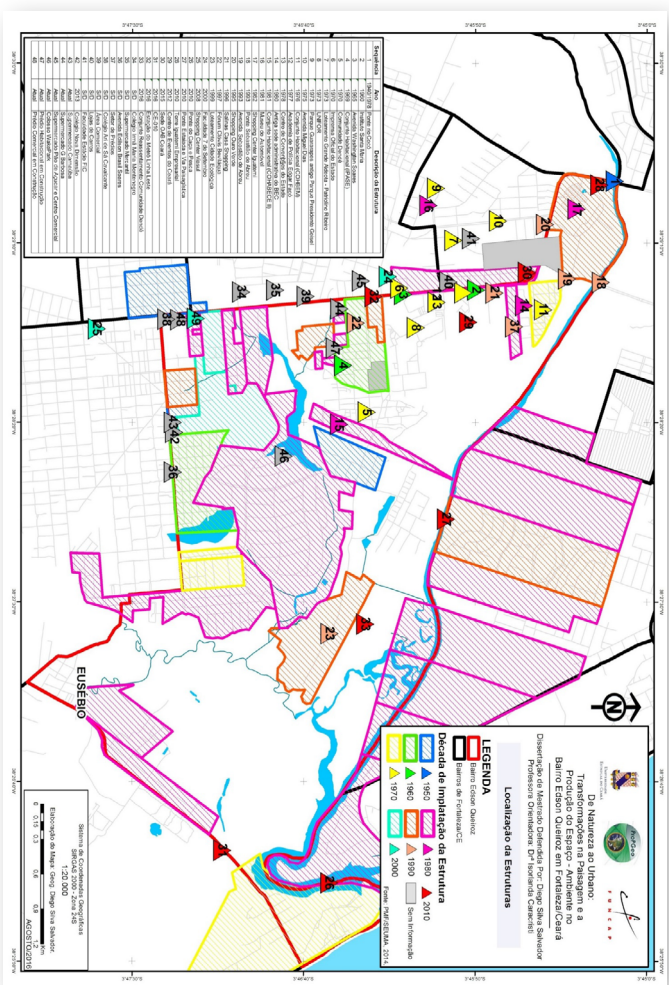
a capital, aproveitou do adensamento populacional, proferiu a tipificação das zonas da cidade por meio de aparatos jurídicos dos planos diretores, e condicionou o tipo de ocupação a demandas que favoreceram a especulação imobiliária.

Sagazes em investimentos imobiliários, os empresários donos de terras na nova fronteira além do rio Cocó, estimularam a ocupação e expansão urbana, e produziram não só um bairro, mas direcionaram a atual dinâmica urbana.

Várias são as marcas do direcionamento de infraestruturas urbanas, conjuntas aos aportes de empreendimentos privados. Como impulso a ocupação a Av. Washington Soares, antiga Avenida Perimetral (construção 1962-1965), que incorporou a Av. Guilherme Wassen e Av. Antônio Jucá. A construção da Av. Perimetral iniciou o processo de aterro dos mangues do Rio Cocó e os fluxos para expansão urbana (FUCK JR., 2002).

Como marcos que definiram a transformação da paisagem em cada década, apontamos as grandes obras e empreendimentos que serviram de ajustes nos ambientes para serem dinamizados e ocupados, cada um com seu objetivo, seja como órgão estatal, centro de comércio, cultura, educação ou lazer (mapa 02).

Mapa 2 – Localização das Estruturas no Espaço e Tempo



Fonte: Salvador (2016).

São as marcas no bairro e no seu entorno, a partir da década de 1970 Instituto Santa Maria (1960/70), Universidade de Fortaleza (Unifor - 1973), Avenida Miguel Dias (1973), Parque Guararapes antigo Parque Presidente Geisel (1973), loteamento “Grande Aldeota” (1973), Centro Administrativo Cambeba (1968/72), Centro de Convenções do Estado (1978), Academia de Polícia Edgar Facó (1977), Imprensa oficial do Estado (década 1970), Museu do Automóvel (1981), Shopping Center Iguatemi (1982), Centro de Treinamento da Secretaria de Educação, Procuradoria-Geral do Estado antiga sede administrativa do Banco do Estado do Ceará – BEC (1980), Shopping Ouro Verde (1995), Salinas Casa Shopping (1996), os colégios como Ari de Sá, Irmã Maria Montenegro, Fórum Clóvis Beviláqua (1997), Centro de Eventos do Ceará (2012), etc.

As seguidas décadas de 1950/60/70 mostram como evoluíram os processos de aquisição, incorporação e valorização dos sítios a dinâmica urbana. Os anos de 1950/60, são de preparação da área para vinda das infraestruturas mínimas para expansão urbana.

Entre 1960/70 iniciam a abertura dos loteamentos, equipamentos públicos e privados são instalados, a ponte sobre o rio Cocó e grandes vias chegam ao bairro.

O estabelecimento de diversos usos para ocupação como, habitação, agências administrativas e empreendimentos privados, estiveram entrelaçados

das com ações do poder público para sua legitimação, com a construção de grandes obras, aberturas de vias, instalação de infraestruturas e de equipamentos urbanos, incorporando novas áreas, onde existiam antigos sítios ou áreas desocupadas (SALVADOR; CARLEIAL, 2010).

O bairro Edson Queiroz surge com a Lei municipal nº5.699, de 1983, desmembrado do antigo bairro Água Fria, pela comemoração dos 10 anos de fundação da Unifor e da Fundação Edson Queiroz (FUCK JR., 2002).

As desigualdades são consolidadas com o expansionismo econômico fortificado nos anos 1980, com incrementos conjuntos entre Estado e empresários. Araújo e Carleial (2003) consolidam a ideia de construção desigual do ambiente:

Nos anos oitenta, há uma consolidação deste expansionismo urbano, neste setor da cidade, envolvendo poderosos interesses comerciais, e, sobretudo, imobiliários. São implantados, contraditoriamente, o Parque do Cocó e o Shopping Center Iguatemi, em um mesmo espaço físico, redefinindo zonas residenciais, em áreas de manguezais, em torno de mananciais hídricos; expulsando antigos moradores, de baixa renda e atraindo uma população de renda bem mais elevada, pela existência de infraestrutura implantada pela administração pública (ARAÚJO; CARLEIAL, 2003, n/p).

O bairro é ocupado aos poucos, cada estrutura construída tem seu específico direcionamento em sua implantação e obedece a diretrizes privadas e do Es-

tado. A cada momento as infraestruturas cumprem um papel na dinamização da ocupação urbana e na modificação das características naturais da Paisagem.

Ao analisar os seguidos aportes de infraestruturas privadas e públicas durante as décadas do século XX, é organizado o entendimento de que este espaço/ambiente de Fortaleza, o bairro Edson Queiroz, foi produzido para abarcar o padrão capitalista de desenvolvimento urbano, com o Estado e investidores privados, na linha de frente na garantia da utilização econômica do solo.

Por isso, quando observam-se as décadas, explica-se as imposições humanas postas para transformação da Paisagem, que implantara empreendimentos com específicas tipologias para as demandas de ocupação do solo, a partir de investimentos privados e públicos, efetivados em cadeia e de acordo com as necessidades do momento. Assim, remodelou a dinâmica natural e a incorporou na dinâmica urbana.

Manifestações das contradições do ambiente urbano

As variadas grandezas dos fenômenos da sociedade urbana são materializadas no ambiente, estão submetidas ao grau atual da articulação entre natureza e sociedade.

Em meio a essa relação M. Sposito (2004) aponta que, a condição ambiental não se restringe ao con-

junto de dinâmicas e processos naturais, mas das relações entre estes e a dinâmica e processos sociais.

Foram evidenciadas as características da paisagem natural no ano de 1958 (mapa 1), anterior a estruturação urbana estabelecida, com suas características e interações construídas no tempo geológico. Ao serem introduzidas novas interações na paisagem, é alterada a dinâmica do ambiente, com o bairro Edson Queiroz instituído em meio às circunstâncias de efetivação da metrópole, que fez evoluir no ambiente tensões dadas por demandas econômicas de exploração do solo e das populações.

Essas demandas mediadas por especuladores imobiliários e Estado, modificaram os usos, descharacterizaram paisagens, direcionaram usos e ampliaram a malha urbana, porém quando o fenômeno urbano chegou à área do atual bairro Edson Queiroz, as dinâmicas dos sistemas naturais já não eram as mesmas. Muito havia sido modificado para a abertura das salinas, campos de cultivo, sítios, chácaras e veredas de acesso.

No início da década de 1960, as áreas do bairro já estavam no horizonte da expansão urbana e nas das posteriores décadas, novos usos são incorporados à construção da paisagem, fora da realidade das dinâmicas local dos sistemas naturais.

Como vetores normativos, os planos diretores urbanos e legislações ambientais delinearam a modificação das paisagens, fincaram marcas expressivas nas pautas de construção do bairro e também materializou a paisagem atual.

Com isso, a interpretação de aerofoto do ano de 2010 cedida pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (mapa 03), é constatada a remodelação morfológica dos sistemas ambientais, mediados pelas dinâmicas sociais e mantidos em meio a produção do urbano.

As evidências constatadas por meio geocartográfico, apontam que a organização urbana impôs novas interações nas relações constituidoras dos ambientes, alteraram os processos geocológicos antigos, levou ao desgaste do sistema e reorganizações sucessivas dadas pelo dinamismo.

De um lado, os planos que direcionaram o urbano e fizeram a cidade ser expandida e a metrópole efetivada, de outro, as legislações ambientais que em meio as contradições da sociedade atual, elegem áreas para a proteção em detrimento das passíveis a exploração, existindo grandes parcelas no bairro, concebidas sob o aspecto da conservação da paisagem, ao mesmo tempo da especulação da raridade das terras.

Os atores sociais da sociedade, Estado, empreendedores privados e povo, produzem a vida no urbano de forma desigual, pois o padrão de apropriação da terra é diferenciado entre camadas da sociedade, e o peso das transformações das paisagens que cada parcela estabelece também desigual.

Então, a manutenção dos sistemas naturais relacionados à construção material da cidade contemporânea, torna evidente que as estruturas sociais se impõe na dinâmica da paisagem.

Considerações finais

No estágio atual das relações sociedade/natureza, há a necessidade de avançar, renovar e interpretar as visões de mundo. Deve-se aproveitar o momento das crises, pois daí emergem novos caminhos a serem traçados.

É constatado que nos séculos de novas interações na paisagem, a relação evoluiu não só entre sociedade/natureza, mas grupos sociais/natureza, notórias as diferenciadas escalas de influência na modificação da paisagem que parcelas da sociedade possuem.

As ações intervencionistas modificaram o ambiente e reorientaram os fluxos de matéria e energia na composição da paisagem, e de forma mútua interagiu e modificou a vida do próprio ser humano, pois as tensões infligidas nos ambientes naturais, estão no mesmo contexto das tensões sociais.

Nas análises e trabalhos de campo desenvolvidas no bairro Edson Queiroz, é observado que a responsabilidade na formação da paisagem atual é encabeçada pelo Estado e pelo mercado imobiliário, atores na transformação da paisagem natural.

Foram evidenciados processos de aquisição, incorporação das terras, com implantação de estruturas dinamizadoras e de atração de população, que redirecionaram usos como os das planícies fluvio-marinhas, em que num momento pretérito foram devastadas para produção de sal, e na atualidade

este sistema ambiental é utilizado como cenário aprazível em propagandas publicitárias do Estado, de *shoppings* e de empreendimentos habitacionais.

Por serem sobrepostas dinâmicas contraditórias, o padrão de desenvolvimento urbano acirra tensões e impõe novos equilíbrios aos ambientes.

Por fim, a pesquisa construída junto a professora Claudia Maria Magalhães Grangeiro, objetivou contribuir para as discussões e evolução da ciência geográfica, chegou a conclusão que não só limitações ou potencialidades naturais persistem, o fato está em grupos sociais hegemônicos, que não consideram a interação com as dinâmicas construídas no tempo da terra ou os direitos humanos fundamentais.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, A. M. M.; CARLEIAL, A N. Oportunidade e Miséria nos Bairros de Fortaleza. **Scripta Nova**. Barcelona, 2003. Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(030\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(030).htm)>. Acesso em: 24 fev. 2018.

COSTA, M. C. L. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, J. B.; CAVALACANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C.; SOUZA, M. S. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

FUCK JUNIOR, S. C. F. **Expansão Urbana e Segregação Espacial no Sudeste do Município de Fortaleza**. 2002. 245 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2002.

GIRÃO, B. **Patriolino Ribeiro: um desbravador de caminhos**. Fortaleza: ABC, 2003.

GRANGEIRO, C. M. M. **Meio Ambiente litorâneo e urbanização**: o Ambiente produzido na costa leste da cidade de Fortaleza – Ceará. 2012. 238 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

LIMA, P. C. C. **A Produção do Espaço na cidade de Fortaleza-CE**: uma análise das ações, políticas, projetos e planos diretores. Teste (Doutorado em Geografia) - Rio Claro, 2013.

RODRIGUEZ, J. M. M; SILVA, E. V. da; CAVALCANTI, A. P. B. (orgs.) **Geoecologia das Paisagens**: uma visão geossistêmica da análise ambiental. 5 ed. Fortaleza: Edições UFC, 2017.

SALVADOR, D. S. **Natureza ao urbano**: transformações na paisagem e a produção do espaço-ambiente no bairro Edson Queiroz em Fortaleza-Ceará. 2016. 202 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, 2016. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=82992>> Acesso em: 7 de fevereiro de 2021

SALVADOR, D. S.; CARLEIAL, A. N. Leste de Fortaleza: natureza, Produção do Espaço e o crescimento urbano no bairro Sapiranga/Coité. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DO BRASIL, 16., 2010, Porto Alegre, RS. **Anais**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

SOARES, I. **Washington Soares**: fragmentos de uma vida. Fortaleza, 2005.

SOUZA, M. J. N. **Diagnóstico Geoambiental do Município de Fortaleza**: Subsídios ao macrozoneamento ambiental e à revisão do Plano Diretor Participativo – PDPFor. Fortaleza: PMF, 2009.

SANTOS, O. E. Articulações entre Estado e grandes proprietários fundiários na constituição do eixo sudeste de valorização imobiliária em Fortaleza-CE. **Revista GEOMAE - Geografia, Meio Ambiente e Ensino**, v. 02, n. 02, 2º SET/2011, p. 13-40. Disponível em: <<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/view/159>>. Acesso: 24 fev. 2021.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: UNESP, 2004, p. 218. v. 01.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia Física (?) Geografia Ambiental (?) ou Geografia e Ambiente (?). In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (Orgs.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea.** Curitiba: Editora UFPR, 2002

TRICART, J. **Ecodinâmica.** Rio de Janeiro: IBGE; SUPREN, 1977, p. 97.

O MITO DA SUSTENTABILIDADE E A PLATAFORMA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Andrea Bezerra Crispim

A questão ambiental tem sido um dos temas mais debatidos na contemporaneidade. Entre os vários pontos discutidos, a crise ambiental oriunda das formas de apropriação de uso do espaço geográfico e submetida às regras de dominação do capital, tem nos levado a pensar de que forma podemos minimizar os problemas ambientais vivenciados na sociedade.

As discussões até então abordadas, estabeleceram um quadro de problemas ambientais que suscitou na urgência em debater limites ao crescimento econômico capitalista, tendo como bandeira a utilização dos recursos naturais de forma a não comprometer as futuras gerações. Esta frase, construída a partir de conferências já bastante conhecidas - cita-se como destaque a Conferência

das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, 1972 - abordou pautas com objetivo em combater a problemática ambiental, trazendo ao campo das ideias debates e temas como a degradação ambiental e sua relação com as mais diversas atividades econômicas.

Questões debatidas como o aumento da poluição atmosférica, mudanças climáticas, degradação dos elementos naturais e avanço dos processos de desertificação nos ambientes semiáridos foram tomando corpo nos mais diversos encontros em que a pauta ambiental esteve presente.

Esta crise ambiental, mesmo que discutida a nível mundial, não pôs em cheque as estruturas capitalistas que passaram a nortear as formas de organização do espaço geográfico. Ao contrário, criou-se uma narrativa sobre a temática sustentabilidade ambiental que conforme destaca Loureiro (2012), passou por apropriações de falas realizadas pelos mais diversos agentes sociais e sendo utilizadas de acordo com seus objetivos e estratégias.

A definição de sustentabilidade ambiental passa a ser utilizada mediante discursos vagos trabalhados por muitos chefes de Estado, que fogem a tentativa de estabelecer políticas que traduzam a real necessidade de planejar metas de crescimento econômico, levando em consideração a preservação dos recursos naturais.

Esse reducionismo em torno das pautas ambientais trouxe, por vezes, um processo de naturalização que, conforme pontua Loureiro (2012, p. 59), as atividades econômicas passaram a ser trabalhados em uma lógica em que “a atividade econômica é naturalizada e o crescimento é visto como inexorável e condição de aprimoramento do modo de produção capitalista”.

A utilização da natureza submetida ao modelo de economia capitalista tem ocasionado, dentre outros fatores, uma série sucessiva de problemas socioeconômicos e ambientais, como o aumento das desigualdades sociais já que partimos do pressuposto de que a apropriação da natureza gera, sobretudo, o enriquecimento de um pequeno grupo privilegiado, a desterritorialização de grupos tradicionais como nossos companheiros/as quilombolas e indígenas, o avanço da crise hídrica e climática, dentre outras questões a serem pontuadas no presente ensaio.

Analisar a questão ambiental sobre uma perspectiva crítica, de acordo com Schons (2012), não é uma tarefa fácil. Ao longo dos anos, os problemas ambientais passaram a ser discutidos mediante uma narrativa de crescimento a qualquer custo, como a lógica de avanço das indústrias e aumento da poluição atmosférica, avanços do agronegócio com intenso aumento dos impactos ambientais negativos no campo e, conseqüentemente, a desconfiguração e degradação das paisagens naturais.

A questão ambiental, em particular, no território brasileiro, vem desnudar a forte relação da degradação dos biomas em detrimento de pautas neoliberais tendo como articulador e legitimador o Estado, quando este abre mão da utilização coerente das legislações ambientais específicas.

Levantam-se, mediante exposto, questões que visam colaborar à nossa discussão: o Estado tem contribuído com as pautas ambientais e na preservação de nossos geoambientes? A legislação ambiental brasileira tem sido trabalhada tendo como propósito a diminuição do processo de degradação ambiental de nossos territórios? A política neoliberal tem contribuído na diminuição do colapso ambiental brasileiro? Diante de tais argumentos, o presente artigo versa sobre o avanço das pautas neoliberais no Brasil, analisando sua relação com o aumento da problemática ambiental.

De forma a contribuir com o desenvolvimento do artigo, foram realizadas atividades como levantamentos bibliográficos, coleta, sistematização e análise de dados secundários, sendo estes coletados em sites de instituições de pesquisas ambientais. Realizou-se leituras em artigos científicos nacionais e internacionais que tratam da temática de forma atual, sendo estes encontrados no Portal de Periódicos da Capes, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), *Science Direct*, *Nature.com*, dentre outros portais de pesquisa.

O presente artigo, para além das discussões relacionadas às questões ambientais no território brasileiro, leva em consideração as abordagens geográficas feitas pela professora Dra. Claudia Grangeiro, que contribuiu de forma significativa à ciência geográfica, dando impulso e força ao debate de uma geografia ambiental responsável, crítica e propositiva.

Neoliberalismo e o desmonte da política ambiental brasileira

É inegável não destacar o papel dos aspectos políticos e econômicos ocorridos no século XX e sua relação com o avanço dos problemas ambientais no território brasileiro. O discurso neoliberal, definido sobre práticas político-econômicas de administração do modo de produção capitalista (FERNANDES E PAULA, 2020), é discutido ao longo do artigo, estabelecendo sua relação com os problemas ambientais contemporâneos, tendo como referencial norteador autores/as como Paiva (2015), Ribeiro (2012), Harvey (2008), George (2017) e Mészáros (2011).

Discutida com maior ênfase, mais necessariamente na década de 70 do século XX, a temática ambiental tomou destaque como pauta importante nas mais diversas conferências. No contexto brasileiro, o discurso ambiental conforme relata Paulani (2006), passou a ser pontuado baseando-se

na ideia de uma economia global capitalista, em que seria necessário trilhar o mesmo caminho dos países desenvolvidos, passando a abraçar o discurso neoliberal mediante a falácia de crescimento, igualdade social e sustentabilidade ambiental.

Este discurso, de acordo com a autora, estabeleceu-se no sentido de tentar esconder o processo de submissão das pautas políticas e econômicas aos grandes países capitalistas e corporações, atenuando as desigualdades sociais e, conseqüentemente, o aumento da problemática ambiental no território brasileiro.

O discurso ambiental estabelecido em um viés neoliberal passa, então, a submeter a diversidade geológica às pautas econômicas, tendo como uma das principais características a mercantilização da natureza, em que se coloca a temática na perspectiva da lógica dos mercados.

Para Soares (2020, p. 55), a forma intensiva de uso dos recursos naturais no Brasil reflete a posição subordinada que o país possui frente ao avanço da destruição ambiental

A grande e inevitável intervenção no território desses países ocorre com redução da diversidade dos recursos naturais, poluição do solo, da água, uso excessivo de agrotóxico, além da violência contra comunidades tradicionais, trabalho escravo amparados, ainda mais, com a flexibilização de leis trabalhistas e ambientais - e outros.

A narrativa construída em torno do discurso de desenvolvimento e sustentabilidade esconde, na realidade, o que vem a ser uma das principais características da política neoliberal, que se destaca na diminuição da ação e aumento da flexibilização do Estado em pautas importantes como saúde, educação, habitação e gestão ambiental.

Essas questões, como bem aponta Aráoz (2017), discute de forma crítica a crise ecológico-civilizatória, fazendo necessário refletir sobre o modelo de sociedade que se tem dado ao longo dos anos, principalmente, no que condiz a tentativa em naturalizar a crise social instaurada em um contexto global. Crise esta, que conforme estabelece Mészáros (2009), não ocorre somente sobre uma perspectiva financeira, mas no atual momento do desenvolvimento histórico, acaba intensificando os processos de destruição da natureza.

Nesse contexto, a legitimação do Estado se destaca, sobretudo, no processo de desregulamentações ambientais e no jogo de desmonte de instituições públicas, que têm aberto os portões para grandes projetos como atividades de mineração, trazendo à tona crimes ambientais como o que ocorreu na Barragem do Fundão, em Minas Gerais, no ano de 2015 e na Mina Córrego do Feijão, em 2019, com 270 mortos.

Todas estas questões abordadas levantam discussões acerca da ausência do Estado no sen-

tido em responsabilizar os culpados pelo desastre, bem como prestar assistência à população atingida que, conforme reportagem realizada por Jacques e Franco (2020), mais de 200 famílias que tiveram seus lares perdidos no desastre da barragem do Fundão, aguardam o reassentamento para seus novos lares.

A gente não imaginava que ia ficar dentro de um apartamento, uma caixinha durante 5, 6, 7, sabe-se lá quanto anos mais, né? Então assim, lá [na cidade] não tem como a gente plantar. A nossa vida lá [na cidade] não é a vida que a gente tinha planejado, diz a estudante Mônica dos Santos.

Para Fernandes e Paula (2020), estas atividades possuem um caráter exclusivamente econômico, o que acaba por ocasionar problemas ambientais que resultam, principalmente, no aumento das disparidades socioeconômicas das populações mais vulneráveis, intensificando cada vez mais a injustiça ambiental nos territórios de comunidades tradicionais.

Injustiça e desigualdade ambiental: o projeto político da degradação ambiental

Há uma intensa prevalência da lógica econômica sobre os recursos naturais, impactando não somente as condições de sustentabilidade dos geoambientes, mas ocasionando mudanças significativas

na vida das populações mais vulneráveis. Essa lógica de estabelecimento do lucro acima da vida e da natureza nos leva a afirmar que a crise ambiental contemporânea é, também, uma crise social.

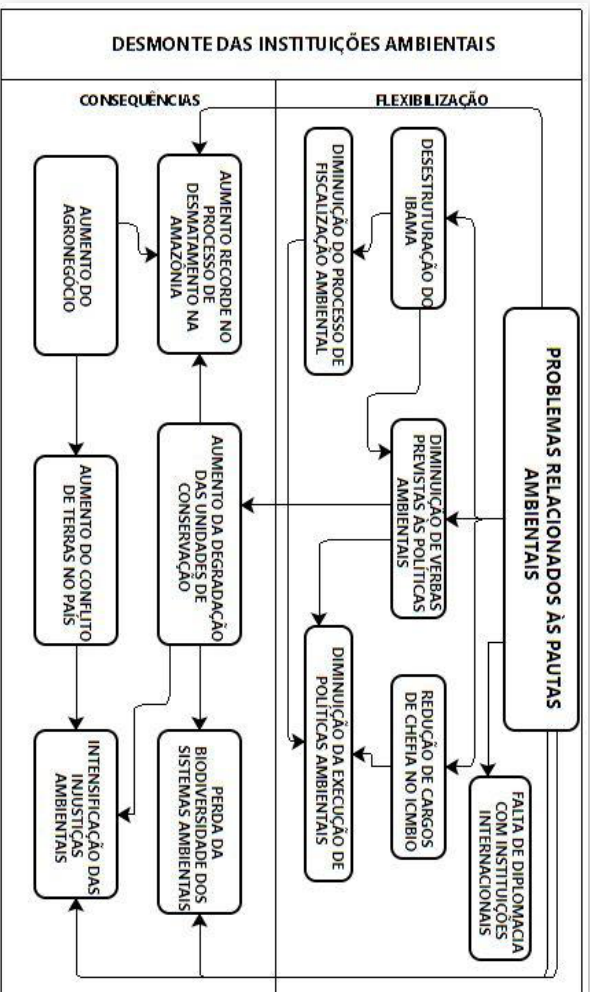
O aumento da desigualdade ambiental, assim destacado por Acserald, Mello e Bezerra (2009), pode se manifestar de várias formas, dentre elas, na forma de proteção desigual dos recursos ambientais. Os autores salientam que o processo de implementação de políticas ambientais passa a ser realizado de forma desigual quando a efetivação desta passa a ser estabelecida por uma política de mercado, gerando problemas ambientais desproporcionais em que os mais pobres, as pessoas mais vulneráveis inseridas nos territórios, passam a sofrer maior parte dos danos ambientais.

No que condiz ao processo de desmonte da política ambiental brasileira, a figura 01 ilustra bem o que Acserald, Mello e Bezerra (2009) relatam no livro *O que é a Injustiça Ambiental*, ao debater de forma lúcida a relação entre flexibilização das políticas ambientais, aumento da degradação e das desigualdades sociais dos povos tradicionais no Brasil.

As informações ilustradas abaixo trazem um retrato de como o processo de desestruturação dos órgãos públicos no governo ²⁶Bolsonaro estão intensificando o aumento da devastação ambiental no país.

26 Presidente da República do Brasil, eleito no dia 28 de outubro de 2018.

Figura 01. Relação entre Flexibilização das leis ambientais, aumento da degradação e injustiça ambiental.



Fonte: Elaborado por Crispim (2021).

A desestruturação dos órgãos públicos destacados na ilustração acima é parte de uma geopolítica ambiental pautada na lógica de devastação ambiental.

Todos esses processos negativos e defendidos veementemente pelo atual governo corroboram na diminuição de políticas de gestão ambiental que deveriam ser colocadas como pautas prioritárias. Ao diminuir políticas importantes como as de fiscalização ambiental, assim como verbas previstas às políticas ambientais, o Estado acaba por contribuir com o que já vem sendo discutido em diversos ensaios: não existe sustentabilidade ambiental dentro de plataformas neoliberais.

A degradação ambiental surge, portanto, não de um limite imposto pelas próprias potencialidades naturais da área, mas pela política de desestruturação e legitimação do Estado, com o avanço de problemas ambientais em áreas necessitadas de políticas de preservação e conservação ambiental.

Exemplo do avanço da destituição de nossas florestas encontra-se ilustrada na figura 2.

Figura 2. Taxa de desmatamento da Amazônia Legal

Taxas de desmatamento - Amazônia Legal - Estados



Fonte: PRODES (2021).

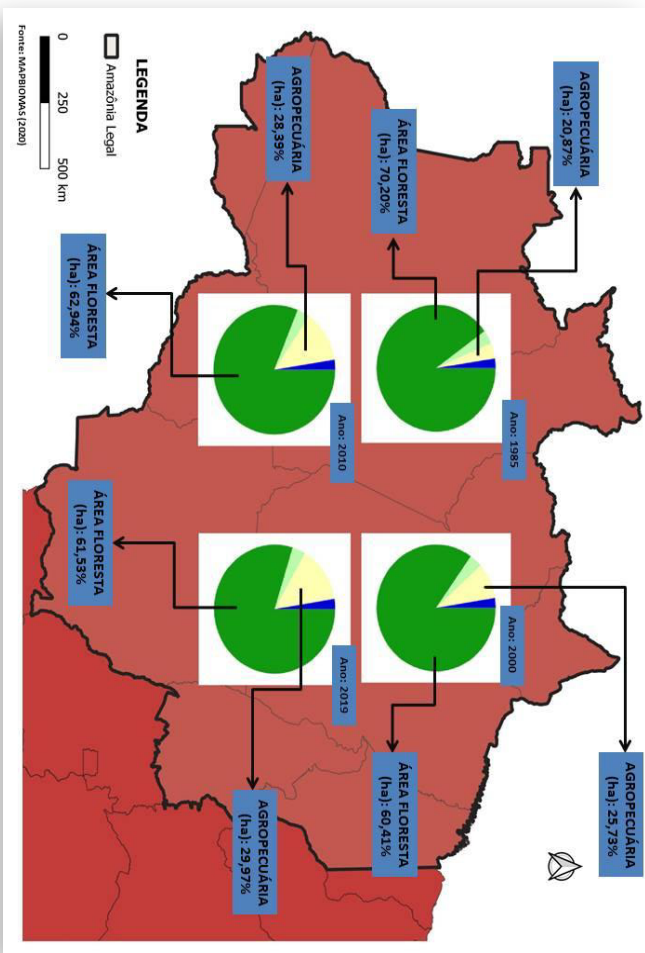
O aumento da taxa de desmatamento na Amazônia Legal, no ano de 2020, ocorre mediante uma série de ataques ao meio ambiente. Sendo a maior desde o ano de 2008, o gráfico ilustra um aumento de aproximadamente 3.6 mil km de área desmatada entre os anos de 2009 e 2020.

Os retrocessos não param nesses dados. De acordo com informações disponibilizadas pelo PRODES (2021), houve um avanço significativo do desmatamento em áreas indígenas na região amazônica, com um incremento consolidado de 427,9 km de áreas desmatadas em 2020. Somadas a isso, diversas comunidades indígenas sofrem constantemente com a prática ilegal de retirada de madeiras e processos de invasões em seus territórios.

As informações corroboram com a discussão realizada por Acserald, Mello e Bezerra (2009), em que atividades sociais e políticas passam a ser estabelecidas nos territórios através de múltiplos processos privados de intervenção, relacionados à megaprojetos de âmbito desenvolvimentista, que acabam por atingir comunidades tradicionais que vivem de atividades não capitalistas de apropriação da natureza, como pesca, artesanato e extrativismo.

Historicamente, atividades de grande magnitude vêm sendo exercidas de forma insustentável e agressiva nos ambientes. A figura 03 retrata o avanço das atividades agropecuárias na região amazônica, com um recorte espaço temporal de 35 anos.

Figura 03. Avanço de atividades agropecuárias na região amazônica.



Fonte: MAPBIOMAS (2020). Org. Autora.

De acordo com o MapBioma (2021), entre os anos de 1985 e 2019, as áreas florestais na região amazônica tiveram uma diminuição de 8,67% enquanto que nas atividades agropecuárias, ocorreu um aumento de 9,1%.

Conflitos ambientais e a luta por uma plataforma política de conservação dos recursos naturais no Brasil

A crise ambiental de acordo com Souza (2019) é fruto das relações capitalistas, sendo estas intensificadas diretamente pelo capital privado através de grandes empresas privadas e legitimadas pelo Estado capitalista, desconstruindo o discurso de que conflitos ambientais surgem mediante processos naturais.

Conforme estabelece o autor, estas relações agridem os sistemas ambientais e as identidades socioespaciais ao flexibilizar leis ambientais e intensificar a forma de uso e ocupação da terra. Muitos dos impactos negativos ocorridos nos mais demasiados ambientes, independente da localização geográfica no território, deveriam seguir normas ambientais específicas, e, sobretudo, levar em consideração o que estabelece a Constituição Federal de 1988.

É válido destacar o artigo 225, que versa sobre o direito a todos/as terem acesso a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, dando ao poder público e ao coletivo o dever de preservar

e conservar nossa base ecossistêmica. As relações sociais que se estabelecem em torno desta prerrogativa, infelizmente, possuem enorme distância no que condiz do escrito à prática.

Não é uma discussão fácil, apesar de necessária. O jogo estabelecido entre os mais diversos agentes sociais utiliza-se de termos como desenvolvimento sustentável, passando a estabelecer a lógica destrutiva do ambiente que vem ocorrendo ao longo dos anos. É necessário enfatizar que esse processo não ocorre de forma recente.

De acordo com Marques (2015), a relação entre crescimento econômico e degradação ambiental tem sido uma constante ao longo dos anos no Brasil. Em seu livro *Capitalismo e Colapso Ambiental*, o autor descreve como nosso território tem sido um forte exemplo de retrocesso no que condiz às políticas de sustentabilidade ambiental. Mostrando dados relacionados ao ano de 2013, revela-se como a economia brasileira aumentou em 5,5% a intensidade de uso dos combustíveis fósseis, sendo este o pior desempenho do mundo dentre os países avaliados pela edição de 2014, da *Low Carbon Economy Index* (MARQUES, 2015).

Além disso, de acordo com o autor, a dependência relacionada ao agronegócio, assim como a postura identificada com tal atividade, fez com que ocorresse um aumento gradativo de 29% da degradação ambiental relacionada ao processo de desmatamento entre os anos de 2012 e 2013.

Tal questão direciona-se a problemas significativos nestes territórios: diminuição na capacidade de resiliência dos geoambientes, destituição da cobertura vegetal nativa, aumento de processos erosivos, poluição dos recursos hídricos, além do aumento das desigualdades sociais, já que parte significativa desses efeitos ambientais se sobrepõe às populações mais vulneráveis, agravando o quadro de injustiça ambiental no país.

Outro fator já destacado no presente texto tem sido o constante avanço das pautas neoliberais no campo ambiental, tendo como principal artifício a diminuição da ação do Estado no processo do planejamento ambiental, relegando a último plano questões prioritárias, como o aumento efetivo do processo de fiscalização de atividades socioeconômicas em conjuntos paisagísticos que estão, ou deveriam estar, sobre proteção jurídica.

A agenda política da insustentabilidade e injustiça ambiental no Brasil

A divulgação do histórico de impactos ambientais ocorridos ao longo dos anos tem mostrado que a lógica de utilização dos recursos naturais baseada nos pressupostos capitalistas, tem corroborado ao avanço da degradação e dos conflitos ambientais no Brasil.

O projeto político de extrema direita vigente no Brasil não leva em conta, por exemplo, os inúmeros instrumentos ambientais que podem e devem ser utilizados no âmbito da gestão e planejamento ambiental. Por vezes, o que está a acontecer, é a utilização do discurso que paira sobre a lógica do estamos fazendo o que deve ser feito para proteger o meio ambiente, mas que na prática utiliza-se de toda uma política de desestruturação das instituições públicas.

Como descaso do atual governo, a pesquisa realizada pela organização internacional *Human Rights Watch (HRW)*, e divulgada pelo jornal Brasil de Fato, coloca que 800 multas aplicadas pelo Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis estão paralisadas desde outubro de 2019, enquanto o avanço da degradação ambiental no país ocorre de maneira gradativa.

A ausência da aplicabilidade de legislações ambientais nestas situações paira sobre a discussão realizada por Acserald, Bezerra, Mello (2009), onde relatam que os instrumentos ambientais, em muitos casos, passam a ser mais rigidamente aplicados em atividades de pequeno porte, como agricultores, pescadores e extrativistas, do que quando se trata do agronegócio e de grandes corporações industriais.

A exemplo de não utilização de instrumentos ambientais cita-se a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9605 de 12 de fevereiro de 1998), que esta-

belece sanções penais e administrativas decorrentes de atividades que ocasionem danos negativos ao meio ambiente. Tal lei considera crime realizar atividades de extração mineral sem autorização de órgão competente.

Outro ponto que se coloca em discussão tem sido a tentativa em realizar mudanças no Código Florestal (Lei nº12651 de 25 de maio de 2012) através da Medida Provisória que estabelece o não cumprimento de recomposição de Áreas de Preservação Ambiental (APPs) pelos ruralistas. Esta tentativa em desregulamentar leis, tem passado a comprometer de forma negativa a capacidade de resiliência dos componentes geoambientais.

Neste mesmo caminho, ao mesmo tempo, em que ocorre tal desmonte da política ambiental brasileira, a utilização e avanço dos agrotóxicos no Brasil batem novo recorde.

No ano de 2020, de acordo com Tooge (2020), o governo liberou no Diário Oficial 405 registros de tipos de agrotóxicos no Brasil, o que vem a ocasionar impactos significativos nas condições de sustentabilidade dos sistemas ambientais e na qualidade de vida de parcela significativa da população. Esta decisão do governo federal tem levado em consideração apenas o jogo de relações políticas da bancada ruralista e das grandes empresas que dominam a cadeia de produção de agrotóxicos.

Nesse jogo geopolítico, coloca-se em cheque a obrigatoriedade em considerar os instrumentos jurídicos no âmbito do planejamento ambiental, sendo necessário não somente pensar, mas estabelecer e executar políticas de controle ambiental, com objetivo de diminuir os impactos ocasionados pelas atividades socioeconômicas.

A figura 04 traz a base da legislação ambiental brasileira, em que são elencadas as principais ferramentas jurídicas, assim como a necessidade em estabelecer diretrizes ambientais que sigam a obrigatoriedade do papel das instituições seja nas esferas federal, estadual ou municipal (CRISPIM, 2020), com ênfase em um planejamento sustentável e integrado com outras políticas, a exemplo da Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA, Lei nº 3968, de 31 de agosto de 1981.

Figura 04 - Base jurídica referente à legislação ambiental brasileira.



Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2020). Org. Autora.

A figura ilustra o fluxograma com alguns incisos inseridos no artigo 9º da PNMA e que, caso estivessem sendo executados à luz do que deveria ser, levaria em consideração a importância da conservação dos recursos naturais.

Artigo 9º - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

I - O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

II - O zoneamento ambiental;

III - A avaliação de impactos ambientais;

IV - O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

V - Os incentivos à produção e instalação de equipamento e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;

VI - A criação de reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e as de relevante interesse ecológico, pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal;

VII - O sistema nacional de informações sobre o meio ambiente;

VIII - O Cadastro Técnico Federal de Atividades e instrumentos de defesa ambiental;

No que consta em registros, infelizmente, a política ambiental no Brasil tem se dado de forma contrária ao que coloca as legislações específicas.

Ao tempo em que a PNMA aponta a ampla necessidade de realizar processos de licenciamento ambiental, como forma de minimizar futuros problemas ambientais no território brasileiro, tem-se uma gestão federal com uma política que

desestrutura a esfera pública, como a demissão de gestores de instituições como o IBAMA e tentativas de aprovações de projetos, como a Lei 191/2020, que propõe a regularização de atividades de mineração em áreas indígenas.

Tecendo considerações: a injustiça ambiental como agenda política

A análise das informações realizadas ao longo do artigo vem contribuir com questões relacionadas à política ambiental brasileira. Com destaque à região amazônica, este território tem passado por mudanças intensas nos últimos anos, estando esta mudança associada a um conjunto de políticas de sucateamento das instituições públicas ambientais. A agenda progressiva de destruição ambiental passa a ser, acima de tudo, um projeto político.

É necessário pontuarmos que a política de enfraquecimento de órgãos ambientais não possui um caráter meramente de incompetência do atual chefe de Estado. A política ambiental brasileira surge, na maioria das vezes, vestida do discurso de boas relações com o capital privado. Um dos exemplos dessa política refere-se à concessão de Unidades de Conservação ao capital privado.

A narrativa apontada sobre a concessão das UCs seria a pouca gestão pública que se estabele-

ce nestas unidades, sendo mais efetivo passar a gestão para as mãos do capital privado, exercendo este a política ambiental que deveria ser de responsabilidade do Estado.

Ou seja, diminui a ação do Estado nas políticas de gestão ambiental e joga para a iniciativa privada, colocando-nos as seguintes questões: qual o objetivo de passar a responsabilidade da gestão ambiental das UCs para instituições privadas? Como se dará a política de gestão das Unidades de Conservação, se o capital privado tem como principal objetivo o lucro em cima dos recursos naturais? São pontos que não se encerram neste artigo, mas que precisam de respostas do atual governo.

É necessário trabalhar uma plataforma ecossocialista que atenda a relação entre crescimento e sustentabilidade ambiental e que objetive não atender as demandas do capital e nem flexibilizar legislações ambientais. Torna-se urgente estabelecer o respeito às comunidades tradicionais mantendo a delimitação de seus territórios, respeitando sua cultura e sua relação com o meio ambiente, e elaborar políticas de gestão e planejamento ambiental que atenda às condições de estabilidade e instabilidade dos sistemas ambientais, levando em consideração os amplos processos democráticos de participação popular.

A omissão governamental atual não acontece ao acaso. A agenda está feita e com uma grande plata-

forma de degradação ecossistêmica, não se resumindo somente às condições naturais, mas ao aumento das injustiças ambientais no território brasileiro.

Referências bibliográficas

ACSERALD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ARÁOZ, H. M. América Latina y la Ecología Política del Sur. Luchas de re-existencia, revolución epistémica y migración civilizatória. **Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica** / Héctor Alimonda [et al.]; coordinación general de Héctor Alimonda; Catalina Toro Pérez; Facundo Martín. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Universidad Autónoma Metropolitana ; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <[http://BRASIL, www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://BRASIL.www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2020.

_____. Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981. Institui a Política Nacional do Meio Ambiente PNMA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ago. 1981. Acesso em: 05 fev. 2020.

_____. Lei n° 9605 de fevereiro de 1998. Institui a Lei de Crimes Ambientais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, fev. 1998. Acesso em: 05 fev. 2020.

CARVALHO, I. Todas as 800 multas ambientais aplicadas no Brasil desde outubro não forma cobradas. **Brasil de Fato**, São Paulo, 15 de jan, de 2020. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/15/todas-as-800-multas-ambientais-aplicadas-no-brasil-desde-outubro-nao-foram-cobradas>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CRISPIM, A. B. Análise do uso e ocupação em Quixadá-Brasil como subsídio ao planejamento ambiental. **Revista Terra Livre**, v. 1, n. 54, 477-507, 2020.

FERNANDES, V. J. A.; PAULA, B, L, S. A velha novidade da pandemia: neoliberalismo, meio ambiente e covid-19. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 56, 131-142, 2020.

GEORGE, Susan. **A Short History of Neo-liberalism**: Twenty years of Elite Economics and Emerging Opportunities for Structural Change. Entrevista. Disponível em: http://base-socioeco.org/docs/doc-94_en.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Editora Loyola, 2008.

JACQUES, L.; FRANCO, L. Tragédia de Mariana, 5 anos depois: o recado, não há dúvida, é de impunidade, diz procurador. **G1**, Belo Horizonte, 05 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/11/05/tragedia-de-mariana-5-anos-depois-o-recado-nao-ha-duvida-e-de-impunidade-diz-procurador.ghtml>> Acesso em: 15 fev. 2021.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e Educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

MAPBIOMAS. **Plataforma de Mapas e Dados**. Brasília, 2021. Disponível em < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**/ István Mészáros: [tradução Francisco Raul Cornejo...[et.al.]. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARQUES, L. **Capitalismo e Colapso Ambiental**. Campinas: Editora Campinas, 2015.

PRODES, **Programa de Desmatamento**. Brasília, 2021. Disponível em < <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/map/deforestation?hl=pt-br>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F., and NEVES, L. M. W., org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

PAIVA, A. S. de. **O ápice irracional da barbárie do capital: em cena a barbárie socioambiental**. 3° Encontro Internacional de Política Social. 10° Encontro Nacional de Política Social. Vitória, ES, 2015.

RIBEIRO, F. P. O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo do mercado. **Revista Soc. & Nat.**, v. 2, 211-226, 2012.

SCHONS, S. M. A questão ambiental e a questão da pobreza. **Revista Katál**, v. 15, p. 70-78, 2012.

SOARES, L. R. O neoliberalismo e sua impossibilidade em solucionar problemas. **Revista Fim do Mundo**, v. 2, 53-74, 2020.

SOUZA, M. L. DE.; **Ambientes e Territórios: uma introdução à ecologia política**. 1°ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

TOOGE, R. Governo libera o registro de 42 agrotóxicos genéricos para uso dos agricultores. **G1**, São Paulo, 27 de nov. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/11/27/governo-libera-o-registro-de-42-agrotoxicos-para-uso-dos-agricultores.ghtml>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

POSFÁCIO: CONCEPÇÕES SOBRE AMBIENTE, GEOGRAFIA E SOCIEDADE

*Karinne Wendy Santos de Menezes
Dirce Maria Antunes Suertegaray*

Ao iniciar este Posfácio é importante dizer desta escrita em coautoria. Grangeiro vinha sendo minha orientadora de mestrado, processo em que a vida promoveu ruptura. Suas ideias, seus pressupostos e suas indicações de leitura me conduziram ao doutorado com Suertegaray, cujas reflexões, similares, colocamos em diálogo ao finalizar esta obra.

Em sua trajetória na Geografia, Claudia Grangeiro, professora homenageada nesta obra, dedicou-se em suas pesquisas acadêmicas aos estudos ambientais, preocupando-se com a discussão de conceitos e temas no âmbito da ciência geográfica. Nesta obra, estudantes, professores e pesquisadores construíram textos que refletem a sua influência em seu processo de formação e/ou experiências na universidade. Neste posfácio, evocamos a centralidade da obra de Grangeiro, conceitos e temas

importantes para Geografia, e que estão presentes desde sua tese de doutorado e constituíram sua forma de fazer e pensar geografia.

Em sua tese de doutorado, intitulada *Meio Ambiente Litorâneo e Urbanização: o ambiente produzido na costa leste da cidade de Fortaleza – Ceará*, defendida em 2012, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, fica exposto seus questionamentos sobre os estudos ambientais e sua concepção em relação à Geografia, ao discutir sobre os conceitos e concepções teóricas e metodológicas que considera relevantes para produção do ambiente litorâneo.

[...] qual a abordagem diferenciada que o estudo se propõe e que aqui se está indicando como destaque? Parte-se do entendimento de que a Geografia é uma ciência social, portanto, os estudos dedicados à natureza, que na seara dos geógrafos (denominados de geógrafos físicos) foram, tradicionalmente, desenvolvidos como se assim não o fossem, devem, necessariamente, partir desta perspectiva, exigindo, por conseguinte, um esforço a mais rumo ao diálogo “intradisciplinar” (GRANGEIRO, 2012, p. 84).

Grangeiro (2012) destaca que devemos observar atentamente o processo histórico, multissecular sobre o ideário existente de separação entre o homem (sociedade) e a natureza, pois “o homem - que se percebe como produtor de sua vida mate-

rial - se exclui da natureza para, tendo-a como um polo oposto e separado, passar ao processo de sua exploração” (p. 79).

Dessa forma, compreende que as transformações do meio ambiente e as formas de relações entre o homem/meio como um ambiente humano, que “é uma síntese do modo como a sociedade, dialeticamente, explora a natureza e, por conseguinte, do modo como a natureza vem reagindo ou subsumindo-se frente às intensidades e intencionalidades das ações sociais” (GRANGEIRO, 2012, p. 79).

Em sua análise epistemológica, ao interpretar os conceitos de meio ambiente, ambiente e território como categoria de análise, discute essas concepções a partir de uma crítica marxista, dialética, por meio de uma reflexão crítica das práticas humanas, pois as considera causa e consequências das problemáticas ambientais evidenciadas pela sociedade. Enfatiza ainda, a tentativa de superação entre a dicotomia, Geografia Física e Geografia Humana existente entre os geógrafos, ao discutir a questão ambiental (GRANGEIRO, 2012).

A questão ambiental precisa ser dialogada, segundo Grangeiro (2012, p. 77), “sem passionalidades, sem personalismos, com mais prudência, para além da que já se estabelece na retórica, mas fundamentalmente, com ética em nossas práticas”.

Justifica-se, assim, desenvolver a reflexão sobre o ambiente tendo como pressuposto que se está diante de uma categoria do real - no sentido de que não é um produto do intelecto humano, mas que pode ser percebido por este; e que ao mesmo tempo, o ambiente, é um produto do movimento da sociedade, que no seu relacionar histórico com a natureza ou o seu meio ambiente, produz algo diverso daquilo que a dinâmica geoecológica per se produziu - deste modo, o cerne da diferença está na concepção teórico-prática estabelecida à partida (GRANGEIRO, 2012, p. 84-85).

Na perspectiva de Grangeiro (2012), a produção do ambiente associa-se a sua condição com ser social, ou seja, não condiz com a sua condição enquanto espécie, isso decorre em função de dinâmicas diversas, como científicas, econômicas, sociais e econômicas, “das interconectividades espaço-tempo e do modo de produção hegemônico”. (p. 86).

Por conseguinte, ressalta a necessidade de diferenciar conceitualmente “meio ambiente” e “ambiente”, para que não ocorra a naturalização e a consequente generalização da concepção de ambiente. Para Grangeiro (2012) o ambiente é um produto social e que acompanha as transformações da sociedade.

Esta nova forma de pensar o ambiente nos remete, necessariamente, a admiti-lo, como produto de relações conflituosas, emprenhadas de contradições; que não se trata da simples transformação de elementos naturais

em recursos, ou de práticas ecologicamente inadequadas. Trata-se da transformação da natureza em mercadoria; trata-se de um “artefato humano”, (NEDER, 2002), e em que nele o social e o humano se incluem, e que, portanto, devemos mudar as formas de perceber, compreender e nele intervir. (GRANGEIRO, 2012, p. 86).

Nesse sentido, dialoga com Suertegaray, e pode ser observado pontos de conexão entre estas concepções. Suertegaray, ao longo de sua produção, trabalhou com a questão ambiental e, neste processo está contido a reflexão sobre natureza e ambiente. De forma simplificada pode -se dizer que ao conceber a natureza em seus estudos considera esta como natureza transfigurada, ou seja, uma natureza que, em tendo características originais, já não é mais... Por sua vez essa natureza transfigurada decorre do processo de apropriação do espaço e seus recursos que no movimento sócio-histórico vão sendo gradativamente explorados, transformados, chegando ao limite na sociedade atual (capitalista). É esta transformação que permite dizer, em concordância com Grangeiro que ambiente permite um olhar direcionado para apropriação da natureza, buscando explicitar na interpretação dessa realidade, os conflitos, por quanto a natureza e transformada em mercadoria, e, em sendo assim, se degrada, é impactada e, esses impactos reverberam individual e socialmente.

Esta leitura de Suertegaray em diálogo com Grangeiro enfatiza uma possibilidade, aquela que indica a necessidade da Geografia expressar-se através de um conceito de ambiente de forma diferenciada da Ecologia, pelo fato que não naturaliza o ser humano, mas o vê como um ser social que produz e é produtor de várias tensões ambientais.

No conceito de ambiente estão contidas múltiplas instâncias: a natureza, a economia, a política e a cultura. As diferentes instâncias inseridas no conceito de ambiente nos mostram diferentes possibilidades de interpretação e compreensão desse conceito. No entanto, faz-se necessário frisar que elas não são excludentes, mas se inter-relacionam, tudo depende da concepção teórico metodológica assumida por quem pesquisa.

Entender como essas múltiplas instâncias se expressam possibilita estudarmos a questão ambiental a partir dos diferentes atores sociais envolvidos, ampliando a nossa compreensão sobre as problemáticas vivenciadas pela sociedade, entre outras, à questão ambiental.

A trajetória de Grangeiro revela seu comprometimento com uma Geografia, que busca o enfrentamento dos problemas reais, vividos. Admitia como pressuposto, que ao discutir o conceito de ambiente estava diante de uma categoria do real, ou seja, o ambiente é produto do movimento da sociedade, que ao longo desse processo transfor-

ma a natureza, produz algo diverso, do que seria a natureza original.

Esta obra é reveladora de sua trajetória, seu engajamento no fazer geográfico, merecendo ser, como aqui feito, resgatada e divulgada. Grangeiro e sua produção acadêmica se revelam atuais e necessárias à compreensão das questões que hoje nos assolam.

Referências bibliográficas

GRANGEIRO, C. M. M. **Meio ambiente litorâneo e urbanização**: o ambiente produzido na costa leste da cidade de Fortaleza – Ceará. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

Sobre os Autores e as Autoras

Ana Paula do Nascimento Vasconcelos

Mestra em Geografia (2016-2018) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (PROPGEO/ UECE), desenvolvendo pesquisa sobre espaço urbano, gêneros e sexualidades. Licenciada em Geografia (2010-2015) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) onde atuou como membro bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Geografia/MEC/ SESu) entre os anos 2011 e 2013. É integrante desde 2012 do Laboratório de Estudos em Geografia Cultural (LEGEC/UECE). É vinculada ao grupo de pesquisa e estudos do Observatório da Violência contra a Mulher (OBSERVEM/CNPq/UECE) desde 2020. Desenvolve tese de doutorado (2020-2024) sobre Trabalho, interseccionalidade e força de trabalho das mulheres em Fortaleza-CE pelo PROPGEO/UECE, sendo financiado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Atua na perspectiva da Geografia, com ênfase na Geografia Humana, lidando com os temas: espaço urbano, territorialidades e micro-territorialidades; território cultura, gêneros e sexualidades; trabalho interseccionalidade e força de trabalho das mulheres.

Andrea Bezerra Crispim

Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado e doutorado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará, com período sanduíche na Universidade Nova de Lisboa, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES - Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior). Atua na perspectiva da Geografia Ambiental, com ênfase no planejamento ambiental. Possui vasto conhecimento na área de Sistemas de Informações Geográficas e cartografia ambiental.

Clerijane Nascimento Torres

Possui Graduação (2013) e mestrado (2017) em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Tem experiência na área da Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: resíduos sólidos, fragilidade ambiental, administração pública e produção do espaço.

Cristiane Ferreira de Souza França

Graduada em Geografia, nas modalidades licenciatura e bacharelado (UECE). Fez parte do Programa de Educação Tutorial PET/Geografia/UECE entre 2006 e 2009. Integrante do Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade - LEURC desde 2008. Mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE PROPGEO/UECE. Integrou a diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros AGB - (2020-2022); Atua no campo da Geografia com ênfase nos estudos urbanos e da cidade e também no ensino de Geografia.

Diego Silva Salvador

Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Membro do Núcleo de Estudos Ambientais e Litorâneos (IG/ Unicamp). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - PROP GEO/UECE (2016). Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (2011). Possui experiências em ambiente urbano; análise da paisagem; zona costeira; geotecnologias; planejamento; permacultura e trabalhos comunitários.

Dirce Maria Antunes Suertegaray

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (1972), obteve seu mestrado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (1981) e doutorado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (1988). Professora na FIDENE, atual Unijui entre 1973 e 1982 e na UFSM entre 1978 e 1985. Professora titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua no campo de Geografia, com ênfase nos estudos da natureza. A temática na qual centra sua pesquisa é relativa aos estudos de: desertificação/ arenização, ambiente e cidade, ensino de geografia e epistemologia da Geografia. Coordena o grupo de pesquisa Arenização/ desertificação: questões ambientais CNPq. Presidente da AGB biênio 2000-2002. Coordenadora da área de Geografia CAPES 2005-2007. É professora convidada da UFRGS e atua no curso de Pós-graduação em Geografia dessa instituição. Presidente da ANPEGE biênio 2016-2017. Professora visitante na UFPB - Departamento de Geociências - Programa de Pós Graduação em Geografia 2018-2020. Participa do corpo docente do PPGG -UFPB.

Francisco Leandro de Almeida Santos

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Ceará- UFC com pesquisas na área de geomorfologia estrutural e morfotectônica. Graduado e mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) com ênfase na linha de pesquisa Ordenamento Territorial das Regiões Semiáridas e Litorâneas desenvolvendo trabalhos no Laboratório de Geografia Física e Estudos Geoambientais (LAGEO) - PROP GEO/UECE com foco na elaboração de zoneamentos ambientais. Tem experiência nos seguintes temas: análise ambiental, brejos de altitude do nordeste brasileiro, geomorfologia estrutural e zoneamento ecológico-econômico.

Isorlanda Caracristi

Possui graduação em Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (1987) e doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (2007). Desenvolveu Estágio Pós-Doutoral junto ao Laboratório de Climatologia Geográfica e Recursos Hídricos (LCGRH) do Departamento de Geografia da UFC. É professora associada da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Foi coordenadora adjunta do Mestrado Acadêmico em Geografia da UVA (MAG-UVA) e compõe o quadro de professores permanentes, além de colaborar com o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - PROP GEO/UECE. Coordena o Laboratório de Estudos Ambientais e Climáticos (LEAC) e o Grupo de Pesquisa Estudos Geográficos de Sistemas Ambientais e Climas Intrarregionais. É editora chefe da Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS). Tem experiência e publicações na área

de geociências, com ênfase em climatologia geográfica, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia física, climatologia geográfica, meio ambiente e teoria e método em geografia física. Atuou durante muitas das diretorias da AGB Nacional e Seção Fortaleza e hoje é membro titular do Fórum Cearense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Combate à Desertificação.

João Paulo Lopes Rodrigues

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PROPGEO/UECE (2017), com área de concentração em Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas. Atualmente é doutorando em Geografia pelo PROPGEO/UECE. Vinculado ao Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Aplicados (LABGEO/UECE). E participa da supervisão do Grupo de Estudos Análise Geoambiental do Semiárido e suas Paisagens de Exceção do Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Aplicados-Labgeo/UECE. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Física, com interesse principalmente nos seguintes temas: zona costeira e problemas ambientais urbanos.

José Meneleu Neto

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (1985), mestrado em Economia pela Universidade Federal do Ceará (1992) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará

(2000). Foi secretário de Planejamento de Fortaleza entre 2006 e 2009. Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará. Tem experiência na área de mercado de trabalho, planejamento urbano e regional, com ênfase em economia política, atuando principalmente nos seguintes temas: mercado de trabalho, reestruturação produtiva, território e espaço urbano.

Karinne Wendy Santos de Menezes

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Mestre e Bacharela em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, onde atuou no Programa de Educação Tutorial e no Laboratório Geografia Física e Estudos Geoambientais. Licenciada em Geografia e especialista em Gestão Ambiental pelo Claretiano/Porto Alegre. É integrante do Grupo de Pesquisa Geografia e Ambiente (CNPq/UFRGS). Atua no campo da Geografia, com ênfase em geografia ambiental e ensino de geografia.

Luiz Cruz Lima

Possui graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (1971) e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1994). Atualmente é professor emérito e professor titular da Universidade Estadual do Ceará, docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE, coordenador do grupo de pesquisa cnpq Sistemas Técnicos e Espaço, membro do Fórum do Parque do Cocó do Ministério Público Federal, professor colaborador da Universidade Estadual Vale do Acaraú, consultor

ad hoc da Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa, consultor da Associação dos Geógrafos Brasileiros, consultor ad hoc da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, membro do Conselho Editorial da Editora da Uece. Autor de vários livros e artigos. Tem experiência no ensino e na pesquisa na área de Geografia, com ênfase em Geografia Econômica, Política e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: reestruturação socioespacial, modernização seletiva, sistemas técnicos e espaço.

Marcos José Nogueira de Souza

Concluiu o doutorado em Geografia Física pela Universidade de São Paulo em 1981. Atualmente é professor - titular aposentado da Universidade Federal do Ceará, professor titular da Universidade Estadual do Ceará. Foi consultor técnico da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais de Brasília, do Ministério do Meio Ambiente e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Atua na área de geociências, com ênfase em geomorfologia e análise ambiental. Em suas atividades profissionais interagiu com colaboradores em co-autorias de trabalhos científicos. Em seu currículo lattes os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: geomorfologia, desenvolvimento sustentável, zoneamento geoambiental, meio ambiente, análise ambiental, ecodinâmica, geossistemas, impactos ambientais, gestão ambiental e semiárido.

Rose dos Santos Maia

Possui graduação em Geografia - licenciatura, pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2010). Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Tem experiência na área de ensino de Geografia. Atua como professora do ensino básico no Estado do Ceará, desde 2010.

Tereza Sandra Loiola Vasconcelos

Educadora, pesquisadora e mamãe do Raoni. Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). É professora dos Cursos de Geografia da UECE (Licenciatura e Bacharelado), Campus do Itaperi, em Fortaleza, estado do Ceará (Brasil). Coordena o Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (LAPEGEO) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do núcleo Geografia/UECE/CCT. Enquanto parte das atividades acadêmicas, integra o Grupo de Investigadores Iberoamericanos em Educação Geográfica (IIEG), o Grupo de Pesquisa “Sistemas técnicos e espaço” e coordena o Grupo de Estudos e Articulação “Ensino de Geografia e Territórios”, em que busca articular ensino, pesquisa e extensão. Tem experiência e publicações em dinâmicas territoriais e ensino de Geografia no campo e na cidade. Ao longo dos últimos anos vem dedicando-se aos estudos que enfocam a Formação e Reestruturação Socioespacial do Ceará; Formação de Professores e Professoras de Geografia; Estágio Supervisionado; Educação Geográfica; Geografia Escolar; Educação do Campo; Educação Escolar Indígena; Território; Con-

flitualidades e Conflitos; Tensionalidades e tensões territoriais. Também possui experiência e publicações acerca das dinâmicas territoriais que envolvem os perímetros irrigados do Ceará.

Vanda Carneiro de Claudino Sales

Possui graduação em bacharelado em Geografia pela Universidade de Brasília (1981); especialização em Geologia Costeira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); mestrado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (1993); doutorado em Geografia Ambiental na Université Paris-Sorbonne (2002); pós-doutorado em Geomorfologia Costeira na Universidade da Flórida (2006). É vice-presidente regional da Fundação Americana de Pesquisa Costeira CERF e pesquisadora desenvolvimento Regional Nível A do CNPQ junto à Universidade Vale do Acaraú Ceará. Editora-chefe da William Morris Davis Revista de Geomorfologia. Tem experiência em geomorfologia estrutural, megageomorfologia, geomorfologia costeira e análise ambiental. É ambientalista, estando em movimentação pela preservação do meio ambiente no Estado do Ceará por mais de 40 anos.

Yara Maria Castro de Oliveira

Possui bacharelado e mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial PET/Geografia UECE (2008 a 2011). Participou como bolsista do Laboratório de Estudos da População Lepop/UECE (2011 a 2013). É formada em licenciatura em Geografia pela Universi-

dade Federal do Ceará - UFC. Atuou como bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência Pibid/Geografia, UFC (2018 a 2019). Atualmente é professora efetiva da rede pública municipal da cidade de Paraipaba/CE. Tem experiência na área do ensino de geografia, geografia urbana e habitação.

Zenilde Baima Amora

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (1968) e mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1978). Coursou doutorado em Geographie et Amenagement du Territoire na Université de Toulouse II - Le Mirail (1984). Possui dois Grupos de Pesquisa certificados pela UECE e pelo CNPq: Cidades Médias e Metropolização, Mobilidade e Redes: perspectivas sobre o Espaço urbano no Ceará. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em geografia urbana e regional, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço, espaço urbano, mobilidade, metropolização, metrópole, cidade média, rural-urbano, indústria, serviços e ensino de Geografia.

